UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - UESB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA: LINGUAGEM E SOCIEDADE

CLAUDETE RAMOS DE OLIVEIRA

A INVISIBILIDADE DO TRABALHO DAS MULHERES: AS MEMÓRIAS DAS TRABALHADORAS RURAIS ACERCA DAS RELAÇÕES DE TRABALHO NA LAVOURA CACAUEIRA

VITÓRIA DA CONQUISTA - BA
FEVEREIRO DE 2018

CLAUDETE RAMOS DE OLIVEIRA

A INVISIBILIDADE DO TRABALHO DAS MULHERES: AS MEMÓRIAS DAS TRABALHADORAS RURAIS ACERCA DAS RELAÇÕES DE TRABALHO NA LAVOURA CACAUEIRA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade.

Área: Multidisciplinaridade da Memória.

Linha de Pesquisa: Memória, Cultura e Educação.

Orientador: Profa. Dra. Ana Elizabeth Santos Alves.

VITÓRIA DA CONQUISTA - BA
FEVEREIRO DE 2018

Oliveira, Claudete Ramos de.

O46i A invisibilidade do trabalho das mulheres: memórias das trabalhadoras rurais acerca das relações de trabalho na lavoura cacaueira. / Claudete Ramos de Oliveira – Vitória da Conquista, 2018.
104 f.

Orientadora: Ana Elizabeth Santos Alves.
Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade – PPGMLS. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2018.

Inclui referência F. 91 - 96.

1. Mulheres - Trabalho rural - Memória. 2. Invisibilidade do trabalho da mulher. 3. Divisão sexual do trabalho. I. Alves, Ana Elizabeth Santos. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade. III. T.

CDD: 331.4

Catalogação na fonte: Juliana Teixeira de Assunção – CRB 5/1890

UESB – Campus Vitória da Conquista – BA

Título em inglês: The invisibility of women's work: the memories of rural women about the labor relations in the cocoa plantations.

Palavras-chaves em inglês: Memories. Work. Sexual division of work. Invisibility of women’s work.

Área de concentração: Multidisciplinaridade da Memória.

Titulação: Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade.

Banca Examinadora: Profa. Dra. Ana Elizabeth Santos Alves (presidente); Prof. Dr. João Diógenes Ferreira dos Santos (titular); Profa. Dra. Maria Nalva Rodrigues de Araújo Bogo (titular).

Data da Defesa: 23 de fevereiro de 2018.

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade.

CLAUDETE RAMOS DE OLIVEIRA

A INVISIBILIDADE DO TRABALHO DAS MULHERES: AS MEMÓRIAS DAS TRABALHADORAS RURAIS ACERCA DAS RELAÇÕES DE TRABALHO NA LAVOURA CACAUEIRA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade.

Data da aprovação: 23 de fevereiro de 2018.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Ana Elizabeth Santos Alves (Presidente) Ass.:
Instituição: UESB

Prof. Dr. João Diógenes Ferreira dos Santos Ass.:
Instituição: UESB

Profa. Dra. Maria Nalva Rodrigues de Araújo Bogo Ass.:
Instituição: UNEB

DEDICATÓRIA

Eu sempre trabalhei. Minha primeira lembrança de menina foi do trabalho que fazia com minha família! Eu plantava a maniba com o olho pra trás, não sabia plantar, de tão ‘grande’ que eu era.

Dona Filó,
96 anos de vida, 90 anos de trabalho.

Mulheres, homens e crianças (hoje adultas), trabalhadores da lavoura do cacau, construíram a Região Cacaueira, o que ela representou e o que representa na economia do Estado da Bahia.
Esta dissertação é uma forma de dar visibilidade aos trabalhadores, em especial às trabalhadoras que tanto fizeram pela construção e manutenção da lavoura cacaueira.
A elas, de todas as idades e “raças”, dedico este estudo e cito aqui os nomes que representam todas as demais trabalhadoras: D. Cil, D. Dada, D. das Dores, D. Deo, D. Dil, D. Filó, D. Lete, D. Lia, D. Liu, D. Sílvia, D. Zélia, D. Zinha.

AGRADECIMENTOS

Gratidão a Deus; “Inteligência suprema, causa primária de todas as coisas.”[1]

Gratidão aos meus pais Izaac F. Oliveira e Anícia Ana R. Oliveira (*In memoriam*).

Gratidão à melhor família que eu poderia ter e que soube aproveitar de forma criativa e inteligente todas as minhas atividades acadêmicas. Sérgio Reis, meu marido e companheiro de jornada. Izaac Neto, meu amado filho.

Agradeço aos colegas do grupo de pesquisa Trabalho, Memória e Educação pelas gentis contribuições.

Agradeço imensamente à Profa. Dra. Ana Elizabeth S. Alves, minha orientadora. Sempre gentil e pontual em suas observações. Foi decisiva em minha opção pela mudança de foco na pesquisa. Serei sempre grata!

Às professoras Dra. Maria Nalva Araújo, Dra. Maria Ciavatta e Dra. Lia Tiriba. Ao Professor Dr. João Diógenes dos Santos, minha gratidão pelas inestimáveis contribuições.

Agradeço à Profa. Denise das Dores Nascimento Oliveira pela leitura do texto final e pelas contribuições para a melhoria do texto.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, da UESB, por meio das Coordenadoras, Professoras e dos Professores.

Agradeço à Direção do Colégio Polivalente de Camacan na pessoa da Profa. Adiana S. Silva e à Profa. Sângela K. Cardeal, sem as quais eu não teria conseguido concluir o curso.

[1] KARDEC, A. **O Livro dos Espíritos**. Cap. I. Questão 1. p. 65.

RESUMO

Essa dissertação, intitulada A invisibilidade do trabalho das mulheres: memórias das trabalhadoras rurais acerca das relações de trabalho na lavoura cacaueira, é o resultado de pesquisa realizada por meio das memórias dos trabalhadores rurais (homens e mulheres) com objetivo de investigar o processo e as relações de trabalho na lavoura cacaueira no que se refere à divisão sexual do trabalho. As memórias dos trabalhadores são mediação para se compreender essas relações. Tal investigação adotou como elemento de análise as atividades rurais cotidianas desenvolvidas pelos trabalhadores inserindo-os no contexto das relações entre capital e trabalho. Nesse contexto, depara-se com a seguinte questão: quais as memórias das trabalhadoras e dos trabalhadores rurais da produção de cacau acerca do processo e das relações de trabalho, no que se refere à visibilidade ou invisibilidade do trabalho da mulher na lavoura cacaueira do Município de Camacã, Bahia? Para responder ao problema proposto tomou-se como universo de pesquisa dezenove trabalhadores, sendo sete homens e doze mulheres. De natureza qualitativa, utilizou-se entrevistas semiabertas para coleta de dados. O Materialismo histórico norteou a escolha das categorias: trabalho, memória e invisibilidade do trabalho das mulheres na lavoura cacaueira; assim como, fundamentou as análises das mesmas. Analisou-se as formas de camuflagem e invisibilização das relações de exploração da força de trabalho feminina, determinadas pelos antagonismos entre as classes e reforçadas pela opressão de sexo e de raça, utilizando fundamentos da dialética marxiana. Concluiu-se que o trabalho realizado pelas mulheres na produção de cacau no município, durante décadas, foi invisibilizado pela sociedade e notadamente atribuído somente aos homens.

Palavras-chave: Memória. Trabalho. Divisão sexual do trabalho. Invisibilidade do trabalho da mulher.

ABSTRACT

This dissertation, entitled The invisibility of women work: memories of rural workers and the work relations in cocoa farming, is the result of researching through the memories of rural workers (men and women) having as objective to investigate the process and the working relations in cocoa farming in what refers to sexual division of work. The memories of workers are the mediation to understand these relations. Such investigation adopted as analysis element daily rural activities developed by workers inserting them in the context of capital and work relations. In this context, one faces the following question: what are the memories of rural workers in cocoa production concerning the process and the work relations, in regard to the visibility or invisibility of woman work in cocoa farming in the municipality of Camacan, Bahia? To give an answer to the proposed problem it was taken as researching universe nineteen workers, seven men and twelve women. As for qualitative nature, it was used semi-open interviews for data collection. Historical Materialism beguilded the choice of the categories: work, memories and the invisibility of women work in cocoa farming. As well as fundamenting the analysis of the same. It were analysed the forms of camuflage and invisibilization of relations of exploration of feminine work forces, determined by antagonisms between classes and reinforced by sexual and race oppression, with the use of fundaments of marxist dialectics. It was concluded that the work provided by women in cocoa production in the municipality, during decades, was invisibilized by society and notably attributed solely to men.

Keywords: Memories. Work. Sexual division of work. Invisibility of women’s work.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1-Tabela de caracterização dos sujeitos da pesquisa..... 23
Figura 2-Mapa da Região Sul da Bahia com destaque para o Município de Camacã.... 33
Figura 3-Etapas da produção e a relação existente entre capital, trabalho e produção. . 44
Figura 4-Hierarquia na organização do trabalho nas fazendas de cacau pesquisadas.... 66
Figura 5-Divisão do trabalho que condiciona a divisão sexual do trabalho..... 68

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 11
1.1. OS PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS..... 16
1.2. AS INCURSÕES NO CAMPO DE PESQUISA..... 18
1.3. AS TÉCNICAS UTILIZADAS.....21

2. AS MEMÓRIAS.....26
2.1. A CONCEPÇÃO DE MEMÓRIA.....27
2.2. A CONCEPÇÃO DIALÉTICA DE MEMÓRIA.....29

3. CAMACÃ: UM MUNICÍPIO QUE SURGIU DA LAVOURA CACAUEIRA.....32
3.1. "OS PIONEIROS" E A MONOCULTURA.....32
3.2. A PRODUÇÃO EXTENSIVA E A EXPANSÃO DA ECONOMIA LOCAL.....36

4. O TRABALHO NA LAVOURA CACAUEIRA.....40
4.1. O TRABALHO.....41
4.2. O TRABALHO NA LAVOURA CACAUEIRA.....46

5. A VISIBILIDADE/INVISIBILIDADE DO TRABALHO DA MULHER NA LAVOURA CACAUEIRA.....50
5.1. A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO: GÊNERO, RAÇA E CLASSE.....52
5.2. A HIERARQUIZAÇÃO DO TRABALHO NA FAZENDA: DIVISÃO DE GÊNERO E DE CLASSE.....66
5.3. AS MEMÓRIAS DAS MULHERES TRABALHADORAS ACERCA DO TRABALHO: A RELAÇÃO TRABALHO LEVE X TRABALHO PESADO.....71
5.4. INVISIBILIDADE DO TRABALHO DA MULHER E A ESCOLA.....77
5.5. O TRABALHO DA MULHER E A PRODUÇÃO DA MAIS VALIA.....81

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....85

REFERÊNCIAS.....91

APÊNDICES.....97

1. INTRODUÇÃO

Essa Dissertação apresenta os resultados de investigação que teve como objetivo geral pesquisar o processo e as relações de trabalho na lavoura cacaueira no que se refere à questão de gênero, por meio das memórias das trabalhadoras e dos trabalhadores rurais. Tal investigação tomou como elemento de análise as atividades rurais cotidianas desenvolvidas pelos trabalhadores (homens e mulheres) inserindo-os no contexto das relações entre capital e trabalho.

O objetivo geral, delineado para a investigação, permitiu o estudo de um universo muito diverso e rico de informações e detalhes objetivos e subjetivos que envolvem e subjazem os trabalhadores da lavoura cacaueira. A análise das atividades rurais cotidianas desenvolvidas pelos trabalhadores em geral propiciaram exame das questões de gênero no que se refere à visibilidade/invisibilidade do trabalho das mulheres e, consequentemente, as implicações de classe (a exploração da força de trabalho assalariada) e de "raça" (que está intimamente relacionada à classe no que se refere ao trabalho rural no Sul da Bahia).

Para esse fim, busca-se alcançar três objetivos específicos: conhecer a forma de vida e subsistência dos trabalhadores rurais da lavoura, por meio de suas memórias; identificar o processo de trabalho e as relações existentes entre os trabalhadores rurais (as questões de classe, gênero e "raça") com os capitalistas agrários, e, analisar a visibilidade/invisibilidade do trabalho desenvolvido por mulheres trabalhadoras rurais da lavoura cacaueira, bem como suas trajetórias.

O marco temporal inicial de análise é a década de 1970, período de maior produtividade da lavoura cacaueira do ponto de vista econômico - segundo Baiardi (1984), Gramacho (2009), Mahony (2001) e Santos (2007) - até o ano 2000, quando há uma forte tendência de mudança nas relações de trabalho devido à crise provocada pela queda da produção no início dos anos 1990. As crises internacionais que levaram à queda nos preços da arroba do cacau articuladas ao sistema do capital e suas crises estruturais, bem como as suas consequências como motivos de encolhimento significativo na produção de amêndoas de cacau foram causas de demissão e redução da contratação de mão-de-obra para a realização do trabalho nas fazendas produtoras.

Ao longo da investigação utiliza-se a concepção de que mulheres e homens podem ser compreendidos como trabalhadoras e trabalhadores rurais assalariados[2], uma vez que vendem sua força de trabalho e recebem pagamento ordenado semanal, quinzenal ou mensalmente. Conforme argumentam Martins (2012), Palmeira (1989) e Baiardi (1984), os trabalhadores rurais vivem a condição de sujeitos assalariados e com sua força de trabalho, individual ou familiar, explorada pelo capitalista agrário, garantem condições mínimas de sobrevivência, enquanto que o segundo almeja fazer ou aumentar o montante do capital tornando-se um proprietário fundiário produzindo, assim, o "capital agrícola".

Compreende-se a trabalhadora e o trabalhador rural como assalariados, pelo viés empregatício de uma mão de obra submetida às empresas agrícolas, sob o controle dos grandes proprietários de terras que pretendem vincular os trabalhadores à terra ou ao estabelecimento. Portanto, o capital pagador da força de trabalho, do despossuído da propriedade rural, é proveniente do mesmo capital que traciona a economia comercial e que é fonte pagadora da força de trabalho dos vários setores do comércio, das áreas urbanas, pois o resultado do trabalho rural realizado são as amêndoas de cacau vendidas nos armazéns da cidade e dali revendidas aos diversos setores industriais de transformação.

Ao investigar os trabalhadores rurais da cacauicultura, quanto à divisão do trabalho, no processo de produção capitalista e, no limiar desta reflexão defini-los como classe trabalhadora inseridos no contexto da produção de cacau como mercadoria, nas mesmas condições e nas mesmas possibilidades de organização de resistência e de divisão sexual do trabalho, compreendeu-se que as mulheres que trabalharam e trabalham na atividade remunerada da lavoura cacaueira se constituíram e se constituem elementos produtivos de uma cadeia pertencente ao que Marx (2013) chama de "trabalho vivo" em que a terra é a matéria-prima. O trabalho nas lavouras é uma "atividade voltada a um fim": produzir amêndoas de cacau para suprir o mercado consumidor, nacional e internacional, de seus derivados[3].

No emaranhado de relações definidas na produção de cacau, tanto a terra quanto o produto dela derivado, "pertencem" ao capitalista agrário. Esse por sua vez adquire também a força-de-trabalho de homens e mulheres, dividindo entre estes as tarefas inerentes à produção

---

[2] O trabalhador rural corresponde na óptica de Prado Jr. ao proletariado da terra (apud WANDERLEY, 2009, p. 72).

[3] As amêndoas de cacau são responsáveis por uma grande quantidade de subprodutos comercialmente rentáveis: chocolate de diversos tipos; manteiga de cacau, largamente utilizada na indústria cosmética e na fabricação de chocolate branco; licores; doces de variados tipos e alimentos nutricionais. A casca do fruto é comumente utilizada na fabricação de adubo [nota da autora].

dos frutos de cacau. Nesse processo em que os sujeitos estão imbricados, o trabalho está em constante movimento, enquanto as relações são determinadas pelos agentes possuidores dos meios de produção. Esses agentes incorporaram a ação realizadora dos sujeitos às mercadorias por estes produzidas, ações aprendidas no cotidiano por meio do domínio de técnicas repetidas pelo grupo.

As relações entre trabalhadores e possuidores dos meios de produção geram contradições, um movimento que, segundo Cury, "é originário do real [...] e é o próprio motor interno do desenvolvimento [...] é o elemento chave das sociedades" (CURY, 1986, p. 27).

A partir dessa perspectiva delineou-se o problema da pesquisa: quais as memórias das trabalhadoras e dos trabalhadores rurais da produção de cacau acerca do processo e das relações de trabalho, no que se refere à visibilidade ou invisibilidade do trabalho da mulher na lavoura cacaueira do Município de Camacã, Bahia?

O problema garante a inversão da ordem estabelecida pela sociedade de classes, que em geral analisa o trabalho rural e seus meandros a partir dos proprietários e, dá voz aos excluídos da história do município.

Tal indagação definiu as trabalhadoras e os trabalhadores rurais como sujeitos da investigação e, suas memórias são mediação para que se entenda as relações de trabalho e de gênero na lavoura cacaueira e, define as memórias como instrumento de leitura da realidade concreta desses trabalhadores, "em que os contrários se relacionam de modo dialético e contraditório" (CURY, 1986, p. 27).

As memórias destes sujeitos permitiram traçar uma linha discursiva sobre a apropriação da força de trabalho feminina para obtenção de lucro na produção de cacau, dando sentido às análises acerca do trabalho. Observou-se a existência de uma rede de distribuição de tarefas que se iniciou com a apropriação dessa força de trabalho e se aprofundou com a divisão sexual do trabalho, ocultada pelos registros escritos, mas presente na composição das memórias das mulheres e dos homens quando protagonizados.

Vale ressaltar que para uma análise aprofundada das relações de trabalho, no que se refere às questões de gênero, é fundamental também analisar as memórias dos homens. A visão masculina pode ser determinante com relação à visibilidade ou não da participação da mulher na produção agrícola local, além de revelar o olhar da sociedade sobre o tema, no período analisado.

Utiliza-se, então, a memória das (dos) trabalhadoras (res) rurais como mediação num "chão" sob o qual se tecem as relações entre o trabalho, os trabalhadores rurais da

cacauicultura e a visibilidade/invisibilidade das mulheres na realização de atividades rurais, cotidianas, nas fazendas produtoras de amêndoas de cacau. Mediação que "expressa as relações concretas e vincula mútua e dialeticamente momentos diferentes de um todo. Nesse todo, os fenômenos ou o conjunto de fenômenos que o constituem [...] se trava uma teia de relações contraditórias, que se imbricam mutuamente." (CURY, 1986, p. 43).

A memória social, adotada como concepção que fundamenta a relação trabalhadoras/trabalhadores/capitalistas agrários, é a experiência do passado de cada sujeito que participou desta investigação, se integrando ao presente, dialeticamente, em um processo contínuo de correlações.

O campo empírico da investigação constituiu-se de seis (6) fazendas produtoras de cacau, lugares onde moram as (os) trabalhadoras (es) e que são importantes elementos de rememoração para os sujeitos. As fazendas foram escolhidas a partir da informação das trabalhadoras e dos trabalhadores, tais fazendas são nomeadas pela distância em quilômetros do centro da cidade. As exceções são as Fazendas Auxiliadora e Nova Ipiranga que se tornaram Assentamentos na década de 1990.

Todas as fazendas contratavam a mão de obra feminina desde a década de 70 devido às necessidades específicas da produção, tais como: limpeza dos caules dos cacauais, complemento de mão de obra na colheita ou mesmo disponibilidade das mulheres casadas com os trabalhadores contratados que residiam nas moradias da fazenda, portanto, uma força de trabalho presente e disponível nos limites da propriedade privada.

Essas fazendas são construtoras das relações que produziram e produzem riquezas, como da mesma forma produziu profundas diferenças entre as classes gerando divisão social e sexual do trabalho, a partir das contradições "naturalizadas" e geradas "mediante a incorporação do trabalho pelo capitalista" e a "compra da força de trabalho." (MARX, 2013, p. 262).

A predominância da grande[4] propriedade agrícola, produtora de cacau, monocultora e exportadora de amêndoas instaura o lugar das memórias das (os) trabalhadoras (es) e determina o papel de cada trabalhadora (or) no sistema produtivo no município de Camacã, na Bahia.

Os pressupostos básicos que conduzem este estudo são delineados pelas seguintes hipóteses: as memórias das (os) trabalhadoras (es) rurais da lavoura cacaueira revelam o

[4] A referência para a denominação pequena, média ou grande propriedade foi utilizada a partir das determinações oficiais do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária).

processo de trabalho e as relações existentes entre trabalhadores e proprietários do capital agrário; as relações existentes entre trabalhadores e capitalistas agrários assumiam formas verticalizadas com distribuição de tarefas que promoviam a divisão sexual do trabalho e consequentemente a invisibilização do trabalho feminino.

Definiu-se então, três categorias teóricas de análise a fim de realizar correlações entre elas e confirmar ou refutar as hipóteses. São elas: trabalho, memória e divisão sexual do trabalho das mulheres na lavoura cacaueira.

Segundo Cheptulin (1982), o materialismo histórico

> considera as categorias como imagens, ideias que se formam no decorrer do desenvolvimento da consciência da realidade objetiva e que refletem os aspectos e os laços correspondentes das coisas materiais [..] essas imagens são o resultado da atividade criadora do sujeito no decorrer da qual este último distingue o geral do singular. Esse geral exprime as propriedades e as correlações internas necessárias. É por isso que a imagem ideal que representa o conteúdo dessa ou daquela categoria, sendo a unidade do subjetivo e do objetivo, não coincide imediatamente com os fenômenos [...]. O conteúdo das categorias deve coincidir e coincide até determinado ponto, não com o fenômeno, mas com sua essência, com esse ou aquele de seus aspectos (CHEPTULIN, 1982, p. 17-18).

As categorias adotadas buscam, justamente, a essência dos aspectos apresentados pelas memórias dos sujeitos em sintonia com o referencial teórico que fundamenta o texto.

Também Cury (1986) afirma que as categorias possuem um alto grau de generalidade e o pesquisador precisa, em certa medida, interpretar tais fenômenos para chegar à essência.

As memórias como mediação, faz parte do processo de investigação que considera as generalidades das categorias e, a organização dos capítulos propiciam a identificação da importância dessas memórias.

No primeiro capítulo um resumo das primeiras incursões no campo de pesquisa e a apresentação dos primeiros sujeitos entrevistados durante exploratórias realizadas desde a segunda metade de 2016; a explanação dos pressupostos metodológicos e das técnicas de pesquisa também se encontra neste capítulo.

O capítulo dois dedica-se a concepção de memória adotada, a Memória Social calcada na dialética marxiana. A memória é uma das categorias de análise e é fundamentada pelas concepções de Memória segundo Jelin (2003), Fentress e Wickham (1992) e, Magalhães e Almeida (2011). Compõe o segundo capítulo como forma de A dialética está fundamentada em Kosik (1976) e Cury (1986). A Memória é a mediação entre trabalho e a invisibilidade do trabalho feminino na lavoura cacaueira. Uma mediação crítica que busca nas contradições explicações para o movimento da sociedade.

O capítulo três explica como foi forjada a sociedade, a vocação cultural e econômica do município de Camacã, Ba, tendo como base o cultivo da lavoura cacaueira. O município de Camacã é o campo empírico, em especial a zona rural.

A categoria Trabalho e as relações de trabalho construídos a partir da lavoura cacaueira é discutida no capítulo quatro. Fundamentado na noção marxiana de trabalho, contou-se com importante colaboração das obras de Martins (1983) e outros autores.

A invisibilidade do trabalho da mulher, bem como as questões de gênero e a divisão sexual nas relações de trabalho, na lavoura cacaueira, são discutidos no capítulo cinco. Ainda neste capítulo explana-se as implicações socioeconômicas de classe e de "raça" no que se refere às questões de gênero na produção de cacau. O capítulo cinco está fundamentado por autoras que durante décadas pesquisam e escrevem sobre a condição da mulher, divisão sexual do trabalho e suas implicações em várias partes do mundo. Alves (2013), Bruschini (1982), Hirata, Kergoat (1986), Lobo (1991), Paulilo (1987), Saffioti (1992) entre outras importantes contribuições.

No capítulo seis encontram-se as considerações finais. Apresenta-se uma avaliação da investigação realizada e argumenta-se acerca da necessidade de aprofundamento de algumas questões, dada a amplitude do tema e as várias possibilidades de investigação com a finalidade de visibilizar o trabalho produtivo realizado pelas mulheres na cacauicultura. Uma destas questões é a existência de mulheres como proprietárias de lavouras cacaueiras, suas dificuldades e/ou facilidades em desenvolver tal atividade.

1.1. OS PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

A proposição de tecer uma rede de significados das relações existentes entre trabalhadores rurais e os proprietários das terras para compreender como as classes se situam na hierarquia da propriedade fundiária, recorrendo às memórias dos trabalhadores, exige uma análise histórica da sociedade forjada pela cultura cacaueira (FALCON, 1992; FILHO, 1978; FREITAS, 1976) e, sem perder de vista a premissa de que "as ideias da classe dominante são as ideias dominantes" (MARX; ENGELS, 1998, p. 72).

A configuração das ideias dominantes determinadas pelas condições materiais desenhadas pelos trabalhadores, extraídas de suas memórias, exige observação sobre os sujeitos das memórias:

- Quem lembra? O sujeito da lembrança, aquele que lembra, é o protagonista. Está sendo indagado e, portanto, possui um lugar na investigação. Suas lembranças contribuirão na escrita de um texto, de história e, poderá dar sentido a outras lembranças;

- Lembra o quê? As memórias precisam de uma comprovação, não necessariamente documental, pois as memórias podem ser confirmadas por outras memórias, mas é preciso ter o cuidado de verificar interesses, problemas não resolvidos ou mesmo preenchimento intencional (ou não) de informações;

- Lembra a respeito de quem? É importante prestar atenção à repetição de nomes e indicações de pessoas, especificamente. Nessa investigação optou-se por não revelar nomes ou identificar alvos descritos nas entrevistas. Mesmo quando as lembranças se mostram afetuosas, há intenções.

- Com que objetivo lembra? As lembranças podem não ser correlatas aos objetivos da investigação todo o tempo, mas a investigação não pode abrir mão dos seus objetivos.

A contribuição do materialismo histórico e do método dialético de pesquisa, por meio de uma abordagem qualitativa foi fundamental para que não se perdesse a essência do que se buscava investigar.

Partiu-se do princípio metodológico de que "os significados são parte integrante da totalidade", ou seja, que "os saberes anteriores aparecem como reguladores" e possibilitam melhor análise da realidade concreta através dos saberes e seus significados. (GOLDMANN *apud* MINAYO, 2010, p. 122).

Assim, os sujeitos, o que lembram e os objetivos de suas lembranças fazem parte dessa dissertação num "processo de totalização a partir das relações de produção e de suas contradições." (CURY, 1986, p. 35).

O que se espera, portanto, é que a dialética contribua fundamentalmente como "método de abordagem da realidade", como "estratégia de apreensão e compreensão da prática social empírica dos indivíduos em sociedade," (GOLDMANN *apud* MINAYO, 2010, p. 108) permitindo a realização de análises da história da riqueza produzida pelas trabalhadoras e pelos trabalhadores que fizeram nascer e sustentar uma sociedade organizada a partir da produção do cacau. Desta forma, o "princípio metodológico da investigação dialética da realidade social é o ponto de vista da totalidade concreta, que antes de tudo significa que cada fenômeno pode ser compreendido como momento do todo." (KOSIK, 1976, p. 49).

Por meio das memórias dos trabalhadores, em especial das trabalhadoras, analisou-se dialeticamente as formas de camuflagem das relações de exploração da força de trabalho, tanto feminina quanto masculina, desempenhando, como destaca Kosik (1976, p. 49), uma dupla função: "de um lado, definir a si mesmo, e de outro, definir o todo; ser ao mesmo tempo produtor e produto [...]" de suas memórias. Essas relações podem ter determinado antagonismos entre as classes e reforçado a opressão de sexo e de raça.

1.2. AS INCURSÕES NO CAMPO DE PESQUISA

As primeiras incursões à Fazenda N. Ipiranga, no município de Camacã[5] – BA, em 2013, tinham fins pedagógicos, na formação de adolescentes do Ensino Médio, em Educação Ambiental[6]. Chamou atenção a arquitetura comum às moradias das tradicionais fazendas de cacau da região. Essa primeira observação despertou o interesse em conhecer mais sobre a história de vida dos trabalhadores que moram na fazenda. Em conversas informais com moradores, foi possível obter informações interessantes sobre a formação do assentamento. Três anos após a primeira visita o Assentamento N. Ipiranga foi escolhido como primeiro campo de investigação.

A escolha da Fazenda N. Ipiranga para incursão no campo deu-se também em razão da informação dos trabalhadores acerca da história da conquista daquela fazenda para ser assentamento. Uma história de acúmulo de dívidas da fazenda, pelo proprietário, junto à União. Segundo os trabalhadores, as dívidas levaram o proprietário a aceitar indenização do Governo para que a fazenda se tornasse um assentamento. As terras foram distribuídas entre os trabalhadores que lá trabalhavam e moravam a anos e entre outros trabalhadores que à

[5] O município de Camacã teve seu nome modificado em três oportunidades políticas que devem ser observadas, uma vez que nesta Dissertação encontrar-se-á sua escrita em formas diferentes. Camacã: escrita em sua emancipação. Camacan: modificação realizada pela Câmara municipal na primeira década de emancipação. No aniversário de 50 anos de emancipação, em 2011, a Câmara acatou solicitação da Secretaria de Cultura e retomou a escrita inicial, Camacã, que seria uma aproximação do fonema indígena Kamakã. No entanto, até o final de 2017, nos documentos oficiais, sites institucionais e instituições com complemento do nome do município não foram realizadas modificações na escrita do nome. Assim temos: Camacan e Camacã para o mesmo município e Kamakã ao referirmos à tribo indígena que aqui habitou antes da chegada dos primeiros plantadores de cacau. (Fonte: Lei Orgânica Municipal).

[6] Educação ambiental é uma das formações possíveis no Projeto intitulado "ENEM, Vou te passar... Passei!" Projeto que objetiva a preparação, para o ENEM e Vestibulares, de estudantes do Ensino Médio e ex-alunos do Colégio Polivalente de Camacan onde essa pesquisadora é educadora. O nome do projeto é uma sugestão de um estudante da segunda turma. A intenção é afirmar aos que participam das aulas que é possível passar pelo ENEM e ter acesso à Universidade Pública.

porteira acamparam, por anos. Os trabalhadores receberam os lotes por meio do INCRA sem, entretanto, receberem qualquer direito trabalhista por parte do antigo proprietário.

Para facilitar a definição do problema da pesquisa foram, então, entrevistados de modo exploratório, quatro trabalhadoras e cinco trabalhadores sobre o trabalho que realizaram como assalariados na fazenda, antes do estabelecimento do assentamento. interessavam as relações de trabalho, a hierarquia entre os trabalhadores e as condições de trabalho. Sendo quatro trabalhadores, moradores desde os tempos em que estavam sob contrato de trabalho individual, ou seja, já estavam na fazenda antes de se tornar assentamento. Outros cinco trabalhadores foram entrevistados por terem um longo tempo de suas vidas dedicado ao trabalho rural na lavoura cacaueira em outras fazendas, e que estiveram acampados e passaram a integrar o assentamento acerca de vinte anos.

Portanto, todos os trabalhadores, moradores da Fazenda N. Ipiranga, possuem história de trabalho assalariado em diversas fazendas produtoras de cacau e, de trabalho com renda como proprietários de lotes em assentamento coletivo, o que os diferenciam de trabalhadores[7] que não possuem a experiência de migrarem de trabalhadores assalariados para assentados.

A análise dos relatos dos trabalhadores da Fazenda N. Ipiranga, mostraram que os trabalhadores assentados passaram à condição de assentados, saíram da concepção de assalariados e de "trabalhadores que vendem a própria força de trabalho." (ANTUNES, 2009, p. 103).

Suas memórias guardam todo um cabedal de informações de um longo período de suas vidas em que estiveram na condição de trabalhadores assalariados. No entanto, ainda que esses trabalhadores sejam assentados, continuam incluídos na condição de assalariados, e são pertencentes à classe trabalhadora, pois como afirma Antunes "a classe trabalhadora inclui todos aqueles e aquelas que vendem sua força de trabalho em troca de salário, como [...] o proletariado rural que vende sua força de trabalho para o capital." (ANTUNES, 2009, p. 103).

Mulheres e homens assentados, como no N. Ipiranga, vendem sua força de trabalho, em muitas ocasiões ou permanentemente (como a maioria dos jovens de famílias assentadas) no comércio local ou em propriedades vizinhas para completar a renda da terra que não é suficiente para a manutenção da família.

Assim, os trabalhadores assentados foram o trampolim para a análise do trabalho das mulheres na lavoura cacaueira, pois relataram suas experiências como trabalhadores assalariados na mesma fazenda em período anterior ao assentamento.

---

[7] No Apêndice encontra-se roteiros de entrevistas semiestruturadas para trabalhadoras e trabalhadores.

No primeiro encontro com os trabalhadores, no assentamento, as perguntas sobre a organização do trabalho, a hierarquia, as contratações, *o modus operandi* da fazenda tiveram respostas diretas e muito esclarecedoras, repetidas pelos entrevistados o que denotara uma correlação entre as memórias. A sequência de tarefas executadas, a hierarquização, a divisão social do trabalho, etc. são elementos da narrativa dos trabalhadores na primeira exploratória.

As respostas dadas a uma das questões provocaram reflexões: "e as mulheres, as esposas, as namoradas, filhas ou vizinhas, o que faziam, onde estavam enquanto os homens realizavam tantas tarefas na lavoura cacaueira?"

As respostas dos entrevistados foram no mínimo instigadoras: "as mulher estava em casa; cuidando dos filho, da casa, das criação (sic)."

Acendeu-se uma luz interrogativa: será que as mulheres, moradoras destas fazendas, esposas ou filhas dos trabalhadores ficavam em casa fazendo o trabalho reprodutivo enquanto os homens estavam realizando o trabalho produtivo?

Para obter respostas a esta questão, que a princípio seria complementar às questões destinadas aos homens, partiu-se em busca das esposas e vizinhas, moradoras do mesmo assentamento para que nos contassem sua participação no trabalho realizado ali desde os tempos anteriores ao assentamento. O que se obteve como resposta foi de fato surpreendente e revelador de uma das facetas do modo rural de produção capitalista na região cacaueira.

As mulheres forneceram informações de suas primeiras memórias, quando ainda eram meninas, contribuindo significativamente para a redefinição do objeto de pesquisa. Despertou o olhar a respeito do trabalho feminino, das relações de trabalho na cacauicultura que incluía o trabalho produtivo, gerador de renda para as famílias e de mais valor aos cacauicultores.

A partir das entrevistas no Assentamento N. Ipiranga iniciou-se uma peregrinação pelas grandes propriedades do município que tivessem trabalhadoras moradoras nos locais de trabalho e cuja atividade agrícola fosse ao longo da vida essencialmente na lavoura cacaueira, na condição de assalariadas.

Ao chegar às fazendas, procurava-se nas moradias as famílias com pessoas adultas e com mais de trinta anos de residência rural no município de Camacã. Marcava-se então, com as trabalhadoras, o dia e horário apropriado para uma entrevista cedida espontaneamente e com autorização[8] assinada, com objetivo de rememoração do trabalho realizado ao longo de uma vida. Não se menciona os nomes das fazendas para que os sujeitos sejam resguardados em sua condição de

[8] No Apêndice, modelos de autorização assinada pelos entrevistados.

Os encontros ocorreram, em sua maioria às sextas-feiras, após a jornada de trabalho, sábados e feriados, sempre à tarde. Sentadas à sombra de arvoredos, entrevistou-se longamente as (os) trabalhadoras (es), distantes das conversas familiares, mas a uma distância que permitia a visualização da casa e do seu entorno com o objetivo de possibilitar um envolvimento capaz de suscitar as memórias. Além disso, observou-se que a presença de membros da família, em especial do/da cônjuge inibia a expressão livre das memórias. Os sujeitos retraem-se por vergonha ou receio.

A observação do lugar e do movimento dado pela presença dos moradores são o gatilho para memórias que estão presentes em algum lugar, guardadas, ou adormecidas pelas fatigantes tarefas cotidianas. Tudo nasce de uma conversa, daí a importância do roteiro de entrevistas para que as lembranças possam ser instigadas e suscitadas.

Todo o verde, o sol escondido por uma chuva repentina, as galinhas ciscando pelo chão, os cães que insistem em conhecer a visitante mais de perto, as construções que são lembradas nas indagações, as moradias tão singulares às fazendas de cacau... um arcabouço que dá vida e reaviva as lembranças.

1.3. AS TÉCNICAS UTILIZADAS

A incursão no campo empírico da pesquisa, ocorreu em seis fazendas produtoras de cacau entre junho de 2016 e outubro de 2017 e, utilizou-se composição de roteiros de entrevistas abertas e semiestruturadas, conforme orienta Minayo (2010), seguindo os pressupostos que poderão ser refutados, reordenados ou reconstruídos ao longo do processo de investigação.

O roteiro de entrevistas foi organizado visando “a obtenção das informações o mais abrangente possível” (MINAYO, 2010) sem, no entanto, tolher a liberdade de fala dos entrevistados e das entrevistadas levando-se em consideração que as memórias necessitam de tempo e instigação para que sejam acessadas.

Há que se agregar o fato de que as entrevistas semiestruturadas nos permite uma flexibilidade maior no que se refere ao desdobramento de questões, ou seja, novas questões foram surgindo a partir das respostas dadas pelos sujeitos permitindo uma ampliação na compreensão dos processos de realização do trabalho feminino e nos meandros da exploração deste trabalho. Este tipo de entrevista dá condição de criar, em vários momentos, uma

interação com os sujeitos, o que facilita a "captação imediata e corrente da informação desejada" (MENGA; ANDRÉ, 1986, p. 33-34).

Considera-se ainda que a própria natureza da pesquisa que objetiva adquirir elementos acerca da visibilidade/invisibilidade do trabalho feminino, por meio das memórias dos trabalhadores, requer o estabelecimento de um certo grau de confiança mútua, que a entrevista permite construir.

As questões, previamente preparadas (roteiro[9]), foram escritas numa sequência que permitissem a rememoração dos elementos mais agradáveis da vida cotidiana na fazenda. A primeira lembrança da infância, as primeiras lembranças do trabalho remunerado, a importância do trabalho para si e para e família, a convivência no grupo familiar e de trabalho, as relações de trabalho; para a partir de então serem introduzidas questões sobre as relações entre trabalhadoras (es) e proprietários das fazendas, assim como da hierarquia nas relações de trabalho, remuneração, divisão de tarefas, entre outras.

Sobre os registros das entrevistas, é importante destacar que foram feitos de duas formas concomitantes, observando as orientações dadas por Lüdke e André (1986, p. 36): a gravação dos relatos, pois possibilita captar as emoções emitidas pela entonação da voz, o que será posteriormente analisado e, registros escritos, pois permitem manter, na memória da pesquisadora, tais relatos para uma análise mais concreta e dialética, pois, já há todo um trabalho de interpretação e de análise das informações mais importantes. Além disso, as anotações das respostas favorecem uma leitura mais abrangente da entrevistada e do entrevistado: o desconforto diante de questões - o que permite uma reestruturação da pergunta; os gestos; sorrisos e, toda uma comunicação gestual que agrega à investigação elementos para a construção de um texto que tenha em seu bojo uma visão dialética do problema pesquisado.

Os sujeitos da pesquisa fazem parte de um universo de sete (7) trabalhadores e doze (12) trabalhadoras, que participaram das entrevistas.

Ao longo do texto, os sujeitos são apresentados por "apelidos" comumente tratados entre seu grupo familiar. A escolha do apelido familiar é de cada sujeito, o que personifica a entrevistada e o entrevistado sem, no entanto, identificá-los no âmbito da sociedade local, devido à repetição de tais apelidos. A identidade dos sujeitos frente aos proprietários foi preservada. Ainda que na tabela apareçam nomes próprios como Sílvia, Zélia e Edgar, estes são nomes-apelidos. Estes sujeitos possuem outros nomes de registro civil.

---

[9] No apêndice os roteiros de entrevistas semiestruturadas utilizados. Utilizou-se um roteiro para os trabalhadores e outro para as trabalhadoras.

Além dos apelidos, a tabela a seguir pode ajudar na apresentação dos sujeitos a idade, o número de filhos que tiveram, sem que, no entanto, estes filhos apareçam diretamente no texto, uma vez não serem objeto desta investigação.

A caracterização dos sujeitos também ocorre por meio do tempo de serviço na última fazenda em que trabalhou ou trabalha - esta informação é de suma importância para a construção temporal das memórias - da escola que frequentou e até que série; sexo, "raça", que autodeclara; e se vive com companheiro ou companheira.

A tabela[10] qualifica os sujeitos da pesquisa e os caracteriza.

Figura 1 – Caracterização dos sujeitos da pesquisa.

Apelido	Idade	Filhos	Sexo	"Raça"[11]	Educação Formal	Vive com companheiro/a	Fazendas/ Tempo
Sr. Gago	64	0	M	P	1ª série (Fund.)	Solteiro	N. Ipiranga[12] 25 anos
Sr. Tonhão	60	4	M	P	1ª série (Fund.)	Separado	N. Ipiranga 20 anos
Sr. Inspetor	81	7	M	N	Não	Viúvo	N. Ipiranga 30 anos
Sr. Sergipano	71	11	M	P	Não	Sim	N. Ipiranga 12 anos
Sr. Galego	65	1	M	B	Não	Sim (D. Liu)	N. Ipiranga 15 anos
Sr. Tonho	65	5	M	N	1ª série (Fund.)	Sim (D. Silvia)	Auxiliadora 39 anos
D. Filó	96	14	F	P	Não	Viúva	N. Ipiranga 13 anos
Apelido	Idade	Filhos	Sexo	"Raça"	Educação Formal	Vive c/ companheiro	Fazenda/ tempo
D. Liu	45	1	F	P	Sim	Sim (Sr. Galego)	N. Ipiranga 4 anos
D. Lete	52	11	F	N	Não	Sim	N. Ipiranga 5 anos
D. Deo	44	2	F	N	Sim	Sim	N. Ipiranga 4 anos

[10] A tabela apresenta letras que possuem o seguinte significado: F (feminino), M (masculino), N (negra/o), P (parda/o), B (branca/o). A tabela foi construída a partir das informações das trabalhadoras e trabalhadores.
[11] A "raça" foi a declarada pelos sujeitos e está inserida na concepção já apresentada.
[12] O tempo para os trabalhadores na Fazenda Ipiranga se refere ao período anterior ao assentamento.

D. Dil	60	5	F	N	Sim	Sim	Km 9[13] 37 anos
Sr. Edgar	62	5	M	N	Não	Sim	Km 9 40 anos
D. Zinha	46	3	F	N	Não	Sim	Km 5 4 anos
D. Lia	41	5	F	P	Não	Sim	Km 5 4 anos
D. Cil	53	13	F	N	Não	Sim	Km 30 6 anos
D. Dada	43	2	F	P	Sim (EM)	Sim	Km 8 2 anos
D. Sílvia	62	5	F	N	Sim (EJA – Eixo I)	Sim (Sr. Tonho)	Auxiliadora 20 anos
D. Das Dores	58	5	F	N	Sim (EJA – Eixo I)	Viúva	Auxiliadora 20 anos
D. Zélia	63	1	F	N	Não	Sim	Auxiliadora 5 anos

Fonte própria. Tabela organizada a partir das informações dadas pelos sujeitos.

A tabela de caracterização dos sujeitos apresenta heterogeneidade no que se refere à idade, número de filhos e gênero, mas há também singularidade entre os sujeitos no que se refere à "raça" e ao tempo que frequentou a escola. A maioria é negra ou parda; pouco tempo frequentou a escola e, alguns nunca a frequentou. Esta singularidade pode apontar para uma população de trabalhadores excluídos da escolarização pela raça e pela condição de classe social.

Observa-se que os sujeitos que possuem alguma educação formal estão em dois núcleos: os que estudaram quando crianças, apenas iniciaram e foram evadidos e os que tiveram acesso à escola na idade adulta através da Educação de Jovens e Adultos (EJA), mas que também não tiveram continuidade, pois como relatou D. das Dores, o que ofereciam na Fazenda era apenas a alfabetização de adultos e para continuar seria necessário ir para a cidade (Camacã) todos os dias. Um alto grau de exigência aos trabalhadores rurais adultos, dada a distância, os horários de retorno e os constantes problemas com o transporte escolar. Observa-se ainda que o transporte é o mesmo para os estudantes do Ensino Regular que

[13] O Km indica a distância do centro da cidade à fazenda. Não foram citados os nomes das fazendas para preservar a identidade dos sujeitos. O tempo refere-se ao trabalho nestas propriedades como referências para uma cronologia do passado, de onde e quando trabalharam antes. Uma forma de construir memórias.

possui carga horária diferente da EJA. Os adultos trabalhadores teriam que esperar o transporte escolar por mais de uma hora todos os dias. Isto torna o acesso à Educação de Adultos inviável.

Ainda que vivendo em diferentes fazendas e em condições diversas, as trajetórias se inter-relacionam e demonstram aspectos característicos de uma sociedade de classes que exclui os trabalhadores rurais, seja da educação formal, seja do acesso aos bens e serviços.

2. AS MEMÓRIAS

As memórias, no plural, se referem às reminiscências materializadas no campo de luta entre forças contraditórias, mas advindas dos trabalhadores rurais na *práxis* cotidiana. Busca-se, portanto, o que se viu, ouviu e viveu. O que está além da percepção imediata, mas que deixa marcas objetivas. As memórias são mediação entre a composição dialética do saber acerca do trabalho e dos trabalhadores rurais.

Tal qual define Kosik (1976) "a audição e a vista participam do saber, da cultura e de todas as experiências, dos pensamentos e das reflexões – sejam vivas, sejam ocultas na memória e se manifestando em determinadas situações" e, mesmo com tudo isto pode "não se explicitar nos atos concretos da percepção e da experiência sob um aspecto predicativo explícito." (KOSIK, 1976, p. 30).

Assim, toma-se a concepção de Kosik de que "a realidade é um todo indivisível de entidades e significados" para conceber as memórias como parte neste todo e, portanto, indivisível do "homem em si mesmo[14]", como uma realidade "que é possível de ser percebida, observada ou elaborada." (KOSIK, 1976, p. 31).

Parece estranho falar em "homem em si mesmo" quando a investigação discute questões de gênero no que se refere ao trabalho realizado pelas mulheres no mundo rural da lavoura cacaueira, meio produtivo altamente masculinizado, pois nos relatos acerca das quantidades de trabalhadores, a maioria compunha-se de homens. No entanto, essa discussão universaliza a expressão ao utilizá-la com uma semântica mais ampla que abarca todos os gêneros, seres humanos – "um todo de significados" – correndo o risco de ser redundante.

As memórias das mulheres, trabalhadoras rurais, são importantes porque "nelas influem os constrangimentos sociais próprios do grupo" e pressupõe uma relação de partilha das vivências e experiências individuais e coletivas, como "uma intersecção de histórias pessoais concebendo o indivíduo como agente interpretativo e autônomo" (PERALTA, 2007, p.19). As experiências individuais vão dando conta de formar quadros de significados para uma ordem social concreta da participação da mulher enquanto parte da produção econômica de todo um município. Buscou-se nas memórias das trabalhadoras e de trabalhadores a presença ou ausência dessa força produtiva na economia local e foi possível encontra-las em todas as fazendas produtoras de amêndoas.

---

[14] A análise da concepção de "coisa em si" será realizada ao longo do trabalho o que permitirá aprofundamento da utilização do termo "homem em si mesmo".

2.1. A CONCEPÇÃO DE MEMÓRIA

Ao analisar o papel da memória, Jelin (2003) argumenta que esta possui um importante papel como mecanismo cultural que fortalece os laços de pertencimento a uma comunidade ou grupo, especialmente aqueles silenciados, oprimidos e discriminados.

A dimensão do feminino nas experiências laborais de áreas de produção de cacau traz a este texto as experiências de cada mulher demonstrando a natureza das memórias: dinâmicas, claras, bem definidas, horizontais, detalhadas aos pormenores, seguras, por vezes saudosas e até dolorosas. Sem comprovação científica que dê conta de explicar se existem diferenças cognitivas entre memórias dos homens e memórias das mulheres, é possível observar nos relatos dos entrevistados e entrevistadas o que Jelin (2003) define como evidências qualitativas nas memórias

> que indican que las mujeres, tienden a recordar eventos con más detalles mientras que los varones tienden a ser más sintéticos en sus narrativas, o que las mujeres expresan sentimientos mientras que los varones relatan más a menudo en una lógica racional y política, que las mujeres hacen más referencia a lo íntimo y a las relaciones, personalizadas -sean ellas en la familia o en el activismo político. Las mujeres tienden a recordar la vida cotidiana, la situación económica de la familia, lo que se suponía que debían hacer en cada momento del día […], sus miedos y sentimientos de inseguridad (JELIN, 2002, p. 108).

Fentress e Wickham (1992, p. 173) ratificam as afirmações de Jelin e vão além ao relacionar a pormenorização a uma sociedade masculinizada. Para estes autores, as mulheres dão, em relatos de memórias, mais relevo à vida doméstica, porque estão inseridas, pelos homens, neste universo restrito do lar, mas "são elas mais pormenorizadas ao historicizar a família com datas e eventos."

Sendo o passado o espaço da experiência vivida, Koselleck (*apud* JELIN, 2003, p.13) afirma que estas "experiências se superpõem e se impregnam umas das outras", notadamente, estas outras memórias, segundo Jelin "podem ser próprias ou de outros sujeitos", o que leva à compreensão de que as lembranças são dinâmicas e sofrem processos de "significação e ressignificação."

A forma de incorporação do passado, pelos sujeitos que lembram, demarca a ordem em que estas memórias serão narradas. Apresenta-se então uma "multiplicidade de tempos e

sentidos", bem como uma "constante transformação e mudança de atores e processos históricos." (JELIN, 2003, p.13).

A interação/integração dos sujeitos com seus grupos sociais contextualizados no tempo e no espaço trazem à tona memórias que vão além das particularidades pessoais da memória, sem negar a participação de tais particularidades no todo.

Fentress e Wickham (1992) defendem a ideia, aqui compartilhada, de que as "memórias são indissoluvelmente nossas e fazem parte de nós" o que nos permite "recordar conhecimento e sensações". Assim, segundo esses autores, a memória "penetra em todos os aspectos de nossa vida mental, dos mais abstratos aos mais físicos." (FENTRESS; WICKHAM, 1992, p. 17).

Ainda que as experiências partilhadas pelo grupo sejam formas de estruturação das memórias, não se perde de vista que quem lembra é o sujeito e as razões que o levam à lembrança se relacionam à sua maneira de ver ou de viver tais experiências. Estes sujeitos concretos atuam individual e coletivamente nos projetos de ordem social, como argumenta Koselleck (*apud* JELIN, 2003), e o fazem a partir de suas escolhas e referências.

Em Fentress e Wickham encontra-se a ideia de que "a memória social depende de como uma cultura representa uma linguagem como veículo de expressão e comunicação independente do contexto social imediato", ou seja, "depende também da concepção que o grupo tiver do saber que recorda", assim "as capacidades variam de grupo para grupo (e de indivíduo para indivíduo)." (FENTRESS E WICKHAM, 1992, p. 64).

Parry fala da forma de transmissão da memória "como uma ideia de história juntamente com algumas das imagens e frases que a acompanham". Para o autor, "a reconstrução do processo real de transmissão por observação do que é retido, acrescentado e preterido constitui uma maneira de descobrir a configuração e a estrutura de uma ideia de memória." (PARRY, *apud* FENTRESS; WICKHAM, 1992, p.65).

Segundo Fentress e Wickham "a memória social não se limita, portanto à memória de palavras." O nível mais elevado de articulação necessário na memória social não a torna mais semântica do que a memória individual. Desta forma, pode-se afirmar que "as imagens só podem ser socialmente transmitidas se forem convencionalizadas (tem que ser significativa para todo o grupo) e simplificadas." As memórias individuais incluem experiência pessoal recordada, segundo os autores, "são as mais ricas, mantendo um caráter semântico e sensorial." (FENTRESS; WICKHAM, 1992, p. 66).

Observa-se a partir dos relatos das mulheres que “a memória não é meramente retrospectiva, é também prospectiva”, há um desejo de futuro. A memória “dá uma perspectiva para a interpretação das nossas experiências no presente e para a previsão do que virá.” (FENTRESS E WICKHAM, 1992, p. 70).

As memórias aqui analisadas fazem parte das atividades realizadas no mundo rural que tem como característica o isolamento, em certa instância, dos seus trabalhadores que são também seus moradores. A distância das moradias entre as fazendas fazia tal isolamento. Precisa-se, assim, considerar que “as comunidades rurais podem adotar muitos dos valores das classes dominantes devido a fatores como a permanência por longo período em mesma localidade em contato com os mesmos membros do grupo, dentro de um quadro ideológico que não favorece o conflito.” (FENTRESS E WICKHAM, 1992, p.142-143).

As memórias são, portanto, de pouca ordem política ou de tensões. As possibilidades de reivindicações ou de uma ordem política definidas pelo grupo de trabalhadores é nula.

As memórias das mulheres são ouvidas pelo viés das conotações de classe e de gênero. São memórias sociais, pois desdobram as experiências individuais em uma trama de relações com o grupo social em que o sujeito que lembra está ou esteve inserido.

2.2. A CONCEPÇÃO DIALÉTICA DA MEMÓRIA

Segundo Kosik (1976), a estrutura da realidade não se manifesta direta e imediatamente e a dialética é o pensamento crítico que se propõe compreendê-la.

> A atitude primordial e imediata do homem em face da realidade [...] é a de um ser que age objetiva e praticamente, de um indivíduo histórico que exerce sua atividade prática no trato com a natureza e com os outros homens [...] dentro de um determinado conjunto de relações sociais. [...]; a realidade apresenta-se como um campo em que se exercita a sua atividade prático-sensível [...] (KOSIK, 1976, p. 13-14).

O pensamento dialético, na concepção de Kosik (1976) busca conhecer, compreender a estrutura da realidade, decompô-la, para então chegar ao todo do conhecimento. A dialética decompõe o todo “para poder reproduzir espiritualmente a estrutura da realidade e compreendê-la [...]. Sem a decomposição não há conhecimento.” (KOSIK, 1976, p. 18-19)

A totalidade, segundo Cury (1986) não agrupa todas as realidades, mas compreende que cada realidade é um todo de contradições em permanente tensão, pois a realidade é histórica e, assim, dinâmica e em modificação constante.

Sendo a dialética um pensamento crítico, procura compreender a "coisa em si" e sistematicamente se pergunta como é possível fazê-lo. Kosik (1976, p. 20) afirma que só a dialética é capaz de "distinguir o mundo da aparência do mundo real."

A memória social adotada como concepção de memória, propõe uma visão de que os sujeitos em relação entre si e com o trabalho que realizam, constroem sua história num movimento ininterrupto e, portanto,

> o que distingue os indivíduos humanos é que produzem seus meios de vida, condicionados por sua organização corpórea e associados em agrupamentos. Os indivíduos humanos são tais como manifestam sua vida. O que são coincide com sua produção, tanto com o que produzem quanto com o modo como produzem. O que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais de sua produção (GORENDER, In: MARX; ENGELS, 1998, p. XXIV).

Esta premissa acerca da construção da história, relacionada às "condições materiais de produção" fundamenta a perspectiva social da memória acerca das relações de trabalho na lavoura cacaueira, pois este trabalho foi ao longo de sua história no Sul da Bahia, realizado coletivamente, dada a produção em grandes propriedades e em cunho de monocultora. O trabalho era realizado por grupos de trabalhadores sob a inspeção de um "Cabo de Turma". A quantidade de trabalhadores por grupo variava em cada fazenda, dependendo de seu tamanho e do período de maior necessidade de força de trabalho, em especial colheita e poda.

A memória social permite observar nos relatos individuais que as recordações estão impregnadas de exemplos relacionados às práticas e atividades cotidianas que, em razão da extensão e volume da produção, ocorriam sempre em grupos de trabalhadores diversos em gênero, idade e "raça", além das variadas formas de contratação.

Os relatos remetem a uma realidade concreta em que "a práxis histórica" se apresenta de "forma utilitária e se relaciona ao senso comum", está em essência relacionada à "divisão do trabalho e à hierarquia social", como explica Kosik (1976). Para que o método dialético permitisse fazer uma análise das memórias dos sujeitos no que se refere à visibilidade/invisibilidade do trabalho das mulheres na lavoura cacaueira foi necessário a "decomposição do todo", uma leitura da sociedade forjada pela produção de cacau para se obter "conhecimento" suficiente para atingir os objetivos propostos. Sem esta decomposição,

as memórias continuariam existindo nos sujeitos como um pensamento comum citado em vãos momentos de conversas entre vizinhos.

A dialética promove criticidade e possibilita a verificação de que as memórias são produção de sujeitos sociais que estão inseridos num mundo social que torna visível o resultado do trabalho realizado pelos trabalhadores - as amêndoas de cacau - que fazem a máquina capitalista da geração do mais-valor funcionar, ao mesmo tempo que explora a força de trabalho e descaracteriza o trabalho produtivo.

Para conhecer as formas em que as relações foram construídas e ainda são construídas no seio das propriedades produtoras de cacau foi necessário a compreensão de que

> cada grau do conhecimento humano sensível ou racional, cada modo de apropriação da realidade é uma atividade baseada na *práxis* objetiva da humanidade e, [...] que da audição e da vista participam todo o saber e a cultura, todas as experiências – sejam vivas, sejam ocultas na memória e se manifestando em determinadas situações – os pensamentos e as reflexões vão se explicitar nos atos concretos da percepção e da experiência [...] a realidade é concebida como um todo indivisível de entidades e significados e é implicitamente compreendida em unidade de juízo de contratação e de valor (KOSIK, 1976, p. 17).

Assim, realizar uma investigação tendo como objeto as memórias dos trabalhadores sob uma concepção de memória social através do método dialético significa ter clareza de que

> em sociedades marcadas por uma divisão de classes – o que supõe a ativação de memórias sociais com base em determinadas visões de mundo – existem experiências coletivas, sociais – vividas ou recebidas – que superam as concepções reprodutoras deste processo de sobreposição de classes, desenvolvendo aí um confronto direto com a memória ativa, mantida pelas instituições por meio de ritos e historiografia oficiais. Desse modo, no sentido estrito das relações capitalistas, se potencializam as condições materiais para a produção/reprodução ou manutenção de memórias coletivas e sociais seletivas que contribuem para refinar e manter uma memória difusa, dualista a respeito do que é tradicional, moderno, laico e religioso, pelo seu uso ideológico, visando a manutenção do *status quo* (MAGALHÃES; ALMEIDA, 2011, p. 102).

Dessa forma, para tornar claro o todo investigado ascende-se do abstrato (as memórias) ao concreto (o trabalho realizado) que promoveu a burguesia agrária cacaueira aos mais altos níveis de lucratividade.

3. CAMACÃ: UM MUNICÍPIO QUE SURGIU DA LAVOURA CACAUEIRA

O fato de a pesquisadora morar na Região Cacaueira desde 2003 significa entrar em contato com uma história de riquezas, de poderes, de mandos e desmandos que no final do século XX se constituiu numa trágica realidade: o fim da opulência e o esvaziamento do campo e da "cidade rural", Camacã.

Os relatos sobre a grande riqueza que havia no município, são recorrentes e, junto aos relatos vem um lamento constante tanto de trabalhadores quanto de proprietários (Ah! Quando.... Ah! Se fosse à época do cacau...!) De um tempo passado, ainda recente, que causa saudosismo aos moradores mais antigos das diferentes classes sociais e, provoca nos jovens um torpor que tem inviabilizado o despertar para o presente e em consequência a quase ausência de projetos e/ou proposições para o futuro.

Este estudo não pretende aprofundar-se na história política da formação do Município de Camacã. Portanto, este capítulo se propõe fazer uma apresentação sucinta do seu surgimento como distrito de Canavieiras por meio do plantio de sementes de cacau e como se tornou um dos maiores produtores, em três décadas de sua inserção.

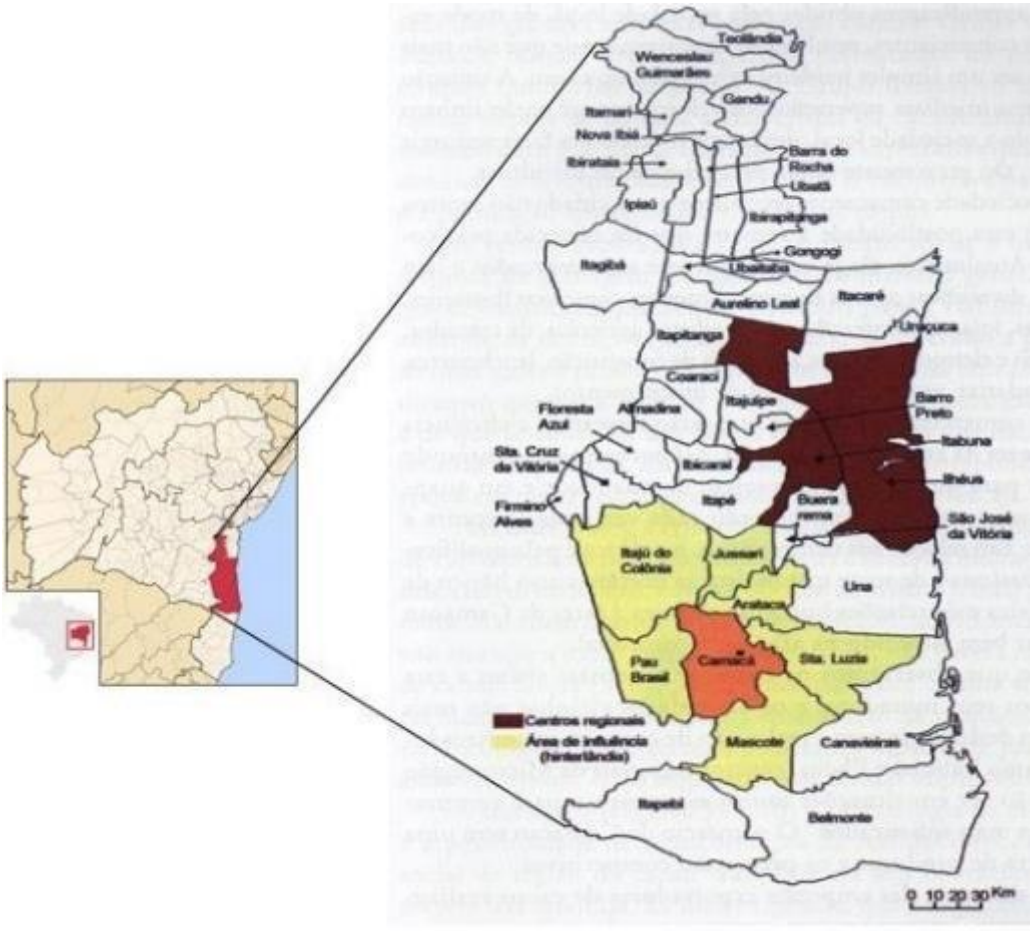
Não se pode descrever a formação geopolítica do Município, ainda que sucintamente, sem citar seus primeiros moradores, os nativos: os povos indígenas Kamakãs. Além disso, também serão mencionados como forma de construir uma linha temporal de expansão do capital agrário também na dimensão de desapropriação e destituição dos povos nativos dos elementos da natureza.

3.1. "OS PIONEIROS" E A MONOCULTURA

Camacã, é o nome do Município escolhido como elemento espacial desta investigação. Seu nome, de origem indígena (Kamakã) significa "terras elevadas"[15]. Está geograficamente situado na Microrregião 31 ao Sul do Estado da Bahia e tem como limites: Arataca, Jussari e Itajú do Colônia, ao Norte; Mascote e Potiraguá, ao Sul; Santa Luzia ao Leste e Pau-Brasil a Oeste. Observe o mapa na Figura 2.

[15] Fonte: Instituto Sócio Ambiental, p. 1-19, 2006, *apud* GRAMACHO, 2009, p. 177.

Figura 2 - Mapa da Região Sul da Bahia com destaque para o Município de Camacã.



Fonte: IBGE, 2006.

O mapa apresenta o Estado da Bahia e em destaque a Região Cacaueira. O município de Camacã está situado numa área de influência (Hinterlândia) interiorana e, como os demais municípios dessa hinterlândia se destacou pela grande produção de cacau e teve sua emancipação política baseada na produção desse fruto como sustentação da econômica.

As terras sob as quais se assentam o Município de Camacã foram parte integrante da Capitania de Ilhéus, pertencente ao Município de Canavieiras até 31 de agosto de 1961, ano de sua emancipação política (COSTA, 2007, p. 38). Esta região é comumente conhecida como Região Cacaueira tamanha a produtividade do cacau[16] por um século.

[16] Entre 1978/1979, segundo Alves, F. (*at al*, 1980, 10-12), Camacã ocupou o primeiro lugar em produção, com 1.258.165 arrobas colhidas neste período, representando uma produção de 7,80% do total de 32.365 hectares, o que representa 7,41% do total da área com cacau da microrregião 7, sendo que por sua vez ocupou o terceiro lugar em número de propriedades, 657 fazendas produtoras. Neste período, ficou apenas atrás de Ilhéus quando se amplia a área produtora para toda a região produtora: Ilhéus com 1.348.758 arrobas, representando 8,36%, com 21. 628 hectares plantados. Ainda segundo Alves, F., os 10 maiores municípios produtores de cacau neste período, por ordem decrescente, são: Ilhéus, Camacã, Itabuna, Una, Canavieiras, Itajuípe, Uruçuca, Coaraci, Ibirataia e Ibirapitanga, produzindo 44,78% do volume total da região cacaueira da Bahia.

Nas palavras de Mahony (2001),

> embora o açúcar fosse o produto agrícola mais prestigioso e valioso da Bahia, no período colonial e no século XIX muitas pessoas começaram a defender a cultura do cacau no século XVIII. Os Jesuítas foram os primeiros a introduzir, sistematicamente, o cacau na região, quando começaram a plantá-lo em suas propriedades de Camamu e Ilhéus, no século XVIII. (MAHONY, 2001, p.106).

No entanto, devido à baixa produtividade, a princípio, não foi dada grande importância ao produto. No município de Camacã, segundo Costa (2007), as amêndoas chegaram ao final do século XIX. Essa região pertencia ao município de Canavieiras, quando desbravadores as plantaram por volta de 1889 nas proximidades do Rio Pardo.

Gramacho (2009) relata que o período de enchentes "obrigou os pioneiros" plantadores de amêndoas de cacau a avançarem por terras distantes do Rio Pardo, onde haviam iniciado a plantação, para as proximidades do Rio Panelão[17] e, numa área denominada Vargito iniciaram as primeiras construções de moradias após identificarem a terra como propícia à cultura do cacau. Esta identificação se deu pela constatação do bom crescimento dos cacauais semeados nas proximidades do rio num período anterior.

Gramacho (2009) pontua, ainda, que ao "adentrarem a Mata Atlântica, abrindo caminhos por entre emaranhado de árvores e cipós a machado e facão, descendo e subindo rios, contornando cachoeira, à procura da terra ideal, aquela que acolheria o fruto dourado" (GRAMACHO, 2009, p. 67) iam, ao mesmo tempo, de acordo com Campos (1981), empurrando para o interior, acossados e expatriados os índios Kamakãs que eram "corridos a rifle, 'pelos civilizados', que intentavam afastá-los de suas terras multisseculares para delas tomar conta." (CAMPOS, 1981, *Apud* SÁ, 2003, p. 29).

O que caracteriza, segundo Baiardi (1984), a "acumulação primitiva", uma vez que ao expropriar pela força os nativos, "o 'desbravador', originalmente brasileiro e extrator de madeira, utilizava o trabalho assalariado dissociado dos meios de produção, em suas expedições destinadas a consolidar a ocupação e a implantar cacauais." Desta forma, o autor afirma que "a cacauicultura nasceu sob a égide do capital comercial, já que o 'desbravador'

[17] O município de Camacã é banhado por dois rios afluentes do Rio Pardo: Panelão e Panelinha. Segundo moradores antigos do município, os rios possuem estes nomes devido a uma tradição indígena Kamakã de depositar os restos mortais dos mais velhos em "panelões" de barro e soltarem-nos no rio maior, para que a correnteza os levasse, enquanto as crianças eram colocadas em "panelinhas" de barro e soltas no rio menor.

nada mais era que um capitalista que aspirava converter-se também em proprietário fundiário.” (BAIARDI, 1984, p. 53).

A cacauicultura passou a ser elemento único da economia local, de propriedade do capitalista, o que desencadeou sua expansão pelas terras do Sul da Bahia e a caracterizou como monocultora. Como nos informa Baiardi (1984) a cacauicultura, como atividade primária, foi a principal atividade econômica da Região Sul da Bahia do início do século XX ao limiar dos anos 1980, superando todas as demais culturas juntas (pecuária, produção de cereais, e cultivares considerados exóticos, pois alguns são nativos outros introduzidos pelos colonizadores, a exemplo dos seringais, pimenta-do-reino, cravo-da-índia e canela.

Por necessitar de um cultivo de longo prazo, com ciclos de 3 a 6 anos de formação, dificultava ao pequeno produtor a sua manutenção, ficando nas mãos daqueles que possuíam formas próprias de investimento (como o comércio de madeira) ou que possuíam acesso aos meios de financiamentos para formação da lavoura.

Segundo Mahony (2001), em 1912, o Sul da Bahia se tornara um dos principais produtores de cacau do mundo. Mas, não se pode perder de vista que ao longo do século XX, com toda a “febre” do cacau, nem tudo era perfeito. Havia crises que afetavam o mercado do cacau, tanto em relação à produção quanto em relação ao preço do produto que passou a ser uma *commoditty* (preço controlado pela bolsa de valores).

Crises que afetaram o preço e as exportações do cacau como a provocada pela Primeira Guerra Mundial (1914-1918) no início do século XX; a de 1929, o “*crash*” da Bolsa Norte-Americana; a crise política da tomada de poder por Getúlio Vargas e sua política desenvolvimentista centrada na indústria de produtos secundários; a Segunda Guerra Mundial entre 39 e 45. Porém, como destaca Hobsbawm, o período de 1947 a 1973 foi de promoção de “uma política de reforma estrutural do capitalismo ocidental, por meio de uma política deliberada de pleno emprego e do que veio a ser o Estado de bem-estar[18] social com base no enorme crescimento das economias” (HOBSBAWM, 2011, p. 365), o que permitiu o pleno desenvolvimento da produção primária do cacau no Brasil, em especial no Sul da Bahia.

A partir de 1989, final do séc. XX, uma crise sem precedentes se abateu sobre os produtores de cacau e sobre toda uma sociedade que nascera e sobrevivera dos “louros” ofertados pela lavoura de cacau, “os frutos de ouro”.

Não seria mais uma crise econômica como todas as outras, assim destacam Falcón (1992), Gramacho (1992), Costa e Santos (2007). A vassoura-de-bruxa, um fungo, que atacou

[18] Ainda que o Brasil não tenha se constituído um Estado de bem-estar social nos moldes dos países centrais.

as lavouras em toda a região cacaueira[19] "varreu" o modo de vida luxuoso dos proprietários e desencadeou uma onda de desemprego e desesperança em relação aos trabalhadores rurais e demais trabalhadores urbanos que viviam basicamente na interdependência da lavoura cacaueira.

3.2. A PRODUÇÃO EXTENSIVA E A EXPANSÃO DA ECONOMIA LOCAL

A elevada produtividade de cacau irá, paulatinamente, transformar a Mata Atlântica, ou parte dela, em cobertura (Cabruca[20]) para os cacauais que se multiplicaram e transformou o cenário, a economia e a cultura da região. A preservação de árvores da Mata Atlântica deu-se devido à necessidade de cobertura, com sombreamento, para manutenção da umidade necessária ao cultivo dos cacauais.

A preferência dos cacauais pela região é explicada pelo geógrafo Milton Santos (1957) e por Caio Prado Jr. (2004):

> O cacau é fruto que possui uma ecologia vegetal das mais exigentes, daí explica-se a sua preferência e adaptação nas terras do sul da Bahia, onde as suas necessidades são todas cumpridas. Gostando de umidade, tanto de ar, quanto do solo, ambos requisitos são aí satisfeitos, pela abundância das chuvas presentes durante todo o ano e alcançando aproximadamente dois metros anuais com cerca de 202 dias chuvosos (SANTOS, 1957, p. 47).

> [...]. As lavouras da Bahia se estenderão em ritmo acelerado, e a época será de larga e ininterrupta prosperidade. A Bahia conhecerá então mais uma fase de bem-estar e progresso. [...]. O cacau proporcionar-lhe-á, depois de tão larga espera, uma nova perspectiva; e como dantes se vivera da exportação do açúcar, agora se viverá da do cacau. [...]. Não tardarão, contudo, algumas sombras neste quadro animador (PRADO JR, 2004, p. 242).

Essas lavouras foram plantadas e sustentadas por trabalhadores advindos das mais diversas partes do Brasil (imigrantes) que em busca de trabalho, renda e até de riqueza, (o

---

[19]A CEPLAC pesquisa os danos causados pela vassoura-de-bruxa e investiga fungicidas, técnicas e tecnologias de combate ao fungo causador da doença.
A Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC, órgão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, atua em seis estados do Brasil: Bahia, Espírito Santo, Pará, Amazonas, Rondônia e Mato Grosso.

[20] Sistema agroflorestal em que é possível fazer consórcio de culturas com a Mata Atlântica. Neste caso específico, a lavoura cacaueira coexiste com a mata. Sob os arbustos nativos são cultivados os arbustos de cacau. Segundo Gramacho (2009, p. 189) em torno do sistema Cabruca criou-se o "mito preservacionista da Mata" quando na verdade camuflava-se "a retirada de árvores de grande porte, de madeira nobre, como reposição do capital" durante os períodos de crise do capital internacional que tendia a rebaixar os preços do cacau na bolsa de valores.

chamado “eldorado”,[21] dado o discurso de que o cacau é o “fruto de ouro”) se estabeleceram nas fazendas produtoras. Se a posse da terra pode ter se dado de modo duvidoso, que pensar sobre o sistema de contratação e manutenção dos trabalhadores que chegavam à região? Fazendas que, para produzirem toneladas de cacau, necessitavam de algumas dezenas de trabalhadores, considerando ser esta cultura de alta demanda de mão- de-obra e nenhuma mecanização.

A crise do cacau representou modificações nas relações de trabalho assim como no ideário de subserviência das trabalhadoras e dos trabalhadores com os proprietários rurais. Sabe-se que as condições dos trabalhadores rurais produziram marcas durante o desenvolvimento da cacauicultura baiana. A exploração da força de trabalho, típica do sistema capitalista nos países em desenvolvimento, agroexportador, fez com que o sonho de enriquecimento e prosperidade material de milhares de trabalhadores esbarrasse na política de concentração de riquezas dos produtores de cacau e todo um sistema produtivo e econômico criado em torno deste fruto.

Adonias Filho (1970) na obra “Chão de Cacau” e Jorge Amado (1975) na obra “Cacau”, são escritores do Sul da Bahia, que escreveram uma farta literatura sobre as relações construídas, nas fazendas de cacau, entre trabalhadores e proprietários das fazendas, assim como entre proprietários e entre trabalhadores.

> Os dias de trabalho, os facões e as foices [...]. As noites, fogueiras cercando as casas, clarão no grande terreiro, as danças e os cantos em coros assombrando as florestas. Todos eles negros, os habitantes, vinte famílias em um bloco. Os meninos e os cachorros, o chão limpo, pedaços de pastos com as vacas e as mulas, os carneiros e as cabras na grama. Viviam os patos, tranquilos no ribeirão, enquanto as mulheres lavavam as roupas (ADONIAS FILHO, 1970, p. 125).

> O Doutor não era doutor, o Capitão não era capitão. Como a maior parte dos coronéis não eram coronéis. Poucos, em realidade, os fazendeiros que nos começos da República e da lavoura do cacau haviam adquirido patentes de Coronel da Guarda Nacional. Ficara o costume: dono de roças de mais de mil arrobas passava normalmente a usar e receber o título que ali não implicava em mando militar e sim, no reconhecimento da riqueza (JORGE AMADO, 1975, p. 29).

A literatura romancista aponta para a existências de classes sociais bem definidas: os trabalhadores que vendem sua força de trabalho e os proprietários dos meios de produção. Além disto, a divisão sexual do trabalho também se apresenta e coloca o trabalho feminino na condição de subutilização: o trabalho doméstico como único realizado pelas mulheres, desprestigiado e subalternizado, o “não-trabalho.”

---

[21] Segundo Gustavo Falcón (1995) o desempenho do cacau no Sul da Bahia [sob a sombra da Mata Atlântica] além de valorizar as terras promoveu práticas inescrupulosas por sua posse e manutenção.

O estudo de monografias produzidas a partir de pesquisas dos vários aspectos da história de Camacã – “A festa do cacau de Camacan” de Charles Sá e “História dos desbravadores da região cacaueira” de Maria Joaquina Moura Pinto - possibilitam uma leitura do município quanto à sua dependência da lavoura cacaueira. Estes autores apresentam um município de vocação rural, com uma cidade com características peculiarmente semelhante à ruralidade. Uma interdependência que se mostrou perigosa a partir da crise iniciada no final dos anos 80, mas que no período de opulência era motivo de orgulho para parte da população.

Couto (2000) esclarece que a lavoura cacaueira como atividade “monocultora integrante dos sistemas produtivos mais complexos, formaram-se voltados para o mercado mundial”. Um sistema “agroexportador primitivo que abastece os mercados mundiais” e, acumula capital através da exploração da força de trabalho. (COUTO, 2000, p. 38).

Ao destacar Camacã como território cidade entre as décadas de 1970 e 1990, Oliveira (2009) argumenta que durante o apogeu da produção de cacau na década de 1970 esta cidade “manteve um excelente desempenho econômico, situação que lhe conferiu destaque entre as demais territórios-cidades no âmbito de sua região de inserção, pela força do dinheiro que circulava em seu interior.” (OLIVEIRA, 2009, p. 27).

Oliveira (2009) analisa a crise da lavoura cacaueira a partir do final da década de 1989 à luz das crises estruturais do capitalismo e afirma que esta seria a “terceira longa crise da cacauicultura”, em que “o capital desapareceu” provocando “a desarticulação e o arrefecimento da economia” local. (OLIVEIRA, 2009, p. 27; 32).

Os estudos de Baiardi (1984) mostram matematicamente “as variações estruturais na agricultura da região cacaueira” desde o final do século XIX até a segunda metade da década de 1970, onde, segundo ele, o “sistema produtivo denominado cacauicultura” se manteve consolidando e expandindo o sistema capitalista. E mais, Baiardi afirma que não houve mudanças, ainda que anunciadas, nas técnicas de produção, mas que houve um “incremento da produtividade do trabalho e consequente aumento do rendimento da lavoura.” Ele traz, ainda, a informação de que a partir de janeiro de 1979 “a cotação internacional do cacau começa a cair” e que as “formas de subordinação do trabalho [tendiam] a se manter.” (BAIARDI, 1984, p. 124-147).

O estudo realizado por Baiardi, acerca da concentração de renda promovida pelo sistema agroexportador de cacau, dá conta de que na primeira metade da década de 1970[22] "a renda média das cidades da região cacaueira representava tão-somente 81,37% do salário mínimo previsto em lei." O que o autor observa ao analisar os gráficos fornecidos pela CEPLAC sobre produção e território ocupado pela lavoura cacaueira é que "as elevações dos preços internacionais da amêndoa não se refletiam em maiores ganhos para a força-de-trabalho" e, portanto, as crises somavam justificativas para manutenção de um exército de força-de-trabalho reserva aglomerados na cidade e vendendo tal força por diárias mínimas, seguindo a lógica do capitalismo internacional. (BAIARDI, 1984, p. 144).

[22] Dados que o autor obteve da CEPLAC de acordo com o Índice de Gini. O Índice de Gini é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente varia de 0 a 1.

4. O TRABALHO NA LAVOURA CACAUEIRA

Este capítulo dedica-se à análise da categoria trabalho. Essa categoria requer uma explanação que clarifique o processo de trabalho na lavoura cacaueira para que se encontre algumas das dimensões das relações de trabalho entre capitalistas agrários e trabalhadores rurais. Uma análise que busca, na relação capital-trabalho, a extensão da divisão sexual do trabalho como uma das estratégias do capitalista para obter mais valia no resultado da produção das amêndoas de cacau.

A concepção de trabalho adotada é fundamentada na explicação marxiana de "O Capital" (2013) que é utilizada desde a relação homem/natureza até a apropriação da força de trabalho pelo capitalista. A partir dessa concepção, desenvolve-se uma análise que seja capaz de conectar o trabalho na lavoura cacaueira à estrutura capitalista de produção agroexportadora e de exploração da/o trabalhadora/or como força de trabalho.

No entanto, esta é uma das muitas leituras das relações de trabalho na lavoura cacaueira, uma cultura que fora organizada com vistas à acumulação primitiva do capital e, esta insere-se no modo de produção capitalista monocultor e de agroexportação em que o proprietário da terra tem seu monopólio e assegura o lucro a partir de condições geradas pela força de trabalho assalariada e pela detenção dos meios de produção (ferramentas, moradias e plantações).

O trabalho na lavoura cacaueira ampliou o capital comercial, gerou o capital agrícola e movimentou todo um sistema de produção de cacau que abasteceu as indústrias alimentícias e cosméticas no mundo e, portanto, faz parte da ordem internacional de produção capitalista.

Outro fator importante a ser observado a partir da análise do trabalho da lavoura cacaueira é a dissociação entre o trabalho realizado pelos trabalhadores, o capital acumulado pelos produtores e a participação dos países importadores das amêndoas que as beneficiaram e delas retiraram – e retiram - produtos derivados que estas eram e são capazes de oferecer: líquor (chocolates diversos), manteiga de cacau (indústria farmacêutica, cosmética, chocolates, outros doces, etc.), fomentando o capital internacional.

O trabalho realizado nas lavouras de cacau por trabalhadoras e trabalhadores para garantir o título de um dos maiores produtores de cacau do Brasil[23], foi marcado pelo assalariamento e pelas desigualdades sociais, de gênero e de "raça."

[23] O trabalho na lavoura cacaueira no período pesquisado era basicamente manual com uso de equipamentos manuais e individuais como o podão, o caçoá e o biscol .

O estudo da categoria trabalho propõe o aprofundamento da relação entre capital e trabalho na lavoura cacaueira, conforme proposição dos objetivos desta investigação e possibilitará ampliar a discussão acerca das contradições existentes nesta relação.

4.1. O TRABALHO

Toda atividade realizada com vistas a um fim, seja de sobrevivência própria, seja de reprodução familiar ou social (que abarca a sociedade em geral) está fundamentada pelo trabalho. A compreensão do trabalho como o que move as sociedades está implícita na explicação marxiana do que é o trabalho no modo individual.

> A utilização da força de trabalho é o próprio trabalho e o trabalhador (em acto/ação) é o trabalho em ação. O que o capitalista faz o trabalhador produzir é um artigo determinado, coisa que sirva à satisfação de necessidade de algum tipo (específica) (MARX, 2013, p. 149).

Uma relação simbiótica entre trabalho, força de trabalho (ser humano) e natureza que recebe interferência externa na medida em que um quarto elemento se insere no processo com vistas a obter vantagem, este quarto elemento é o capitalista que compra a força de trabalho e a ordena para obter vantagens econômicas do resultado do trabalho realizado.

Segundo Marx (2013), "o processo de trabalho ocorre entre o homem e a natureza, sendo que o primeiro medeia, regula e controla seu metabolismo" numa tentativa de apropriar-se da matéria natural, ele (o ser humano) age sobre a natureza e nesta relação acaba por transformar-se. Assim, completa Marx, "através do trabalho o homem a submete (a natureza) às suas forças, ao seu domínio". São as "forças físicas [humanas][24] postas em ação que se apropriam da matéria natural." (MARX, 2013, p. 149).

O processo de trabalho que Marx descreve como sendo três momentos realizado pelo homem (ser humano) – a atividade orientada a um fim (trabalho); o objeto (do trabalho) e os meios de produção – se torna, na apropriação capitalista, posse do proprietário da terra.

Ao ser expropriada, a terra deixa de ser fonte de subsistência e passa a ser fonte de lucro para o proprietário enquanto que o salário pago aos trabalhadores pela exploração de sua força de trabalho passa a ser a forma de subsistência possível. Também a residência do

[24] O uso de parênteses e de colchetes são grifos da autora. A composição do humano, no texto, procura marcar a existência de forças físicas femininas no trabalho.

trabalhador e sua família, na terra onde trabalha, pertence ao capitalista agrário e integra o grupo de formação dos meios de produção. A condição da casa (fosse ela de alvenaria[25], de lona ou taipa[26]) não é relevante. Relevante é o fato de que os trabalhadores possuem apenas a força de trabalho, estão destituídos (livres) de qualquer bem.

A terra como matéria prima é também explorada como fonte de lucro por meio do trabalho executado pela trabalhadora e pelo trabalhador, ambos explorados no processo.

A força de trabalho deixa de mediar o processo natural descrito por Marx (2013, p. 257) entre a terra (matéria prima) e o trabalho, para mediar a relação terra (capital comercial transformado em capital agrário) e lucro do capitalista agrário[27] que utiliza a mais valia da relação para adquirir mais terras, outros bens de consumo e mais força de trabalho, para gerar mais lucro.

Martins explica que "o capital (agrário) é produto do trabalho dos trabalhadores (proletário rural[28]) despojado dos meios de produção, é fruto do confronto e do antagonismo entre capital e o trabalho, personificados no capitalista e no proletariado." (2010, p. 19).

A relativa relação de "igualdade" e de "liberdade", adquirida na libertação dos escravos, entre trabalhadores e proprietários, coloca aos trabalhadores a condição de "poderem vender o que os resta, sua força de trabalho" (MARTINS, 1983, p. 153). O pagamento recebido pelo trabalho executado é chamado de salário.

Dessa relação livre de compra e venda da força de trabalho entre quem é proprietário dos meios de produção (o capitalista) e quem é proprietário da força de trabalho, (o trabalhador) organiza-se na compra da força de trabalho de quem a tem para vender, o trabalhador e a trabalhadora. Esses últimos possuem um único bem de sua propriedade (a força de trabalho) e dele é destituído no processo, pois torna-se propriedade daquele que a compra. Surge, segundo Martins,

> a contradição própria do capitalismo: para entrar na relação de troca, cada um tem que ser cada um, individualizado, livre e igual a todos os outros; ao mesmo tempo,

[25] Como na Região Cacaueira são conhecidas as casas construídas com tijolos.

[26] Taipa: casas de barro com estrutura em madeira fina ou bambu, amarradas com cipó, feitas à mão. Também é comumente conhecida como pau a pique. Fonte: www.ecoeficientes.com.br. Acesso em out. /2017.

[27] Enquanto a atividade de produção se centrava no manual, na força do trabalhador, o proprietário se conectava com o que havia de mais moderno na sociedade de classes, por meio dos ganhos obtidos com a lavoura cacaueira: pistas de pouso de aviões de pequeno porte nas maiores fazendas, carros importados, equipamentos domésticos modernos, telefonia nas sedes, etc. faziam parte deste cotidiano lucrativo. Um contraste com a vida simples dos trabalhadores.

[28] Martins (1983, p. 152) chama de proletários rurais os trabalhadores sem-terra, expulsos e expropriados da terra. Nesta dissertação, os trabalhadores que vendem sua força de trabalho por salário são chamados de trabalhadores rurais assalariados (homens e mulheres).

> cada um nunca é cada um, porque a existência da pessoa depende totalmente de todas as outras pessoas, das relações que cada um estabelece com os outros. Exatamente por isso, a força de trabalho do trabalhador tem que ser trocada pelo salário pago pelo patrão. O patrão converte uma parte de seu capital em salário para pagar a força de trabalho do trabalhador. Assim o trabalho é apropriado pelo capital, é como se fosse uma força do capital e não do trabalhador. [...] só o trabalho cria valor, cria riqueza, e que esse valor se mede pelo número de horas de trabalho, socialmente necessárias à produção da mercadoria [...] o valor da força de trabalho é medido pela parte do valor, da riqueza, criado pelo trabalhador com seu trabalho [...] a função do salário é de recriar o trabalhador, fazer com que o homem que trabalha reapareça como trabalhador do capital (MARTINS, 1983, p. 153-154).

A liberdade que a/o trabalhadora/or possui está submetida à ordem da troca da força de trabalho pelo salário e, a igualdade com o proprietário dos meios de produção é a própria condição de poder fazer tal troca, ambos são livres para negociarem. No entanto, a contradição está na desigualdade das condições existentes entre os sujeitos em questão.

Ao analisar tal contradição, Oliveira (2007) diz que "para que a relação capitalista ocorra é necessário que seus dois elementos centrais estejam constituídos, o capital produzido e os trabalhadores despojados dos meios de produção."

É o "capital produzido" que garantirá sua própria reprodução, enquanto a força de trabalho garantirá a reprodução do trabalhador. O que compra a força de trabalho pode destituí-la a qualquer tempo, substituí-la, melhorar ou piorar as condições de trabalho, melhorar ou piorar a remuneração e ainda assim obter lucro com tais decisões.

O que vende a força de trabalho, a seu turno, pode não ter tais benefícios de poder não vender ou melhorar, a seu modo, as condições de trabalho, aumentando o salário ou ainda obtendo a permanência no trabalho.

Assim, "os produtos não são apenas resultado, mas também condição do processo de trabalho." (MARX, 2013, p. 259).

A partir da análise feita até aqui é importante retomar três conceitos que orientam o entendimento de trabalho, à luz da explanação de Martins (1983, p. 154- 155;162-163): trabalhador[29], salário e capitalista agrário.

O primeiro, o trabalhador, se refere ao sujeito que vende sua força de trabalho em troca de um salário, portanto, o trabalho pertence à/ao trabalhadora/or. O salário é o pagamento ao referido trabalho, extraído da mais valia gerada pelo trabalho realizado pelo trabalhador e pago pelo capitalista agrário. O terceiro, é o proprietário dos meios de produção (todos os instrumentos utilizados pelo trabalhador na realização do trabalho, que para o

[29] O trabalhador – nesta expressão está sintetizada a existência de trabalhadoras e trabalhadores, singularizado para melhor compreensão do texto.

realizar satisfatoriamente, os compra quando for necessário) e é o proprietário da terra, portanto, também proprietário dos frutos da terra. Assim, o trabalho só existe pela combinação entre trabalhador e meios de produção, e os últimos pertencem ao capitalista.

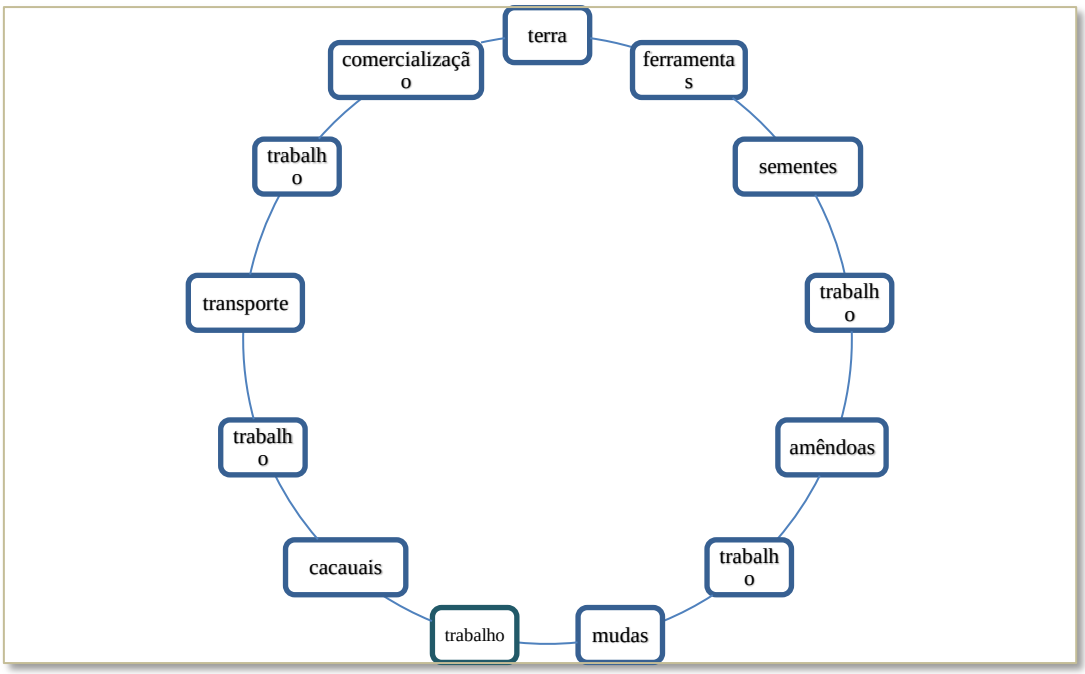
Ao "incorporar o trabalho como elemento seu", diz Martins (id) à luz da teoria marxiana, "o capital o transforma em mercadoria, capaz de gerar lucro para o capitalista." Vê-se então, segundo este autor, a formação de uma contradição própria da relação do trabalho com o capital: "o trabalho é realização do trabalhador, mas passa a pertencer ao capitalista na medida que o capital o transforma em mercadoria dando-lhe valor de compra e de venda." (MARTINS, 1983, p. 163).

O trabalho é metamorfoseado pelo capital e nesta metamorfose o trabalhador é, na linguagem marxiana, alienado do processo de produção e da execução de seu trabalho.

Outra forma de se entender tal alienação está representada pelo organograma[30] abaixo. Ele mostra que o trabalho é condição de existência do produto da terra e, o trabalhador a mola mestra que relaciona a contradição entre capital e trabalho.

Como exemplo, no organograma, o cacau, o produto da terra inserido no processo de produção de modo ininterrupto, onde o trabalho o modifica e reifica no uso da terra.

Figura 3 - Etapas da produção e a relação existente entre capital, trabalho e produção.



Fonte: Elaboração própria da autora.

[30] Organograma de elaborado para ilustrar a presença do trabalho em todas as etapas da produção e a relação existente entre capital, trabalho e produção.

Segundo Marx, (2013, p.259) “cada meio de trabalho evidencia os traços do trabalho anterior”. Assim, observa-se que para cada etapa produtiva o trabalho medeia a relação e evidencia que houve trabalho anterior. A primeira fase, de controle do capitalista que adquire a terra e os meios de produção. Esta aquisição pode ter ocorrido por expropriação de outros sujeitos, mas ainda assim “não-trabalho” do capitalista. A partir daí ele, o capitalista, contratará a força de trabalho necessária a obtenção do mais valor extraído da relação matéria prima[31] (terra) – trabalho – produto do trabalho (amêndoas).

Para Marx (2013, p. 260), “O mesmo produto pode, no mesmo processo de trabalho servir de trabalho e de matéria prima.”. Então, aplicando à produção de cacau, no processo de trabalho ele pode ser matéria prima e produto intermediário até chegar ao produto acabado que poderá ainda voltar a ser matéria prima através de novo processo de trabalho.

A sequência abaixo[32] demonstra a ideia de que o cacau como matéria prima é ele mesmo fruto da terra que nas várias indústrias de processamento poderá chegar a produtos acabados.

Cacau /amêndoa → indústria → líquor / manteiga → indústria alimentícia, cosmética, farmacêutica, etc.

Em todo o processo, há a “objetivação do trabalho vivo”, que uma vez em movimento, promove a continuidade da ação realizadora e transformadora do produto primeiro em produtos secundários e terciários. Assim, o “trabalho consome seus elementos materiais e digere produtos afim de criar produtos”, nos ensina Marx (2013, p. 261).

O trabalhador[33], neste processo alienador em que o capitalista consome o trabalho e o produto resultante deste (cacau), não se reconhece nos frutos de seu trabalho, não é capaz de determinar valor do seu trabalho e, muito menos o que resultou dele, uma vez que, nas sacas de cacau[34] que “o caminhão levou”, encontra-se diluído o trabalho de diversos/as trabalhadores/as que coletivamente vendeu sua força de trabalho. Portanto, “o processo de trabalho se realiza entre coisas que o capitalista comprou” e o pertencem: os meios de produção, a força de trabalho e os frutos produzidos (2013, p. 263). O trabalhador, tal qual na

[31] “A matéria prima pode constituir a substância principal de um produto ou tomar parte dele apenas como auxiliar [...]. A diferença desaparece na fabricação” porque tanto a matéria prima quanto a matéria auxiliar “não reaparecem como substância do produto.” (MARX, 2013, p. 259).
[32] De elaboração da autora.
[33] Idem parágrafo anterior.
[34] Uma saca de cacau corresponde a 4@ (arrobas). Cada @ é igual a 15kg, portanto, a saca possui 60kg.

fábrica não possui a imagem da totalidade do seu trabalho. Totalidade como produção social do ser humano, como bem argumenta Kosik (1976), encerra-se no início do processo.

Por não conhecer ou reconhecer a totalidade do seu trabalho, a/o trabalhadora/or é alienada/o pelo processo e se aliena a ele, uma vez que sua parte, o salário recebido, lhe parece necessária e suficiente e, portanto, ali deve encerrar sua participação e, então, retoma o processo inicial num ciclo ininterrupto. Mesmo quando se desvincula de uma propriedade inicia o processo em outra, nas condições anteriores.

4.2. O TRABALHO NA LAVOURA CACAUEIRA

O cacau não é natural da Mata Atlântica, no município em estudo, e seus produtos não são obras do modo extrativista ou de subsistência das populações nativas. Foi implantado através da agricultura e é uma atividade econômica que promove a exploração da força de trabalho e gera mais valor a seus exploradores em diversas ordens.

As relações entre mercadorias (cacau, trabalho, força de trabalho) e pessoas (proprietário e trabalhadores), são, segundo Martins (1983, p. 157), configuradas no capitalismo como relações sociais. E, a partir dessa configuração, o autor conceitua capital como “trabalho humano acumulado, trabalho de muitos e anônimos trabalhadores, [capital] um produto social contraditoriamente acumulado nas mãos particulares do capitalista.” Relações essas que transformam o trabalho humano em mercadoria e o dissocia da sua existência natural enquanto força humana de auto reprodução.

Ao utilizar o capital adquirido pela compra e exploração da força de trabalho do trabalhador na obtenção de terras que passará a utilizar para reproduzir o capital, o capitalista tornar-se-á capitalista agrário e o capital formado pela “acumulação do trabalho” na terra formará o “capital agrário”. (MARTINS, 1983, p.159).

Não obstante o esclarecimento feito por Marx (2013) de que a terra não é mercadoria, é um bem natural, mas que sua exploração gera renda e o trabalho, a força de trabalho empregada sobre ela, produz frutos que comercializados gera o capital. Assim, Martins (1983, p.160) explica que “o capital se apropria do trabalho e da terra; transforma trabalho e terra em mercadoria.”

Ao aplicar estas relações de trabalho ao trabalho na lavoura cacaueira, Lins (2013) afirma que a partir de “1904 o cacau tornou-se o principal produto na pauta de exportações na

Bahia" e, "em 1920 ocorreu a formação da burguesia cacaueira", uma junção de interesses que fizeram de fazendeiros os responsáveis pela comercialização e, consequentemente uma aproximação com exportadores de amêndoas.

Segundo Garcez (1975), da última década do século XIX até o início do século XX, a produção de cacau na Região Sul da Bahia era pouco expressiva, de ordem familiar, e de pouco prestígio junto às autoridades de governo. As dificuldades de transporte, devido às péssimas condições das estradas vicinais e mesmo das rodovias de ligação entre municípios, levavam os pequenos produtores a utilizarem as áreas próximas aos rios para fazerem o plantio. Também a burocracia para exportar as amêndoas, bem como os custos que envolviam este processo, não permitiam a expansão da produção. Outro fator preponderante à baixa produção estava, segundo Garcez (1975), relacionado ao pouco incentivo do governo a este setor, pois a produção de cana-de-açúcar, no Nordeste, ainda era prioridade. (GARCEZ, 1975, p. 23).

Somente a partir do aumento da exportação do cacau, no início do século XX "aumenta o consumo mundial do produto [chocolate[35]] e, vai se iniciar o processo de formação das grandes propriedades cacaueiras." Para Garcez, as terras devolutas formavam grandes áreas e não eram cultivadas "desta forma, a abundância de terras férteis oferecia amplas possibilidades para a formação ou expansão de propriedade, sem maiores preocupações quanto ao aspecto legal de posse." (GARCEZ, 1975, p. 24).

A autora explica que os grandes proprietários obtiveram do governo grande ajuda na "ocupação primária da terra, uma vez que inexistia a posse legal", tendo como objetivo a povoação da região e o incremento da produção de cacau. A grande propriedade destitui assim a atividade familiar e com a utilização de força de trabalho assalariada ("alugada ou contratada" – como é chamada a força de trabalho assalariada, por Garcez) conseguiu organizar uma rotina de preparo das áreas para plantio e cuidado da lavoura. (GARCEZ, 1975, p. 26).

Garcez (1975) afirma que homens de capital adquirido em outras atividades econômicas e que tinham prestígio e influência junto a comarcas e governos em várias instâncias adquiriam a posse legal das terras. Com a aquisição da força de trabalho, os grandes proprietários arcavam com a formação das lavouras. Utilizaram para tal a figura do "contratista[36]".

---

[35] Grifo da autora.

[36] O Contratista é um típico de trabalhador da lavoura cacaueira em seu aspecto inicial. Era "alugado" para formar a lavoura e recebia por cada cacaueiro plantado e que não morresse até o final do contrato. O pagamento

> "O fato da margem de lucro do produtor estar na dependência do volume produzido[...] foi buscado na expansão da sua área: para produzir mais, plantava-se mais. A forma mais adequada para o exercício da lavoura, em função desses critérios era a grande propriedade, onde a multiplicação dos cacauais garantiria safras mais volumosas. [...] esgotada a incorporação das terras incultas a um núcleo inicial, passa-se à agregação de outras propriedades já cultivadas [...] onde a pequena propriedade, a 'burara' era incorporada a áreas mais amplas [...] para a formação do 'conjunto'. [...] O pequeno proprietário, preso a um círculo vicioso gerado por sua baixa disponibilidade financeira e pelo imediatismo da produção – às vezes empenhava até a produção futura, em função dos adiantamentos concedidos pelo comprador. Pouco esclarecido e desconfiado, o pequeno proprietário não recorre a créditos oficiais [ou não os possui] que lhe permitam melhorar suas roças (GARCEZ, p. 27 - grifo da autora).

A exploração do contratista garantira a formação de diversas lavouras e os demais trabalhadores assegurara sua continua produtividade.

Lins (2013) afirma que comerciantes exportadores adquiriram terras e tornaram-se produtores e, que as dificuldades encontradas na estrutura relacionadas a estradas e portos para o transporte das amêndoas foi o ponto de unificação da burguesia cacaueira que buscou em instituições financeiras o crédito necessário para alavancar a produção, aumentar os lucros da renda da terra, concentrar a terra em suas mãos e multiplicar o crédito formal transformado em "crédito usurário" – quando o fazendeiro obtinha empréstimo a juros **x** da instituição bancária formal e fazia empréstimos a pequenos e médios produtores, que não possuíam tal crédito bancário, a juros imensamente maiores, com as terras em penhor. (LINS, 2013, p. 6).

Assim os pequenos proprietários eram expulsos de suas terras: ou pelo alargamento indevido das grandes propriedades ou pelo endividamento dos pequenos proprietários com os grandes. A cobrança de dívidas implicava fatalmente na perda das terras que, sem documentos oficiais, eram incorporadas às fazendas do credor que iam formando seus "conjuntos" ou ainda estendendo e alargando "suas terras" constituindo latifúndios.

Tem-se, então, a origem da formação do capital que na organização dos latifúndios expropriou os pequenos produtores, expulsou moradores primariamente constituídos – os povos nativos – e, promoveu a produção agroexportadora das amêndoas de cacau em toda Região Sul da Bahia.

A acumulação primitiva na região cacaueira, segundo Baiardi (1984),

---

só ocorria ao final, quando toda a área contratada estava plantada. Este trabalhador será melhor caracterizado no próximo capítulo.

> ocorre com a expropriação das terras indígenas e com a expansão das lavouras entre 1896 e 1930 em que a Bahia lidera as exportações de cacau e promove efervescência em todo o ciclo produtivo e comercial, uma vez que se cria necessidades, antes inexistentes, de produtos inerentes à produção e à sobrevivência de trabalhadores e proprietários (BAIARDI, 1984, p. 53; 59).

Na base da produção de cacau do município de Camacã, BA., encontra-se a posse da terra como unidade fundiária que se utiliza do trabalho assalariado. A análise que Martins (2010) propõe acerca da unidade fundiária de um modo geral, admite uma aproximação às unidades produtoras de cacau que também teriam como característica a "acumulação primitiva que produz a separação entre o trabalhador e os meios de trabalho" sendo os meios de trabalho de domínio do capitalista agrário. O valor criado pelo trabalho, na lavoura cacaueira, é medido pelas arrobas ensacadas ao final de cada período de safra.

Como explica Martins (1983, p. 164) o capitalista se apropria da renda da terra ao adquirir a propriedade rural, para tal se apropria também da força de trabalho, "de uma parte da mais-valia social".

Segundo Baiardi (1984) as amêndoas de cacau movimentaram o mercado capitalista global, do início do século XX até a década de 1970, período em que realizou suas pesquisas. O capital agrário, comercial, industrial e financeiro foi beneficiado pela produção de cacau da Região Sul da Bahia que se manteve na base do sistema graças a "manobras do capital internacional" para que o processamento se mantivesse nos grandes centros internacionais, o que concedeu à Bahia o título de região agroexportadora.

Enfim, é a trabalhadora e o trabalhador rural a mola propulsora da produção de cacau que de tão lucrativa e socialmente abrangente tornou-se a principal atividade econômica da Região Sul da Bahia, denominada Região Cacaueira.

É esta atividade cacaueira a mola propulsora das memórias dos trabalhadores acerca das relações de trabalho.

5. A VISIBILIDADE/INVISIBILIDADE DO TRABALHO DA MULHER NA LAVOURA CACAUEIRA

O objetivo deste capítulo é analisar a visibilidade/invisibilidade do trabalho desenvolvido por mulheres trabalhadoras rurais da lavoura cacaueira, bem como suas trajetórias utilizando suas memórias como mediação.

A ausência das mulheres do trabalho na lavoura é afirmada pelos homens na primeira incursão no campo de pesquisa. Não uma ausência física nos espaços, mas uma ausência gerada pela invisibilidade dessas mulheres (esposas e filhas) na atividade produtiva. Na concepção dos homens entrevistados, trabalhadores da lavoura, "as mulheres não trabalhavam ou não trabalham na produção de cacau, estavam e estão em casa" (Sergipano[37]). O que se indaga, então, é sobre que atividades estariam realizando enquanto "ficam em casa"? E, mais: o seu papel na atividade rural produtiva de amêndoas, seria de expectadora?

As memórias foram construídas a partir da articulação entre memórias individuais e coletivas, considerando que "as recordações do passado podem mudar com o tempo" (FENTRESS; WICKHAM, 1992, p. 113). Ao considerar que as memórias podem mudar, entende-se que também podem não mudar, então estas memórias partilhadas oralmente ou na forma escrita contribuem para a organização de uma relevante discussão: afinal, de que forma os trabalhadores e as trabalhadoras compreendem a exploração da força de trabalho pelo capital agrário?

E, mais ainda, serve à promoção de uma análise sobre o "sujeito sexuado" (KERGOAT *apud* HIRATA, 1995, p. 41) de onde se indaga: os elementos que descaracterizam o trabalho da mulher são os mesmos que produzem a divisão sexual do trabalho nas fazendas produtoras de cacau?

A ascensão (década de 1960) e o declínio (final da década de 1980) da produção de amêndoas de cacau são construtores das relações que produziram riqueza e uma profunda diferença entre as classes – onde possuir uma fazenda de cacau demarcava a diferença entre riqueza e pobreza - a partir das contradições "naturalizadas" e geradas "mediante a incorporação do trabalho pelo capitalista" através da "compra da força de trabalho" (MARX, 2013, p. 262), desde a década de 1970 (mais produtiva) até os dias atuais.

O trabalho feminino, está inserido no conjunto de relações da exploração da força de trabalho.

---

[37] Apelido de um dos entrevistados.

Assim, as relações de classe não são as únicas existentes no espaço agrícola de produção de amêndoas de cacau, mas que há relações de divisão sexual do trabalho que invisibiliza a participação das trabalhadoras neste espaço, marcadamente masculino, dado o discurso de que o trabalho nos cacauais é pesado e exige força física, qualidade destinada aos homens.

Deixa-se claro que não se está tratando da invisibilidade do trabalho das mulheres no âmbito do "lar". Autoras têm caracterizado o trabalho doméstico como reprodutivo e invisível (ALVES, 2013; HUFTON, 1991; MAIA, 2017; SILVA, 2004). A percepção ao longo da investigação, leva à afirmação de que o trabalho produtivo, tal qual o trabalho doméstico, realizado pelas mulheres na cacauicultura, desde a produção das mudas de cacau, passando pela preparação da terra para o plantio, à produção das amêndoas de cacau pode ter sido invisibilizado. Parte-se então da análise de três importantes categorias: gênero, "raça" e classe social para discutir os níveis de invisibilidade e de exploração do trabalho feminino.

Há algo mais a considerar: a visão masculina do mundo rural acerca das mulheres ao longo do período investigado. A sociedade construiu um modo de ver o universo feminino e a ruralidade como um recorte das atividades realizadas, ao longo de décadas, pelas mulheres. Localizar o feminino, o trabalho realizado pela mulher, a importância dada ao trabalho realizado e que lugar este trabalho ocupa na produção de renda para a economia local são dimensões discutidas neste texto.

Na narrativa, os trabalhadores e trabalhadoras reconstituem suas memórias baseadas na composição das atividades que desenvolveram nas fazendas por onde trabalharam, o que os remete à composição do tempo: em 1970 morava em tal fazenda, tal pessoa era o proprietário, tal pessoa fazia o contrato e tais pessoas fiscalizavam o trabalho a partir de tais critérios. Há pouca linearidade temporal. As memórias são organizadas numa concepção própria de cada sujeito a partir do que fora mais significativo, de maior relevância para si ou para o grupo de convivência.

Toda a ordem espacial se conecta a ordem temporal para realizar a ancoragem das memórias que sequenciam a narrativa. No mundo rural, tais conexões são importantes para que as memórias se revelem contextualizadas por nomes de pessoas próximas e hierarquizadamente significativas naquele momento da vida dos sujeitos que lembram.

As questões propostas são cruciais na composição dessas memórias na medida em que devem estabelecer relações que promovam as conexões necessárias entre os fatos, evitando a

ocorrência de saltos no tempo e a mudança de espaços devido à importância dada a determinados fatos em detrimento de outros.

5.1. A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO: GÊNERO, "RAÇA"[38] E CLASSE

Após uma análise atenta das respostas dadas pelas entrevistadas e pelos entrevistados é possível considerar e articular, nas relações de trabalho: o gênero, o sexo e a raça, pois não são só as discrepâncias existentes entre contratações e salários de homens e mulheres para o trabalho nas áreas de produção de cacau, mas, sobretudo, que havia uma quantidade considerável de mulheres negras e pobres que amargavam e ainda amargam as diferenças salariais e as diferenciações de tarefas consideradas próprias ao sexo feminino e, portanto, com salários determinados a estas tarefas.

Segundo Hirata (2014),

> a ideia de articular relações sociais de sexo e de classe foi proposta na França, desde o final dos anos de 1970, por Danièle Kergoat, que quis compreender de maneira não mecânica as práticas sociais de homens e mulheres diante da divisão social do trabalho em sua tripla dimensão: de classe, de gênero e de origem social (HIRATA, 2014, p. 64).

Esta articulação é fundamental, na medida em que colabora com uma visão mais ampla da realidade, em especial dos sujeitos.

Nas relações de trabalho, especificamente nas aqui apresentadas, pode-se identificar essa articulação através dos relatos de memória.

Os relatos das mulheres entrevistadas (D. Dil, 60 anos; D. Zinha, 46 anos; D. Cil, 53 anos)[39] dão conta do falseamento utilizado pelo discurso do "empregador" de que o trabalho feminino é "mais leve" e, portanto, deve ser remunerado em diárias abaixo do valor do trabalho "pesado" realizado pelos homens. Caracterizando as relações de gênero.

D. Dil deixa claro que as diferenças salariais marcavam a divisão sexual: "Os homem ganhava *[sic]* o dobro. Trabalhei mais de trinta anos numa única fazenda e nunca tive carteira assinada, sempre foi na diária, não tinha garantia de emprego, só meu marido tinha."

---

[38]O termo "raça" entre aspas é utilizado para sublinhar o caráter social e artificial. A "raça" reagrupa notadamente as relações de poder relacionadas à "cor" e à etnicidade, mas também à nacionalidade e ao *status* legal. Utiliza-se, portanto, o termo na concepção dos sujeitos negros da pesquisa, no que se refere à cor da pele e não da etnia ou identidade coletiva.

[39] Em entrevistas realizadas entre fevereiro e junho de 2017.

D. Zinha ratifica o relato de D. Dil e complementa: “Eu nunca tirei carteira de trabalho, cuidava dos ‘filho’ *[sic]* e da casa, não precisava de carteira. Quando comecei a trabalhar na diária não me pediram carteira porque o trabalho das ‘mulher’ era mais leve e o dono da fazenda disse que ‘nóis’ *[sic]* trabalhava pouca hora.” Essa explicação para a diferença salarial condiciona a mulher a uma submissão dupla: aos homens no trabalho e aos homens nas relações familiares, pois marca a posição da mulher na hierarquia familiar por meio do que ganham. Observando que ambos trabalham na mesma fazenda, ou quando em fazendas diferentes, realizando tarefas idênticas ou iguais.

Quando perguntada sobre as horas de trabalho, a resposta de D. Zinha é contundente: “Começa sete horas, para doze para almoçar e volta uma hora. Depois a gente deixa o trabalho quatro horas da tarde.”

Mais uma vez indagada sobre o turno de trabalho, se homens permaneciam trabalhando: “Não, todo mundo largava junto.”

Então, onde se encontra a diferença entre as horas de trabalho? D. Zinha, respondeu convicta: “Quando precisava, os ‘homem’ ia trabalhar sábado até meio dia, as “mulher” *[sic]* não ‘ia’, não.” A expressão “quando precisava” ratifica a diferenciação e a justificativa indelével dos contratadores para manter uma massa de trabalhadoras à margem da formalização do trabalho.

Nestes relatos rememorados observa-se que há uma forte relação entre “masculinidade” / “virilidade” x “feminilidade”, termos explicados por Kergoat como forma “de desvendar o poder dos estereótipos sexuados no trabalho.” (*apud* Hirata, 1995, p. 42-43). Pode-se ainda inferir que o trabalho “masculino/viril” é utilizado para descaracterizar a validade do trabalho da mulher e camuflar a exploração do trabalho na produção do mais-valor.

Ainda nestes relatos, é possível analisar os aspectos referentes ao sexo e à classe que Kergoat chama de “coextensividade”, segundo o qual “a exploração do trabalho assalariado, a opressão de sexo e raça são indissociáveis” e “se imbricam” na medida em que “há o recobrimento parcial de uma pela outra.” (*apud* HIRATA, 1995, p. 39-40).

A obscurescência da exploração do trabalho das mulheres, com jornadas iguais às dos homens, com atividades realizadas em conjunto, na roça, nos leva a inserir mais uma categoria de análise: a raça.

Foi Kergoat[40] quem primeiro analisou o trabalho da mulher a partir das categorias classe, gênero e raça, como "relações sociais fundamentais e transversais quando se leva em conta as dimensões materiais da dominação." (*Apud* HIRATA, 2014, p. 63 - 66).

Retoma-se, então, a discussão iniciada a partir da tabela de sujeitos (pág. 24) em que se observa que a maioria, dos trabalhadores rurais pesquisados, é composta por negros ou pardos. E, quando se analisa as trabalhadoras quanto à "raça" vê-se a expressiva quantidade de mulheres negras. Um legado da sociedade escravocrata do Brasil que segundo Fernandes (2008),

> largou o negro a seu próprio destino, deitando sobre seus ombros a responsabilidade de se reeducar e de se transformar para corresponder aos novos padrões e ideais de ser humano, criados pelo advento do trabalho livre do regime republicano e do capitalismo (FERNANDES, 2008, p. 35-36).

Para Fernandes o negro viveu uma verdadeira "anomia social transplantada do cativeiro" na primeira metade do século XX

> na medida em que a ordem social competitiva e a urbanização estavam em plena emergência [...]. Os negros e os mulatos ficaram à margem ou se viram excluídos da prosperidade geral, bem como dos proventos políticos, porque não tinham condições de entrar nesse jogo e sustentar suas regras (FERNANDES, 2008, p. 120).

À margem do desenvolvimento sócio econômico da sociedade, os negros e mulatos sofrem as desigualdades impostas "na fase incipiente de formação da ordem social competitiva." (FERNANDES, 2008, p. 165). Na primazia dos efeitos de tal competitividade, Fernandes (2008) destaca a "exploração do trabalho da mulher e a especialização na área do crime" da qual muitos negros passam a fazer parte no afã de se destacarem dos demais negros considerados "submetidos à ordem branca do bom moço."

De difícil acesso aos negros, os trabalhos que exigiam aprendizagem formal ou mesmo algum treinamento profissional como "barbeiro, alfaiate ou sapateiro" estavam destinados aos brancos nacionais ou imigrantes. Fernandes (2008) enfatiza que a mulher negra estava submetida a dificuldades maiores, pois sequer acessavam o aprendizado necessário para se tornarem tecelãs, "tendo de contentar com os empregos como domésticas, principalmente

---

[40] Para Kergoat seriam relações sociais: a classe, a raça e o gênero que estariam integrados na categoria que chamou "consubstancialidade". Hirata explica que o interesse teórico e epistemológico de Kergoat seria o de "articular sexo e raça, por exemplo, e fica claro nos achados de pesquisas que não olham apenas para as diferenças entre homens e mulheres, mas para as diferenças entre homens brancos e negros e mulheres brancas e negras." (apud Hirata, 2014, p. 1;3). Kergoat já afirmava em artigo de 2002 que "embora a relação social de sexo tenha a mesma natureza que as outras relações sociais (elas são consubstanciais), ela tem suas características próprias: perpassa totalidade do espaço-tempo conhecido e as segregações que opera têm formas particulares." (p. 49-50).

junto a famílias tradicionais.” Isto dava às mulheres uma espécie de continuidade nas relações existentes durante o período escravocrata. (FERNANDES, 2008, p. 165).

A “liberdade” não garantiu direitos ou estabeleceu deveres, “não trouxe a libertação,” como afirma Fernandes (1989, p. 5).

A liberdade, segundo Fernandes (2008), impôs aos negros uma vida de sacrifícios a si mesmos e a seus descendentes uma vez que “homens e mulheres começavam a trabalhar na mais tenra idade [...] e trabalhavam duramente até o fim da vida, mal ganhando para o próprio sustento e a alimentação dos filhos.” Para este autor, a vadiagem e a prostituição podiam representar, entre os negros, “um destino comparativamente melhor” uma vez que os demais “caminhos de auto-afirmação (*i.l.*) se achavam bloqueados”. Assim, “a falta de perspectiva ligada aos elementos economicamente ativos e ajustados engendrava consequências de natureza sóciopáticas (*i.l.*).” (FERNANDES, 2008, p. 170)

A mulher negra, segundo Fernandes (1989), será neste contexto de discriminação, exploração e ausência de direitos, a destinatária de uma “concentração excessiva de obrigações nos papéis sociais”. Essa sobrecarga,

> projetava a mulher negra para fora do lar, com frequência desde a manhã até a noite ou a mantinha dentro do lar, mas terrivelmente ocupada em lavar, passar roupa para fora, em costurar ou outras obrigações porventura realizadas em casa (FERNANDES, 1989, p. 252-253).

As “obrigações realizadas em casa” a que Fernandes se refere eram as remuneradas, pagas pelas famílias brancas para serem feitas em casa e entregues aos pagadores em suas residências. Segundo o autor (1989), na primeira metade do século XX, “a mulher negra dispunha de muitas oportunidades de emprego [...] o que desenvolveu uma espécie de parasitismo destrutivo” sobre ela pelo companheiro, uma vez que os homens brancos imigrantes e os nacionais brancos e pardos detinham a preferência pelos empregadores, o que empurrava os homens negros ao desemprego permanente. Esta situação torna visível a relação existente entre classe e raça e, segundo Fernandes (1989) torna “lenta a transformação social” quando estas relações se cruzam e, estas são indissociáveis na sociedade brasileira: “nada de isolar raça e classe.” (FERNANDES, 1989, p. 10; 11;17).

Ainda que as lutas do povo negro, por décadas, tivessem sido destinadas à sobrevivência, Fernandes afirma que

> os protestos raciais desencadeados entre as décadas de 20 e 40 promoveram uma extensa agitação, elaboraram a primeira tentativa de desmascaramento sistemático do mito da democracia racial brasileira e construíram uma contra ideologia racial, coerente com os fundamentos legais da ordem democrática burguesa (FERNANDES, 1972, p. 266).

Esta mítica "democracia racial" está presente nas décadas citadas por Fernandes, bem como naquelas que demarcaram os tempos áureos da produção de cacau. As memórias das trabalhadoras rurais dão conta que além delas, as demais trabalhadoras com quem tiveram contato nas fazendas onde trabalharam, eram negras ou pardas, sendo as negras a maioria.

Entrelaçados estão os conceitos de gênero, raça e classe: o ser mulher negra, pobre e trabalhadora rural a condiciona ao desprestígio social. Desprestígio que atravessou o século XX e pode ser identificado nos relatos das entrevistadas.

D. Dil, D. Zinha e D. Cil, são parte desta opressora relação. Pois, como as demais, começaram a trabalhar sob o estigma da necessidade de "ajudar" em casa com as despesas. Todas afirmam que o pagamento pelas diárias contratadas era inferior às diárias pagas aos homens com a mesma carga horária de trabalho produtivo e, que ao retornarem para casa precisavam dar conta dos trabalhos domésticos e dos filhos sem o auxílio do companheiro.

Essas três mulheres se autodeclararam negras e trabalhadoras rurais. A diferença entre elas está nos detalhes:

D. Dil (60 anos) começou a trabalhar na roça, com diárias, aos dezenove anos depois de ter a primeira de cinco filhas, em 1976.

D. Zinha (46 anos) começou a trabalhar na roça, com diárias, aos 40 anos, depois de ter criado os três filhos, em 2011.

D. Cil (53 anos) começou a trabalhar na roça aos nove anos para ajudar a família, em 1973. Teve 13 filhos, dos quais 12 sobreviveram. D. Cil, diferente das duas primeiras, possuiu carteira de trabalho. Do pouco uso - apenas uma assinatura por dois anos de trabalho numa fazenda - acabou perdendo e esquecendo que já tivera, até que a liberação do FGTS fez uma filha indagar a existência de tal carteira. Ao procurá-la, deu-se conta que havia perdido. São quarenta e quatro anos de trabalho sem qualquer comprovação.

Aos 53 anos de idade, D. Cil ainda trabalha com pagamentos de diárias irregulares em fazendas vizinhas, pois na fazenda onde mora não há trabalho devido à baixa produtividade da lavoura cacaueira após a crise hídrica recente.

> O dono daqui é muito bom! Ele deixa a gente morar aqui. Nóis [sic] (ela e atual companheiro, com quem não tem filhos) pegou [sic] uma meia de cacau ali ó

> (apontou para a plantação à esquerda da casa), mais ano passado e este ano nóis num [sic] colheu nada, nada, nadinha. O dono nem vem aqui, de desgosto. A gente pega café numa fazenda depois daquela serra ali, ó (aponta para a serra a mais ou menos 1000 m). O dono daqui é bom e deixa a gente ficar mesmo sem cacau. (D. CIL - entrevista concedida em jun. 2017).

Nenhuma das três estudou. Todas assinam o nome com dificuldade. Frequentaram a escola já na idade adulta para aprenderem a assinar o nome. "Eu só sei assinar muito mal, tremido. Ler eu não leio nada. Conheço todas as 'letra', pode 'preguntar', mas não sei juntar *[sic]*. É muito difícil! Meu pai me colocou na roça, não me deu escola." (D. Cil – jun. 2017).

As memórias dessas mulheres revelam a opressão de gênero, de raça e de classe. Sem educação formal, não tiveram oportunidades de escolher uma profissão. Se lançaram na atividade rural que conheciam e que podia render-lhes algum ganho para "ajudar" na manutenção da casa e da família.

A noção de "coextensividade" de Kergoat (2002) relaciona:

- a "exploração no trabalho" expressa pelo pagamento de diárias baixas e sem nenhuma relação com o salário mínimo, sem reconhecimento de sua participação na produção de riqueza de cada fazenda por onde trabalharam e trabalham;

- a "opressão de gênero" nas relações de trabalho, uma vez que o discurso do capitalista agrário de que o "trabalho é leve e que há poucas horas de trabalho" desqualifica o trabalho das mulheres adjetivando-o como leve, pouco em volume e quantidade.

Hirata afirma ser necessário "reconhecer o lugar do indivíduo e de sua subjetividade como pré-condição para permitir captar os movimentos e as relações de paixão nas relações de trabalho." (HIRATA, 1995, p. 40).

Subjetividade feminina que não denota fraqueza ou sugere desigualdade em relação à execução de tarefas, mas configura a mulher como um todo dialético inserida numa relação de desigualdade social, de raça e de gênero e que é oprimida por uma prática perpetuada nas fazendas de produção de cacau em Camacã, Bahia.

As reflexões de Saffioti (2011) acerca das diferenciações sociais de gênero, de classe e de raça muito se aproximam das reflexões apresentadas por Hirata (1995) e Kergoat (1986). Estas autoras tecem críticas às tácitas defesas dessas diferenciações em torno da propriedade privada, ou seja, apenas dos fatores econômicos.

Saffioti (2011) argumenta que "seria simplificar demais a realidade asseverar que a propriedade privada constitui a fonte exclusiva da inferioridade da mulher na sociedade [...] ou que as relações entre o homem e a mulher sejam da mesma natureza que as relações entre

as classes sociais". Para ela, é necessária uma "complementaridade da relação entre os sexos no momento da reprodução (social, grifo da autora) é importante dado a ser levado em conta na análise da condição da mulher nas sociedades de classes." (SAFFIOTTI, 2011, p. 87).

Saffioti acrescenta à reflexão sobre a tríade (gênero, classe e raça) dois elementos fundamentais: a dominação – do homem sobre a mulher – e a cultura. Não como categorias, mas como integrantes indissociáveis, o que não contraria a defesa da "consubstancialidade" de Kergoat (1986).

Sob a óptica de Saffioti (2011) a dominação do homem sobre a mulher é perpetuada culturalmente, pois "exercida pela geração madura sobre a geração imatura vincula-se à necessidade social de introjetar nos mais jovens os conteúdos de cultura vigente na sociedade" e visa socializar as gerações imaturas "para o desempenho de papéis sociais segundo a classe social a que pertençam os diferentes integrantes das novas gerações – capitalistas ou assalariados." (SAFFIOTI, 2011, p. 86-88).

Assim, Saffioti inverte a determinação comum e defende que "nas sociedades de classes o sexo exprime uma relação subordinada em cuja operação não se inscreve a explicação de funcionamento do sistema social". Segundo ela, "é nas determinações sociais essenciais do sistema que se podem encontrar as raízes do modo pelo qual é sacrificada uma categoria de sexo." (SAFFIOTI, 2011, p.89).

Segundo Saffioti (2011), não basta a destruição da ordem capitalista, baseada numa visão economicista, para que haja emancipação da mulher negra, branca, pobre, abastada, mas que é preciso uma

> intervenção racional na realidade social [...], a socialização dos meios de produção e a elaboração da legislação que não discrimine os sexos, quer na família, quer nas situações de trabalho, quer na política, quer ainda no setor cultural da vida, se de fato, se deseja promover a emancipação feminina e sua elevação social (SAFFIOTI, 2011, p. 92).

Os relatos já citados ratificam as reflexões de Saffioti (2011), pois mostram mulheres oprimidas pela condição socioeconômica, mas também por determinações culturais que submeteram as mulheres ao trabalho doméstico e rural sob a égide da "ajuda" à manutenção de elementos essenciais à família patriarcal. A distância dos centros urbanos aumenta a destituição de direitos e reduz o trabalho da mulher ao espaço doméstico, distante que está dos olhos e percepções sociais de sua ininterrupta participação no trabalho extra casa.

D. Dil, ao fazer um relato do que fora sua infância até sua chegada ao atual município, diz o seguinte:

> minha mãe morreu quando eu era criança muito nova, nem tenho lembrança dela, fui criada por meu pai e madrasta. Me casei nova, sem estudo, saí de uma roça e vim para esta aqui, com meu marido. Minha sogra cuidava das meninas para mim, enquanto eu ia pra roça. Quando eu chegava fazia as coisas de casa e no final de semana eu fazia faxina na casa e lavava toda a roupa. (D. DIL - entrevista concedida em jun. 2017).

Relato que se repete em todas as mulheres: o trabalho doméstico, considerado "leve e de mulher", a casa como "esfera de consumo, de domínio feminino." (HEREDIA *et al, apud* MAIA, 2004, p. 90). Uma vida compartilhada indiretamente com todas as trabalhadoras da lavoura cacaueira.

Kergoat (2002) explica que "o grupo dos homens legisla, em nome do universal, a vida do grupo das mulheres, explora seu trabalho profissional e ainda extorque delas trabalho extra (o trabalho doméstico). O fato de que, nesse último ponto, muitas mulheres cedam "por amor" nada muda à dura realidade dos fatos." (KERGOAT, 2002, p. 49).

O trabalho é em primeira análise o aspecto que interliga as relações de gênero, raça e classe pois, através dele se pode observar as divisões, as diferenciações ou a invisibilidade. O trabalho doméstico, longe do montante econômico da produção de mais valor é caracterizado como extensão do ser feminino. D. Dil, que deixava as filhas com a sogra, que por não "trabalhar fora", cuidava das crianças. Ao retornar das oito horas de trabalho produtivo, vê-se na "obrigação[41]" de realizar o trabalho reprodutivo da casa, do cuidado com o lar e com as filhas.

O espaço da casa é dado à mulher como seu espaço de ordenamento, não de mando, pois é a figura paterna que reina como chefe da casa, da família. Afinal, o trabalho da roça que rende à mulher uma diária paga ao final de cada semana é para "ajudar" na manutenção da casa e dos filhos. Enfim, a manutenção é da obrigação do homem, o que o desobriga da "ajuda" ou da divisão igualitária das atividades domésticas, pois estas atividades já fazem parte de uma divisão mais ampla que perpassa as tarefas remuneradas: o que é trabalho feminino, de menor remuneração e sem continuidade e, o que é trabalho masculino, de remuneração maior e com continuidade, coloca o homem como chefe da casa.

---

[41] Ao utilizarmos a palavra "obrigação" entre aspas, pretende-se deixar claro que para a entrevistada era e é natural que ao retornar do trabalho na roça realizasse as tarefas domésticas.

A divisão sexual do trabalho se apresenta, segundo Alves (2013, p. 7), “mediada por situações historicamente dadas entre pessoas de sexo oposto” e, “fundamenta-se na ideia da relação antagônica entre homens e mulheres, mas também nas relações de exploração que sofrem os sexos,” mas seu aspecto verticalizador é inerente a todas as formas e significados. As relações sociais de gênero, raça e classe funcionam como organizadoras da sociedade rural cacaueira.

D. Dil nos conta que trabalhavam com ela na fazenda – entre 1973 e 2000 - sob contratação esporádica, com pagamento em forma de diárias, seis até dez mulheres. Estas mulheres não moravam na fazenda e caminhavam três quilômetros para chegarem, pela manhã, e mais três para retornarem à tarde. Só eram admitidas por serem solteiras e poderem fazer as caminhadas cotidianas. Nenhuma delas possuía carteira ou qualquer tipo de contrato escrito. O pagamento, uma diária que representava 50% do que recebiam os homens.

Segundo D. Dil, elas realizavam todas as tarefas inerentes aos homens, mas por considerarem a derrubada dos frutos das árvores uma atividade masculina, no período de colheita, as mulheres recolhiam os frutos (faziam a “bonga[42]”), enquanto outros homens levavam para os montes onde todos se juntavam para a quebra.

Segundo D. Dil, as mulheres solteiras contratadas também eram negras e também não estudavam, ainda que vivessem num distrito com escola. Saiam de casa, segundo ela, às cinco horas da manhã para chegarem ao local de trabalho a tempo, independentemente das condições do tempo, lembrando que a região foi e ainda é de alto índice pluviométrico, uma das características propícias à produção de cacau, tema já apresentado em capítulo anterior.

Observa-se nesse relato que a subcontratação e a precarização do trabalho feminino era, e é, uma realidade no município. O relato de D. Zinha, que começou a trabalhar em 2011, em regime de diárias, nos reapresenta as condições de trabalho das mulheres entre as décadas de 1970 e 2000. Condição de exploração e precariedade descritas por D. Dil, D. Lia e D. Cil mostra que pouca coisa ou mesmo nada mudou para as mulheres no trabalho rural.

Diferente de autores que tratam da invisibilidade do trabalho feminino a partir do trabalho doméstico considerado trabalho reprodutivo (ALVES, 2013; SILVA, 2010; SILVA, 2004), o que se discute nesta dissertação é a invisibilidade do trabalho feminino na atividade produtiva, na produção de amêndoas de cacau para fins de exportação e, portanto, como atividade da cadeia produtiva nacional. O que não a exclui das atividades domésticas, do

[42] “Bonga” é como os trabalhadores e trabalhadoras chamam o recolhimento dos frutos de cacau do chão após a derrubada com podões e a formação de montes que são recolhidos pelos tropeiros para em seguida serem cortados e retiradas as amêndoas. (Informação dos sujeitos da pesquisa).

trabalho reprodutivo, pois está integrada à herança familiar e social de que "cabe à mulher o cuidado com a casa e o cuidado dos filhos", que Saffioti afirma ser uma justificativa da sociedade de classes para manter a mulher destituída de direitos e de vida social (2013, p. 86).

O trabalho produtivo nas fazendas de cacau vem, há mais de meio século, sendo realizado por mulheres em diferentes faixas etárias, solteiras, casadas e, em sua maioria por mulheres negras, não foi e não é visível, seja pelas estatísticas, seja pelo registro em carteira, seja pelo reconhecimento de que mulheres participaram e participam da produção de riquezas para o município. No entanto, quando dirigimos aos homens a pergunta que identifica este trabalho: onde estavam e onde estão as mulheres no espaço da fazenda produtora de cacau? As respostas são praticamente unânimes: "estavam e estão em casa!"

Respostas estas que caracterizam o trabalho produtivo como pertencente ao mundo dos homens, enquanto à mulher está reservado o espaço da casa.

A divisão sexual do trabalho se dava e se dá pela impressão masculina do que seria o "trabalho de homem" e o "trabalho de mulher". O trabalho doméstico seguia e segue a lógica do "macho" que não lava louça ou cuida de crianças, pois na lógica já citada, são atividades femininas.

> Uma ideologia naturalista que legitima princípios de separação entre trabalhos de homens e trabalhos de mulheres, sintetizando essas separações mediante argumentos naturais e descaracterizando a natureza desigual e hierárquica dessa separação. (ALVES, 2013, p. 3).

Ao buscar respostas à mesma pergunta, feita aos homens, junto às mulheres, encontra-se outro conjunto de explicações, pois estas relatam que desde a infância estiveram presentes nas lavouras de cacau, ao lado dos pais no exercício de variadas atividades destinadas às crianças, tais como o recolhimento dos frutos do cacau após a derrubada das árvores, até as atividades consideradas masculinas, já a partir da adolescência, como a tarefa de retirada do limo dos troncos dos cacauais, ou a tarefa de carregar caçoás[43] com os frutos do cacau ou fazendo a "bonga."

Lobo (*apud* SILVA, 2010, p. 24) colabora com a compreensão de que a submissão à figura do pai autoritário, ou mesmo do pai como o chefe da família, por meio de muitas lembranças de violência física, é um dos reflexos do conteúdo da presença da figura masculina que detém o "mando" da casa e é extensivo ao espaço do trabalho na roça, onde a

[43] Balaio de fibra.

figura do proprietário, através do administrador da fazenda, ou do controlador de turma, se confunde com a do pai e, mais tarde, ou não tão tarde assim, à figura do marido.

As uniões, no espaço agrícola, ocorriam e ocorrem cedo demais para as meninas que aos doze anos assumiam - e ainda assumem, em muitas localidades - a condição de esposas, mães e trabalhadoras. Veem ao final de cada semana seu trabalho desvalorizado pela renda inferior ao do companheiro.

As memórias de D. Filó (96 anos), de Lete (52 anos), de Liu (44 anos) e de Deo (44 anos) demarcam as suas trajetórias nos espaços do doméstico, do quintal e da lavoura cacaueira. Estas memórias colaboram na construção de uma história marcada pela invisibilidade doméstica e social, na qual o homem detém o "status de chefe" e a mulher amealha o título de "rainha do lar".

Ao recriarem suas memórias, mulheres, de faixa etária tão diversa, relatam a sua atividade cotidiana trasladada entre os afazeres da casa, o cuidado com os filhos e a preocupação permanente com o bem-estar destes que se resume em "não deixar que nada falte." (D. FILÓ; D. LETE, entrevista concedida em set. de 2016).

Nos relatos de cada uma destas mulheres, a atividade rural na infância não retrata as brincadeiras e jogos inerentes às crianças. A lembrança da mais tenra idade é descrita pela participação nas atividades desenvolvidas na roça como forma de "ajuda" à família na manutenção da sobrevivência desta. A "empreita", negociada pelo pai com o proprietário das terras através de seu administrador, informava sobre o valor a ser pago pela limpeza da roça ou pela colheita dos frutos ao homem da casa, mas não limitava a participação da família na execução da tarefa. Assim, toda a família passava a ser imbricada na execução da tarefa para que, terminada esta tarefa, em tempo "otimizado", poder-se-ia contratar uma nova.

O trabalho na lavoura era então dividido entre os membros da família, mas as atividades de casa e do quintal estavam sob a responsabilidade da mulher que o distribuía entre as demais crianças femininas do grupo familiar. Desta forma, desde crianças, as meninas reproduziam o trabalho doméstico invisibilizado e o trabalho rural como extensão deste, pois, sem remuneração, as crianças ouviam de seu pai que "elas comiam e vestiam", portanto, a "ajuda" se limitava à obtenção destes "benefícios" a elas destinados.

São as memórias das trabalhadoras que suscitam a necessidade de uma reflexão acerca da realidade vivida e vivente destas mulheres no contexto de uma sociedade dividida em classes e que promove em seus setores produtivos a divisão sexual do trabalho e a invisibilização do trabalho feminino.

Parece conveniente continuar esta discussão com um conto de autoria de Euclides Ferreira Neto, reproduzido em parte. Um conto que narra as atividades de uma mulher, Filomena e, do seu marido. Trabalhadores da lavoura cacaueira.

> Do nome dele eu me lembro como fosse agora. Chamava-se Eduardo Félix, magro e alto feito um tronco de pati. Músculos à mostra – cabos de aço trançado. Cabelos tão finos que pareciam algodão de ceda, olhos gateados. As franjas caiam sobre a testa já plissada pela constante cara zangada e bruta, apesar de não ter trintado ainda. Do nome dela, tenho dúvidas. Procuro no balaio da memória e aparecem caroços da lembrança: Maricota, Isaltina, Filomena. Fixo-me neste, quase sem receio de errar. Tenho dúvidas, mas está na ponta da língua. Já, já me lembro. Decorrem mais de 60 ou 65 anos da minha parte. O nome da mulher de Eduardo Félix era mesmo Filomena, certeza agora, taluda, ambos parecendo gringos, ela mais encorpada que ele, semblante de quem não mostra nem beleza nem feiúra *[sic]*, cabelos compridos até a garupa farta, se não fosse o pano sempre amarrado na cabeça a domá-los.
> Ocuparam a mata sem dono e ali rasgaram a clareira e a picada para o comercinho acanhado de Tesouras, conquanto pouco fossem lá. Somente dois filhos pequenos que os acompanhavam ao roçado. Ficavam guardados e adormecidos à sombra farta e fresca dos cocós, fora do alcance das madeiras que derrubavam. O casal era como dois machos. Subiam no estaleiro armado acima das catanas. À pancada de cada ferro o outro respondia, cada um tirando cavaco na frente e nas costas da madeira. Na direção da queda indicada pelo galho mestre, outras árvores menores já estavam com as bocas nos troncos. Quando o pau que cortavam dava o primeiro estalo, os dois aplicavam mais algumas cutiladas leves e esperavam o segundo gemido. Corriam, então, ficando fora do alcance dos ramos mais altos no momento da queda brutal. Sempre havia um grito de satisfação, quando as madeiras entalhadas caiam esmagadas pela mais grossa. Um gozo. Se o sol já se agasalhava no poleiro do horizonte, pensavam em voltar para casa. Os machados ficavam no chão esperando o dia seguinte. Filomena [...] oferecia os peitos lavados de suor ao caçula, que os sugava bravamente. Nem sempre Eduardo Félix esperava a companheira. Tomava a vereda de casa e ficava à espera, sentado no batente, esperando o pirão com a caça moqueada. Até que a mãe chegasse com um braço em berço amparando o caçula e a outra cria enganchada no quarto, que mais parecia um acento de uma cangalha de boi manso, de tão largo.
> Mal entravam em casa, já o homem pedia a comida, impaciente. Trocavam cacos de palavras secas. Cortavam-nas nos dentes como se fossem malaguetas: cuspiam pedaço e engoliam o resto.
> Sim, para completar, precisa dizer que o rancho onde assistiam era de taipa, coberta de indaiá, portas e janelas de varas. Ficava num oiteiro que descia pela frente até o riacho Sapucaia a cerca de duas tarefas.
> Agora é o caso que interessa: brigavam pouco. Não tinham tempo, porque o trabalho na roça, o abrir e tapar covas de mandivas e junto a elas o pé de cacau com três sementes, depois a casa de farinha, no veio da roda. Ela com o mesmo vigor que não precisava repetir. Até com a barriga na boca não refugava trabalho. [...]. (FERREIRA NETO, 2006, p. 87-88).

O trabalho não era, e não é, para as trabalhadoras rurais uma diversão, passatempo ou relativa “ajuda” dada aos homens. Levantar-se cedo já aos “pés do fogão” para dar conta de organizar a casa com os cuidados inerentes aos filhos e sair com o marido para a “lida diária” na roça, não parece ser um lazer.

Ainda que nos relatos as mulheres tenham dito que gostavam de fazer as tarefas domésticas e irem para a lavoura, como se vê acima, foi possível comprovar através dos relatos que o trabalho rural sempre esteve ligado a uma necessidade de manutenção dos bens minimamente necessários ao sustento da família.

Para D. Lia[44], o trabalho significava "comprar um biscoito, um chinelo para um filho ou filha, um material da escola que falta. Aí eu não preciso pedir pra ele."

D. Zinha descreve suas necessidades como as de D. Lia: "uma roupa ou calçado, um alimento que falte, aí eu compro."

As necessidades da casa, da família, também aparecem na fala de D. Dil: "meu pagamento sempre foi para as coisa da casa, das filhas."

D. Dada, ao narrar o que o pouco dinheiro que recebe é capaz de comprar o que falta ao sustento da família, chega à conclusão de que o trabalho dela ultrapassa a dita "ajuda" e ganha o status de necessidade ao orçamento familiar. Ao desdobrar a pergunta sobre o trabalho realizado na zona rural, e pedir que o descreva como "ajuda", como necessidade ou como forma de obtenção de liberdade e independência, as respostas conjugam para necessidade do dinheiro percebido para que não seja preciso solicitar ao companheiro. Uma forma indireta de dizer "independência".

Durante as entrevistas foi possível obter informações sobre o trabalho que realizam hoje, uma vez que algumas dessas mulheres, ainda que residindo na zona rural, não estão na atividade agrícola. A crise estrutural acionada pela "vassoura-de-bruxa", já explicada no segundo capítulo, provocou a falência de proprietários, fechou residências rurais de trabalhadores e despediu de mãos vazias centenas de famílias.

As mulheres, por não possuírem contratos de trabalho ou qualquer outro tipo de regularidade no trabalho, foram as primeiras a serem afastadas das lavouras e ficarem sem qualquer renda e perspectiva, pois o trabalho estava atrelado à residência da família e ao contrato do companheiro. A dispensa do trabalho no local de moradia, a princípio as afastavam da possibilidade de trabalho local, mas com o tempo houve o cerceamento de qualquer contratação da força de trabalho feminina e até mesmo masculina.

Buscaram na periferia da cidade a moradia improvisada e o trabalho esporádico em casas de outras famílias. Como domésticas continuaram no regime de exploração do trabalho através das extensas jornadas, dos baixos salários e das incertezas de continuidade.

---

[44] D. Lia, D. Zinha, D. Dil e D. Dada concederam entrevistas entre maio e julho de 2017.

As memórias das trabalhadoras da lavoura cacaueira vão formando um importante mosaico de informações acerca das atividades desenvolvidas por elas e pelos homens no cotidiano do trabalho rural para produção de amêndoas de cacau. Espalhadas pelo espaço de produção, nas diversas fazendas de produção, as mulheres vão desenhando suas ações em cada fazenda por onde trabalhou ou morou ao longo de suas vidas. Uma composição que se delineia pela participação de cada uma nas entrevistas.

Como já citado, em capítulos anteriores, o trabalho doméstico e rural para a maioria das mulheres foi iniciado na infância, daí a diversificação das tarefas destinadas a elas. Em casa havia uma obrigação do trabalho doméstico orientado pelas mães. Segundo todas as entrevistadas, para este trabalho não havia o que discutir, era realizado pelas meninas.

O quintal é a segunda tarefa obrigatória feminina. A criação de animais de pequeno porte e a produção de hortaliças, mandioca e milho para o consumo doméstico. Este trabalho, também como parte da reprodução familiar, somente era realizado sob a autorização do proprietário, pois nem todos admitiam tais atividades considerando a quantidade de trabalhadores moradores. Os responsáveis pela administração das fazendas costumavam justificar a proibição devido aos desentendimentos costumeiros entre vizinhos-trabalhadores.

As moradias ocupadas por trabalhadores nas fazendas não possuem separação por muros ou cercas, o que pode promover maior entendimento ou mesmo desentendimento. Além disto, a ocupação da terra, em muitas propriedades, estava totalmente restrita à monocultura do cacau. Utilizar espaços para outros produtos da agricultura poderia representar uma fração a menos nas sacas de amêndoas colhidas anualmente.

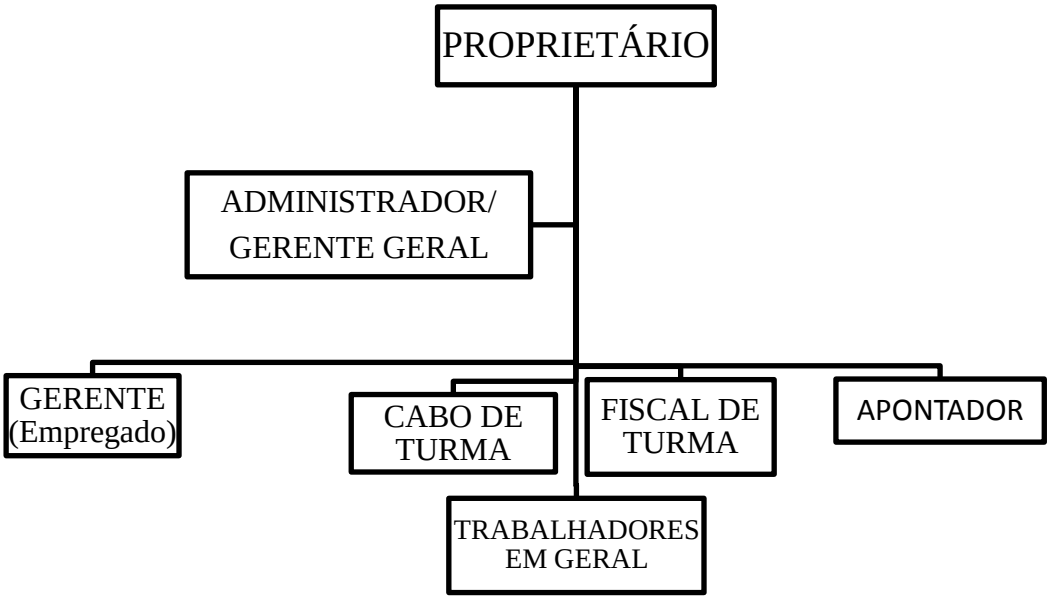
Entretanto, havia em algumas propriedades a permissão para tais atividades agrícolas de reprodução familiar, que a mulher com as filhas e os filhos eram responsáveis já que, não raras vezes o companheiro tratava com administradores uma área de empreita. Trabalho a ser executado após o turno normal de trabalho e nos finais de semana. No qual, segundo as entrevistadas, era comum a participação da mulher também nessas tarefas extras junto com o companheiro para que este fosse finalizado o mais breve possível. Isto representaria um ganho extra para a família sem, no entanto, significar maior visibilidade dessas mulheres no mundo do trabalho nas fazendas de cacau.

5.2. A HIERARQUIZAÇÃO DO TRABALHO NA FAZENDA: DIVISÃO DE GÊNERO E DE CLASSE

A divisão sexual do trabalho na produção rural não se aplica somente à divisão das tarefas, não se esgota na realização de trabalhos leves ou pesados, mas "nas relações assimétricas no nível de hierarquia, da qualificação ou dos salários." (LOBO, 1991, p. 47).

Esta divisão fica didaticamente explicada a partir da rememoração das/os trabalhadoras/es acerca da hierarquia existente nas relações de trabalho nas fazendas de cacau, no auge de sua produtividade, entre as décadas 1970 e final de 1980. Tal hierarquia está descrita de forma decrescente a partir da ordem de "importância" no processo produtivo, abaixo.

Figura 4 - Hierarquia na organização do trabalho nas fazendas de cacau pesquisadas.



Fonte: Memória dos trabalhadores (homens e mulheres) revelada em entrevista à pesquisadora.

A hierarquia, em forma de Organograma, mostra com clareza a ausência das mulheres. Mesmo no grau superior (proprietário) os relatos revelam que as mulheres alcançavam a função de cabo de turmas na escala hierárquica da administração da fazenda. No entanto, eram as chamadas "mulher-macho." Segundo D. Sílvia, não eram muitas, mas "pareciam homens no trato com os trabalhadores", no entanto afirma que nunca conheceu

uma mulher fiscal ou apontadora. Esta hierarquia diferenciava os salários e o poder de mando diante dos trabalhadores.

A depender do tamanho da fazenda ou da quantidade de propriedades, o proprietário poderia possuir esta estrutura hierárquica de mando ou parte dela.

O PROPRIETÁRIO, com casa na fazenda, pouco ia verificar os trabalhos, pois, normalmente possuía outras fazendas ou negócios em alguma cidade grande. Daí contratava uma grande quantidade de trabalhadores para hierarquicamente organizar o trabalho e garantir a renda da terra. Diretamente ligado a ele estava o Administrador, ou o Gerente (Empregado). Quando da existência de mais de uma propriedade, contratava-se o Administrador para administração geral de todas as fazendas.

O ADMINISTRADOR, recebia ordens diretas do proprietário e cuidava que os Gerentes de cada fazenda recebessem as ordens e as fizessem cumprir. Também o Administrador negociava em nome do proprietário as amêndoas, verificava preços e vantagens de compra e venda.

O GERENTE (chamado de Empregado), recebia as ordens e as cumpria e faziam cumprir dentro de sua área de administração direta, a fazenda. Ele realizava contratação de trabalhadores e também os demitia ou não permitia que retornassem caso houvesse qualquer problema repassado pelo Cabo, Fiscal ou pelo Apontador. Era responsável pelos pagamentos semanais ou quinzenais dos trabalhadores.

OS CABOS DE TURMA, separavam grupos de trabalhadoras e trabalhadores e cada Cabo se dirigia ao local de trabalho com seu grupo, explicava a tarefa e ficava todo o dia orientando o trabalho e certificando que estavam realizando.

O FISCAL, “corria” a fazenda verificando se o Cabo de turma estava desempenhando seu trabalho e se a tarefa estava sendo executada por todos os envolvidos. Caso houvesse qualquer desvio, o Gerente era informado para tomar as providências. O Cabo de turma podia se dirigir ao Fiscal ou ao Gerente para pedir aumento ou redução das turmas sob seu comando, a depender das necessidades do trabalho.

O APONTADOR, era o trabalhador que verificava, presenças e ausências. Conferia todo o pessoal, diariamente, para garantir o pagamento correto das diárias ao final de cada semana. Também estava diretamente ligado ao Gerente.

OS TRABALHADORES EM GERAL (homens e mulheres) tinham contato direto com o Cabo de Turma, cada um no seu grupo de trabalho e com o Apontador que todos os dias verificava a presença. O Fiscal aparecia na roça para verificação do trabalho, mas os

trabalhadores não o procuravam diretamente, embora o contrário ocorresse com frequência. Quando em busca de trabalho, os trabalhadores podiam falar com o Gerente.

A divisão sexual do trabalho ocorria e ocorre na base da hierarquia, pois nas memórias dos sujeitos não há registro de mulheres nas demais funções de mando. Segundo as entrevistadas, o trabalho inicialmente oferecido estava sempre relacionado a atividades "leves e fáceis", serviço de mulher que poderia também ser realizado por crianças e adolescentes. Tirar limo dos caules dos cacauais fora citado por todas como tarefas iniciais. Escovar os caules estava situado na adequação do trabalho doméstico à lavoura. Mãos acostumadas à escova ao lavar as roupas da família foram utilizadas para fazer aumentar a produção dos cacauais.

A necessidade em retirar o limo deve-se ao alto índice pluviométrico no município que o faz nascer e se espalhar do tronco aos galhos com muita rapidez. O limo impede as flores de nascerem e, consequentemente, os frutos também não se desenvolvem. Esse trabalho era e é realizado entre os meses de julho e setembro. No entanto, aos poucos, outras tarefas iam sendo inseridas na rotina do trabalho da lavoura.

Entre os Trabalhadores em geral havia uma divisão própria, definida pelas tarefas. A figura a seguir apresenta a divisão do trabalho.

Figura 5 - Divisão do trabalho que condiciona a divisão sexual do trabalho.

Fonte: Elaboração da autora.

Na figura, apresenta-se algumas das funções existentes nas fazendas produtoras de cacau do Município em estudo, Camacã. Esta divisão também se refere ao período estudado. Segundo os relatos dos sujeitos da pesquisa, esta organização variava em decorrência do tamanho da propriedade – da qual verificava-se o volume da produção e, portanto, a quantidade de trabalhadores e a divisão do trabalho, bem como sua hierarquia interna. Nas fazendas menores algumas dessas funções eram suprimidas enquanto "cargo", mas executadas pelos trabalhadores de modo geral: "todos faziam tudo." (D. ZÉLIA, entrevista concedida em out. de 2017).

O Trabalho geral citado no esquema acima visa integrar todos os trabalhos decorrentes da produção cacaueira que não se integra às funções-cargos. Pode-se então destacar como trabalho geral: roçagem ou raleamento da mata de cobertura[45] - controle de sombreamento - no caso, a Mata Atlântica; aplicação de herbicida e de adubo; preparação de pasto; construção de cerca; busca e decepamento de madeira seca (com machado ou motosserra) para abastecer o secador; abertura de estradas internas da fazenda, dentro dos cacauais, colheita dos frutos – derrubada dos frutos com uso do podão; etc.

O Contratista, já apresentado em capítulo anterior, era "o trabalhador que se embreava na mata, realizava o cabrocamento da mesma, plantava o cacaueiro e, quando estava produzindo, o proprietário pagava o contrato." (CEPLAC, 2017).

O Viveiro pode ser entendido como local de semeadura - preparação dos sacos com terra para produção das mudas de cacau - assim como a/o trabalhadora/or que realizava este trabalho no viveiro. Segundo os relatos dos trabalhadores, este trabalho era realizado na maioria das vezes por mulheres e crianças. (Descrição dada pelos entrevistados - 2016).

As/Os Bongueiras/os, eram normalmente mulheres, no entanto, homens também realizavam esta tarefa, em número suficiente para coletar o cacau derrubado dos cacauais. Segundo relatos das trabalhadoras, para cada turma de colhedor havia uma turma de bongueiras que faziam os montes de frutos para os tropeiros recolherem e fazerem montes maiores. A quebra dos frutos para retirada das amêndoas era realizada por todos, homens e mulheres. Agilidade e atenção para que os frutos não se perdessem era parte das exigências para esta função (Descrição dada pelas entrevistadas – 2017).

---

[45] Como a cacauicultura é uma atividade híbrida, o sistema de produção Cabruca de convívio com árvores de grande, médio e pequeno porte (defendido como sistema de cultivo agroflorestal pela CEPLAC) é utilizado desde as primeiras semeaduras das amêndoas na Região. Este sistema exige uma permanente atividade de poda das árvores, roçagem ou controle das plantas de pequeno porte com herbicidas – muito utilizados pelos cacauicultores. "A palavra Cabruca é um termo regional derivado do verbo brocar, que surge a partir da frase "vem cá brocar" a mata para plantar cacau. Daí o termo derivou para cabrocar, cabrocamento, cabroca e Cabruca." (GUIA DE BENEFICIAMENTO DE CACAU DE QUALIDADE, 2007).

Os Tropeiros realizavam uma atividade cansativa e permanente. Cuidavam dos animais, desde a alimentação aos cuidados com a saúde destes. Havia também a atenção com arreios e caçoás (balaios); transportavam os frutos no interior das plantações e depois transportavam as amêndoas da lavoura para os cochos de fermentação[46] nas proximidades das barcaças e secador. Esta função era delegada, normalmente aos homens, no entanto, mulheres também a realizava. D. Zélia e D. das Dores são exemplos de mulheres que exerceram em alguns períodos esta função. Segundo essas mulheres, começaram fazendo este trabalho junto com os maridos e, no impedimento destes, acabavam substituindo-os sem, no entanto, receberem qualquer alteração salarial por isto.

O Estufeiro era responsável pelo processo de fermentação das amêndoas de cacau e deslocamento destas para a barcaça, onde o Barcaceiro realizava a primeira parte da secagem das amêndoas ao sol, na barcaça. Também realizava a pisagem das amêndoas para dar-lhes brilho e melhoria da qualidade. A estufa, ou secador é a penúltima parte do processo, onde se realizava a secagem final das amêndoas. Após a retirada da estufa e o seu resfriamento ao natural, as amêndoas eram ensacadas, pesadas e transportadas em caminhões para os armazéns da cidade.

O Estufeiro e Barcaceiro podia ser o mesmo trabalhador, a depender do tamanho da propriedade e de sua produção em arrobas de amêndoas. Estas funções, segundo as trabalhadoras, eram realizadas pelos homens e, quando casados, acompanhados pelas mulheres. D. das Dores acompanhou o marido na realização desta tarefa durante anos.

Encontra-se em Jorge Amado, na obra Cacau, uma descrição rica e detalhada dos trabalhos realizados numa grande fazenda do Município de Ilhéus, cenário de seu romance. Também o capítulo aqui apresentado é denominado Cacau.

> No sul da Bahia cacau é o único nome que soa bem. As roças são belas quando carregadas de frutos amarelos. Todo princípio de ano os coronéis olham o horizonte e fazem as previsões sobre o tempo e sobre a safra. E vêm então as empreitadas com trabalhadores. A empreitada, espécie de contrato para colheita de uma roça, faz-se em geral com os trabalhadores, que casados, possuem mulher e filhos. Eles se obrigam a colher toda uma roça e podem alugar trabalhadores para ajudá-los. Outros trabalhadores, aqueles que são sozinhos, ficam no serviço avulso. Trabalham por dia e trabalham em tudo. Na derruba, na juntagem, no cocho e nas barcaças. Esses formavam uma grande maioria. Tínhamos três mil e quinhentos por dia de trabalho, mas nos bons tempos chegaram a pagar cinco mil-réis.
> Partíamos pela manhã com as compridas varas, no alto das quais uma pequena foice brilhava ao sol. E nos internávamos Cacauais adentro para a colheita. Na roça que fora de João Evangelista uma das melhores da fazenda, trabalhava um grupo grande.

[46] Imagem de cochos no Apêndice I.

> Eu, Honório, Nilo, Valentim e uns seis mais, colhíamos. Magnólia, a velha Júlia, Simeão, Rita, João Grilo e outros juntavam e partiam os cocos. Ficavam aqueles montes de caroços brancos de onde o mel escorria. Nós da colheita nos afastávamos uns dos outros e mal trocávamos algumas palavras. Os da juntagem conversavam e riam. A tropa de cacau mole chegava e enchia os caçuás. O cacau era levado para o cocho para os três dias de fermento. Nós tínhamos que dançar sobre os caroços pegajosos e o mel aderia aos nossos pés. Mel que resistia aos banhos e ao sabão massa. Depois, livre do mel, o cacau secava ao sol, estendido nas barcaças. Ali também dançávamos sobre ele e cantávamos. Os nossos pés ficavam espalhados, os dedos abertos. No fim de oito dias os caroços de cacau estavam negros e cheiravam a chocolate. Antônio Barriguinha, então, conduzia sacos e mais sacos para Pirangi, tropas de quarenta e cinqüenta [*sic*] burros. A maioria dos alugados e empreiteiros só conhecia do chocolate aquele cheiro parecido que o cacau tem.
> Quando chegava o meio-dia (o sol fazia de relógio), nós parávamos o trabalho e nos reuníamos ao pessoal da juntagem para a refeição. Comíamos o pedaço de carne-seca e o feijão cozido desde pela manhã, e a garrafa de cachaça corria de mão em mão. [...]. (AMADO, 1987, p. 66-67).

O texto deixa claro a necessidade da existência de famílias e de solteiros no trabalho cotidiano, assim como de “alugados” e “avulsos”. Descreve o duro cotidiano dos trabalhadores na lavoura, em especial no período da colheita.

5.3. AS MEMÓRIAS DAS TRABALHADORAS ACERCA DO TRABALHO: A RELAÇÃO TRABALHO LEVE X TRABALHO PESADO

Trabalho leve ou pesado; fácil ou difícil? Denominações que dependem de cada trabalhadora ou trabalhador, está implícito na subjetividade ou força física de quem o realiza. No entanto, para o Proprietário e/ou Gerente, estas denominações significavam a diferenciação salarial entre as trabalhadoras e os trabalhadores. O trabalho realizado em conjunto com companheiro/marido era visto como “ajuda”, portanto, “leve”. O trabalho determinado pelo Gerente às mulheres era “leve”, pois havia a divisão sexual do trabalho, que assim o classificava como realizável por mulheres.

Ao analisar o trabalho realizado por mulheres na plantação de cana de açúcar, na Paraíba, Paulilo (1985) argumenta que o que é “classificado como ‘trabalho leve’ é muitas vezes o ‘trabalho maçante e cansativo’, que os homens dispensam ou não querem realizar”. Este mesmo argumento é feito por Lagrave (1991) ao analisar o trabalho das mulheres na zona urbana europeia no século XX, no que se refere à progressão na carreira: “quando as

mulheres progridem numa profissão ou numa disciplina, os homens abandonam-na, ou já antes a tinham abandonado.” (LAGRAVE,1991, p. 506).

As mulheres que se destacam no trabalho de “ajuda” ao marido, na lavoura cacaueira, recebem classificação e distinção (corajosas, mulher-macho, destemida, etc.), além disto, podem até estar habilitadas a permanecerem na diária por mais tempo ou ainda serem agraciadas com a possibilidade de uma empreita individual durante o período de colheita, mas isto não altera os valores de sua diária.

Paulilo também destaca, que o “trabalho leve além de desagradável pode ser nocivo à saúde e, tão pouco está relacionado à pouca produtividade como resultado final, ao contrário, sem ele os lucros são reduzidos na cadeia produtiva.” (PAULILO, 1987, p. 6).

Sua classificação pode estar relacionada ao pagamento das diárias e sua diferenciação, não representa redução do mais-valor. D. Zélia confirma tais argumentos de Paulilo ao lembrar que durante a gravidez realizou todo tipo de trabalho na fazenda onde vivia, o resultado foi um parto dificílimo e uma bebê de seiscentos gramas ao nascer, com justos nove meses de gestação.

Paulilo, no artigo “O peso do trabalho leve” analisou a diferença dos valores das diárias pagas a homens e mulheres. Segundo ela, as mulheres percebiam apenas 50% do valor das diárias pagas aos homens e que o estigma do “trabalho leve” destinado às mulheres justificavam tais diferenças nos salários pagos. A autora afirma, que o sexo determina o valor da diária e que

> o trabalho leve pode ser desagradável, estafante, moroso e, até mesmo, nocivo à saúde das mulheres, como aplicar veneno (herbicida ou larvicida) na lavoura, no entanto, isto não significa que seja um trabalho desnecessário ou pouco exigente em termos de tempo ou de esforço. (PAULILO, 1987, p 7).

Observa-se que nas narrativas das trabalhadoras, da lavoura cacaueira, a mesma correlação entre “trabalho de mulher/trabalho de homem” – “trabalho leve/trabalho pesado” – diárias para mulheres/diárias para homens. Uma correlação que, em síntese, desfavorece as mulheres.

A associação dos salários maiores ao “trabalho pesado”, na lavoura, “decorre da valorização social do homem enquanto ‘chefe da família’ e responsável pela reprodução dos dependentes.” (PAULILO, 1987, p. 7).

Uma herança histórica em que as mulheres do meio rural veem passar de mão em mão e se perpetuarem pelos benefícios econômicos que podem ser gerados aos proprietários de terras. Para Hufton, desde o século XVII, na Europa, “as mulheres dos meios rurais não eram vistas como geradoras de dinheiro, mas sim, como prestadoras, no seio familiar, de serviços de apoio não remunerados.” (HUFTON, 1991, p. 48).

Há em Lagrave (1991) a descrição que se encaixa nesta reflexão: “o homem trabalha para prover a família” daí a “valorização” de seu trabalho no processo produtivo e toda uma retórica da necessidade do trabalho, enquanto “a mulher abandona a família para trabalhar.” Um ato de “pura crueldade” daquelas que teriam nascido para permanecerem no lar e cuidar da prole. (LAGRAVE,1991, p. 506).

Para Lobo (1991) a “subordinação das mulheres encontra-se no conjunto da sociedade” e, portanto, o capital não a cria, mas “integra e reforça” tal ideal de mulher recatada e do lar. Então, segundo a autora “as raízes da divisão sexual do trabalho devem ser procuradas na sociedade e na família.” (LOBO, 1991, p. 28-29).

Em Kergoat (1986) e em Bruschini e Rosemberg (1982) podem ser encontradas afirmações consonantes com o papel dominante da família quanto à articulação do papel das mulheres no interior da casa quanto ao “cuidado dos seus integrantes e a subordinação destes no mundo do trabalho”. No lar, a mulher é intitulada “rainha”, fora do lar ela é a dócil trabalhadora que controla seus impulsos e naturalmente reconhece seu papel social.

Assimetrias observadas e notadamente existentes nas fazendas produtoras de cacau em que o espaço social de produção está a passos do local de reprodução: a moradia da família situa-se na fazenda pagadora da força de trabalho.

A autora afirma que a subordinação está relacionada à hierarquização promovida pela relação tarefa qualificada (exigida para a produção) e a tarefa não qualificada (“capacidade natural” atribuída à mulher no espaço de reprodução – o lar).

> Trata-se novamente de uma divisão que reproduz representações do masculino e do feminino não imprescindíveis à produção, mas que obedecem a tradições e hierarquias que fazem parte da cultura do trabalho. (LOBO, 1991, p. 57).

Uma relação (trabalho x sexo) sexuada, que se constitui na relação social entre os moradores/trabalhadores com os pagadores da força de trabalho.

Ao analisar a história de vida de três operárias, Lobo (1991) afirma que “a relação da mulher com o trabalho não é apenas permanente, mas determinante na organização de suas vidas”, uma vez que para estas, como para tantas outras trabalhadoras, no mesmo período, ainda que em setores econômicos diferentes, “o trabalho doméstico faz parte da condição da mulher pobre.” (LOBO, 1991, p. 75). Uma clara e bem situada proposição de análise entre trabalho, classe e sexo.

Nos relatos acerca do trabalho assalariado realizado pelas mulheres da ruralidade cacaueira camacaense, a expressão “necessidade de trabalhar” se repete notadamente relacionada aos filhos e à subsistência da família, como já relatado em outra oportunidade.

Assim, o desenvolvimento de capacidades para o trabalho nasce no fazer cotidiano e em volta da necessidade de continuar no esforço físico naturalmente imposto por uma divisão de tarefas que na prática não ocorre, pois mulheres e homens realizam em conjunto o trabalho determinado, uma vez que casais costumavam e costumam trabalhar juntos na execução de tarefas ordenadas pelo “CABO de turmas” ou na parte da lavoura contratada em empreita à família.

Tal divisão se apresenta no entorno do lar onde o trabalho doméstico espera pela trabalhadora que distribui entre os filhos e filhas as atividades em que ela mesma precisa supervisionar e concluir. Um trabalho “naturalmente destinado à mulher” e, tão invisível quanto sua participação no trabalho realizado na lavoura.

Em Engels (2009) há afirmativas que fundamentam tais afirmativas. Para ele,

> a monogamia surge sob forma de subjugação de um sexo pelo outro, como proclamação de um conflito entre os sexos, onde a sociedade, historicamente vem subjugando o papel e a participação da mulher na construção econômica e nas modificações sociais por ela sofridas. (ENGELS, 2009, p. 84).

Segundo Engels (2009), também Marx afirmava já em 1846 que “a primeira divisão do trabalho é a que se fez entre o homem e a mulher para a procriação de filhos” e, acrescenta que “a primeira oposição de classes que apareceu na história coincide com a opressão do sexo feminino pelo masculino” e classifica de “retrocesso” o fato de a sociedade realizar “o progresso, o bem-estar e o desenvolvimento de uns à custa da dor e da repressão de outros.” (ENGELS, 2009, p. 85).

A lavoura cacaueira representa bem este estigma, onde o trabalho das mulheres tem sido atribuído aos homens, uma vez que sua presença nos cacauais permanece ausente aos registros oficiais.

Toda a riqueza produzida na atividade rural cacaueira ao longo de quase cinco décadas que esta pesquisa alcança, está marcada pela "ausência" das mulheres dos setores produtivos. A divisão social do trabalho marca também a divisão sexual do trabalho, a subjugação de sexo, de classe e de "raça". A mulher "que está em casa cuidando dos filhos", conforme relatam os trabalhadores, é em sua maioria pobre, negra ou parda.

A subjugação de sexo inicia-se no âmbito familiar, como analisou Marx (2013).

Bruschini e Rosemberg (1982) destacam dois níveis do trabalho doméstico que ocorrem neste lugar: a casa e a proteção e socialização dos filhos. Segundo as autoras, "os dois níveis são considerados trabalho reprodutivo: não remunerado, desvalorizado e oculto". Enquanto a mulher está na esfera do privado, "limitada ao âmbito doméstico, o homem está na esfera pública" e é educado a permanecer nesta esfera. Para as autoras, "a mistificação do papel de esposa e mãe concretizou-se mais facilmente na medida em que casa e família passaram a significar a mesma coisa, apesar de não o serem." (BRUSCHINI; ROSEMBERG, 1982, p. 9-10).

É comum relatos de tripla jornada de trabalho ou mesmo quádrupla, se dissociado o cuidado com a casa da socialização e cuidado com a família e, a isto acrescentar-se a produção de alimentos no entorno da casa e o trabalho produtivo, remunerado, na lavoura cacaueira.

Assim, ao ouvir os relatos dos aspectos econômicos relacionados ao trabalho no quintal, ou no entorno da moradia, este caracteriza-se como produtivo. Os produtos adquiridos da horta, da criação de pequenos animais e plantas medicinais advém do trabalho da mulher e dos filhos pequenos. As tarefas inerentes ao quintal podem incluir alimentar e tratar as moléstias dos animais de criação, além da produção de hortaliças. Todos estes produtos substituem as compras no mercado e podem ainda ocorrer a negociação e troca entre vizinhas e vizinhos.

Esta chamada "economia doméstica" incrementa a renda da família por meio da comercialização do excedente no comércio local, ainda que esta renda não seja contabilizada ou visibilizada pelas estatísticas da economia local. São atividades "extra lar" que precisam ser "analisadas a partir da posição que a mulher ocupa na família e da classe social que

ocupa.” (BRUSCHINI; ROSEMBERG, 1982, p. 11). As autoras destacam que esta posição depende ainda se a trabalhadora é solteira ou casada.

A análise do objeto à luz das afirmações de Bruschini e Rosemberg (1982) verifica que se pobres e casadas, a necessidade impele as mulheres ao cuidado da casa, dos filhos e ao trabalho extra lar para garantirem a subsistência da família. No entanto, o fato de residirem na fazenda onde os maridos são assalariados e com relativa distância de outras propriedades ou do centro urbano, o trabalho remunerado a que se submetem é na propriedade onde habitam, sem continuidade, com diárias inferiores aos dos homens e sem garantias de direitos.

No que se refere às mulheres pobres e solteiras, não se diferem tanto em relação à exploração de sua força de trabalho, pois em geral, ao conquistarem o primeiro trabalho remunerado, ainda que esporádico e sem garantias de permanência, abandonavam os estudos ou sequer chegavam a uma escola caso esta estivesse distante da fazenda de moradia, o que as levavam ao ciclo que caracterizou as mães e as demais mulheres da família. Para as mulheres solteiras, segundo D. Dil, havia maior facilidade em conseguir trabalho, pois estariam mais dispostas a aceitarem as diárias mais baixas.

No entanto, D. Sílvia traz um elemento novo à discussão em curso: nas duas fazendas onde trabalhou, entre 1965 e os dias atuais, as mulheres solteiras normalmente eram filhas de trabalhadores ou trabalhadoras com moradias nas fazendas e trabalhavam junto aos irmãos, mães ou pais. Havia também, segundo ela, poucas mulheres solteiras que caminhavam da zona urbana até as fazendas e isto ocorria normalmente nos períodos de maior colheita entre agosto e novembro.

Na lavoura, segundo os relatos, houve contratos mais duradouros para os trabalhadores casados com filhos ou trabalhadoras separadas com filhos e, ofereciam moradias. Segundo D. Sílvia sua mãe, D. Maria, foi abandonada pelo marido com nove filhos (cinco meninas e quatro meninos). Um gerente de fazenda a contratou para o trabalho na lavoura pois tinha conhecimento que todos os filhos e filhas acompanhavam a mãe no trabalho, seja na empreita – em que a família se apressava para terminar o lote contratado – ou na diária em que menores de dezoito anos, assim como as mulheres percebiam valores menores que os homens adultos.

Uma família inteira trabalhando pela garantia da moradia e dos víveres do quintal. A moradia ou “lugar para morar,” garantida pelo proprietário a solteiros e casados, sem pagamento de aluguel, soma-se o pagamento/salário pelo trabalho o que era determinado pelas forças do capital como suficiente para a reprodução da família.

Tais famílias, portanto, sem garantias de permanência, mudavam-se de fazenda a outra o que dificultava a manutenção das crianças na escola.

5.4. INVISIBILIDADE NO TRABALHO DA MULHER E A POUCA ESCOLARIDADE

Quanto aos estudos, as mulheres trabalhadoras rurais da lavoura cacaueira possuem trajetórias muito parecidas. Estudaram muito pouco tempo ou tempo algum. D. Sílvia relatou que todos os anos a mãe a matriculava na escola, mas quando a roupa de ir para a escola ficava gasta de tanto usar, a abandonava para trabalhar e comprar roupa nova. Assim, estava todos os anos recomeçando a primeira série até que desistiu de repetir a mesma série por alguns meses. Recentemente voltou a estudar, chegou ao Eixo III da EJA, mas aí foi a escola que a abandonou. Como os alunos são trabalhadores e se afastam em período de colheita, o município retirou a professora que lá ensinava.

As trajetórias dos sujeitos da pesquisa mostram que há uma identificação entre eles. São oriundos do mundo rural, nasceram e cresceram em meio ao trabalho na roça, seja numa pequena propriedade da família – que deixou de ser suficiente para o sustento de todos – seja como família assalariada em alguma propriedade de terceiros. Todas e todos tem suas vidas ligadas à roça e, portanto, o trabalho com a terra parece se relacionar a uma espécie de herança, de destino familiar que os identificam e os conectam com seus antepassados.

A pouca ou nenhuma escolaridade é atribuída ao fato de que todos os mais velhos viveram bastante, trabalharam e os criaram com dignidade sem a necessidade da escola, algumas mulheres (como D. Cil), acreditam que os pais e a sociedade as tenham negado o direito ao estudo, uma vez que o aprendizado acabou sendo incorporado como necessidade para o trabalho, enquanto julgavam a escola como desnecessária devido à aprendizagem prática da atividade que executavam. Podiam “aprender o serviço olhando ou sendo ensinados no local de trabalho pelos pais” (Gago – entrevista concedida em junho/2016). Uma visão “turva”, ideologizada de inferiorização do trabalho na produção de cacau.

A lavoura cacaueira demanda trabalho manual e tradicional, com pouca inovação no que se refere às novas tecnologias e ferramentas. Também é responsável pela manutenção de concepções estreitas acerca da conjunção trabalho e frequência à escola.

Acrescenta-se à análise o fator analfabetismo e analfabetismo funcional que está relacionado às categorias classe, raça (negros e pardos) e gênero (mulheres – embora se saiba

que o analfabetismo seja fator de intersecção entre mulheres e homens trabalhadores rurais). Os sujeitos relataram que as relações familiares e a necessidade de trabalhar desde a infância, dadas as dificuldades econômicas, os afastavam diariamente da escola, como relatado anteriormente.

Ainda que trabalhadores do sexo masculino possuam igual instrução escolar (ou não a possuam), pertençam à mesma classe e sejam da mesma "raça" que as mulheres, estas percebem diárias inferiores, o que nos informa claramente que o fator gênero era preponderante na escolha do gênero para o trabalho assim como para determinar valor das diárias.

Bruschini e Rosemberg (1982) esclarecem que na década de 1970, "o trabalho rural é uma das dez ocupações que segregam as mulheres." A informação das autoras se encaixa na descrição das trabalhadoras: casadas com filhos, solteiras com filhos, pouca ou nenhuma instrução, pobres, negras ou pardas. Para as autoras e, segundo o que informam as trabalhadoras e os trabalhadores, "as condições de trabalho que envolvem as mulheres assalariadas [em especial na atividade analisada – grifo da autora] não permite sua melhor instrução ou capacitação para galgar melhores postos na hierarquia," mesmo porque, a produção cacaueira não exigia qualificação ou instrução na base da escala hierárquica da produção das amêndoas. Além do mais, "os trabalhos de mulher são os de menor prestígio, porque refletem a posição do sexo feminino na sociedade mais ampla." (BRUSCHINI; ROSEMBERG, 1982, p. 17).

Ao analisar a questão de gênero no trabalho produtivo e reprodutivo na zona urbana, Kergoat (1986) diz que "entre as décadas de 1970 e 1980 as mulheres aparecem apenas como categoria de mão-de-obra ou de força de trabalho, muito raramente como ator social." Na zona rural, a palavra 'raramente' pode ser suprimida, pois a mulher nunca é vista como "ator social". Esta categoria "analisada verticalmente e claramente masculinizada, invisibiliza a participação da mulher na relação capital/trabalho e, também no cenário dos discursos político-sociológicos, elas não são visíveis." (KERGOAT, 1986, p. 80; 81).

Kergoat (1986) aponta para uma invisibilidade que "ultrapassava os locais de produção e reprodução do trabalho [a fábrica, o comércio, o meio rural] perpassava a sociedade de classe e disseminava-se pelo campo da produção intelectual." Nestes espaços permaneciam a dicotomização entre trabalho produtivo e o reprodutivo, o que segundo a autora, nem o trabalho produtivo, nem o reprodutivo "podem dar conta da coerência (vivida concretamente) das práticas sociais." No entanto, seguindo seu raciocínio, é necessário seguir

analisando “os lugares concretos onde a divisão social (de classe, de sexo e, acrescentamos, de “raça”) se opera: a família e a fábrica.” (KERGOAT, 1986, p. 82).

A divisão sexual do trabalho ocorre na família privada e na família “extensiva” que convive no espaço da casa sem muros, onde os moradores/trabalhadores da fazenda produtora de cacau compartilham suas vivências e desavenças; assim como no espaço da fazenda onde acontece o trabalho produtivo.

À luz da análise de Kergoat (1986) é possível relacionar a má formação, qualificação/ inadequação e baixa remuneração das mulheres operárias nas décadas em análise, com a condição das trabalhadoras rurais aqui analisadas. O que se apurou coaduna perfeitamente às conclusões da autora. Segundo os relatos, no mesmo período, os trabalhadores eram absorvidos pelo sistema de contratação independentemente de sua formação escolar, uma vez que a maioria era de analfabetos. No entanto, eram relevantes os conhecimentos adquiridos por meio do trabalho realizado na infância, no seio familiar, quando levados à lavoura para “ajudar” a família numa empreita.

Ou seja, a formação escolar não qualificava a força de trabalho rural, mas os conhecimentos adquiridos por experiência pessoal ou familiar poderiam significar inclusive melhores posições na hierarquia. Por exemplo, o trabalhador com conhecimento sobre cochos ou o trabalho nas barcaças, poderia sair da condição de trabalhador geral para Estufeiro ou Barcaceiro. Ou ainda, os filhos de um tropeiro, poderia também se juntar ao pai ou trabalhar em outra fazenda na mesma função. Uma relação de hereditariedade com a função exercida pelo pai, para os meninos, enquanto que para as meninas esta qualificação adquirida pouco poderia contribuir com sua ascensão.

Isto não se aplicava à mulher, pois era vista como desqualificada para algumas tarefas ainda que com conhecimento adquirido na mesma família. O requisito principal para os que aprendiam desde cedo o ofício de trabalhador da lavoura cacaueira era “ser do sexo masculino.”

A diferenciação vista no trabalho feminino também se aplicava ao sexo masculino: “trabalhar como um homem” – excelente trabalhadora – para ao final da semana “receber o salário como uma mulher”, como nos relata D. Zélia (out./2017).

Ainda que admitido como forma de ascensão na hierarquia das fazendas, as habilidades dos trabalhadores são negadas nas relações entre capital agrário/trabalho, pois não promove melhorias salarias permanentes ou estabilidade nos contratos. Como tais conhecimentos são adquiridos no fazer cotidiano, tanto homens quanto mulheres são pouco

ou nada valorizados por realizarem seus trabalhos com maior velocidade ou com maior destreza. Como nos lembra Kergoat (1986) “há uma desvalorização e banalização da qualificação das trabalhadoras e dos trabalhadores para que seja efetiva sua exploração.” (KERGOAT, 1986, p. 82).

Alves (2016) dialogando com Manfredi (2007) afirma que

> em qualquer trabalho ocorre o envolvimento entre mente e corpo, o que, em decorrer das práticas de trabalho, há ‘produção de bens materiais, mas também construção de representações e saberes, ou seja, de habilidades técnicas, saberes sobre o trabalho’, construindo momentos de formação e aprendizagens. (ALVES, 2016, p. 169).

Uma relação de trocas que promove também diálogo entre o presente em construção e o passado socialmente elaborado. Para Alves (2016), é nesta

> construção social e histórica do trabalho produtivo e reprodutivo inerente ao trabalho da casa, da roça e do quintal (como extensão da roça) que se promove o pagamento da força de trabalho [...] sendo então o trabalho na roça construído por formas de exploração e alienação. (ALVES, 2016, p. 169).

Desta forma, o domínio dos meios de produção compreende a posse da terra e de todas as ferramentas para a produção dos elementos dessa terra pelo capitalista agrário.

Segundo Manfredi (1998), “o processo de qualificação/desqualificação é inerente à organização capitalista do trabalho, sendo o resultado da relação social entre capital e trabalho e da correlação de forças entre ambos.” A autora nos ajuda a compreender que na visão marxiana acerca das relações de trabalho no seio do capitalismo, essas habilidades e/ou conhecimentos que os trabalhadores adquiriram e adquirem no próprio processo de trabalho faz parte do modo de organização do trabalho orientado para o capital onde a maximização de habilidades pode ordenar as diferenças por meio da hierarquização. (MANFREDI, 1998, p. 9),

Esta maximização produz as especialidades e qualifica os sujeitos no seio do processo de produção. Esta contribuição de Manfredi (1998) é significativa no que se tem defendido a respeito do trabalho feminino e masculino na lavoura cacaueira, enquanto trabalho que pouco exige em relação a competências adquiridas nos bancos escolares e muito valoriza o resultado da relação social entre capital e trabalho no fazer cotidiano.

5.5. O TRABALHO DA MULHER E A PRODUÇÃO DA MAIS-VALIA

As crises ocorridas ao longo das décadas de 1970 e 2000, seja no que se refere à queda dos preços das amêndoas, relacionada às crises estruturais do Capitalismo, seja com relação à redução da produção devido a doenças ou mudanças climáticas, atingia diretamente às trabalhadoras que eram as primeiras a serem desempregadas. Isto reforça a ideia de que a força de trabalho feminino faz parte do exército de trabalhadores rurais de reserva, mobilizada na medida da necessidade dos proprietários, pois encontrava-se ali, nas moradias da fazenda com toda a família, o que excluía qualquer dificuldade em convocá-la. Além disso, a solidariedade feminina tornava mais facilitada a convocação de todas as mulheres, solteiras ou casadas.

D. Zélia e D. das dores (out. 2017) contam que mulheres que recebiam autorização para fazer empreita em algumas tarefas, convidavam outras mulheres a se juntarem a elas no cumprimento do trabalho, o mais rápido, e dividiam entre elas o combinado do pagamento. Trabalhos considerados “leves” ou “de mulher” que propiciavam excedente na produção e redução nos custos de produção para os proprietários.

Saffioti (2013) explica que a mulher coopera não só como força de trabalho em geral, mas fá-lo como mão de obra especial que mais do que a força de trabalho masculina, sofre flutuações econômicas e se sujeita à percepção de salários correspondentes a trabalhos subsidiários, em virtude, principalmente, não apenas de menor qualificação técnica, como também de menor desenvolvimento na personalidade feminina dos traços característicos do trabalhador ajustado ao regime capitalista de produção.

O desconhecimento da totalidade do processo de produção, alienados nos trabalhos primários da produção do chocolate em escala mundial, destaca o fato de que a inexistência de indústrias de transformação da matéria-prima, de alto valor de venda, deixava aos trabalhadores uma ínfima gama de possibilidades de inserção no mercado de trabalho.

A grande propriedade monocultora e a exploração da força de trabalho, formam a base da produção das amêndoas a qual os capitalistas agrários montaram a produção de cacau limitada à lavoura, ao transporte e à comercialização. Uma curta sequência no modo de produção agroexportador que se definia na relação proprietário-trabalhador, proprietário-comprador de amêndoas, comprador-exportador.

A amêndoa é, portanto, no todo da monocultura cacaueira, “uma mercadoria fetichizada”, uma vez que o trabalhador desconhece seu valor de uso e de troca, assim como seu processo de transformação. (MARX, 2013, p. 146).

Uma das contradições produzidas pelo capitalismo de mascarar a cadeia produtiva alienando o trabalhador ao seu nicho da cadeia. Assim, a razão de seu trabalho encontra-se sintetizado no recebimento da diária para suprir com a função de manutenção das necessidades primeiras que se relacionam à própria sobrevivência e de sua família.

A relação dos trabalhadores das fazendas encerrava-se no carregamento dos caminhões que transportavam as amêndoas para os armazéns das cidades. Eram as (os) recrutadas (os), “alugadas (os)[47]” que desenvolviam toda a fase primária da produção: do desmatamento e preparo da terra até o ensacamento e entrega das amêndoas.

A discriminação, os obstáculos, a instabilidade e a esporadicidade dos contratos da força de trabalho feminina no meio rural do município em questão, se difere substancialmente do que ocorre na zona urbana, dada a “proteção das cercas” do isolamento, do compadrio e do poder que os proprietários exerciam sobre os trabalhadores. Pode-se destacar, dos relatos dos trabalhadores, argumentos que favorecem e desfavorecem a contratação da força de trabalho feminina para a atividade na produção de cacau.

Segundo as trabalhadoras (D. Sílvia; D. Zélia; D. das Dores, (entrevista concedida em out. /2017), eram fatores de favorecimento:

a) as famílias residiam nas fazendas, portanto, o deslocamento é mínimo;

b) ao residirem na fazenda, as famílias formavam um “bolsão” de segurança para os estoques guardados no interior da barcaça ou em depósito próprio, até o transporte final;

c) os filhos estavam sempre aos cuidados de membros da família, ou vizinhos, ou iam para o trabalho com os pais, a depender do tamanho e não da idade;

d) havia uma “desobrigação naturalizada” de formalização do trabalho da mulher;

e) as mulheres tomavam por “menores” os trabalhos da lavoura. “Cuidavam da plantação como se tivesse cuidando do jardim de casa”;

f) os trabalhos eram manuais;

---

[47] Jorge Amado aplica o termo “alugado” no livro Cacau:
– Está você alugado do Coronel.
Estranhei o termo:
– A gente aluga máquina, burro, tudo, mas gente não.
– Pois nessas terras do Sul, gente também se aluga.
O termo me humilhava.
Alugado...
Eu estava reduzido a muito menos que homem... (AMADO, 1987, p. 30-31).

g) os trabalhos destinados às mulheres eram mais sazonais que para os homens. “Qualquer problema que tinha, era as ‘mulheres’ as primeira a perder o posto de trabalho”, (D. SÍLVIA, entrevista concedida em out./2017).

As condições desfavoráveis à contratação de mulheres situam-se no campo dos processos de trabalho que impõem restrições quanto ao gênero, quando há a masculinização das tarefas, como uma das “impressões de qualidades distintas da força de trabalho feminina e masculina.” (LOBO, 1991, p. 149).

Desta forma, destaca-se dos relatos o que seriam fatores de desfavorecimento da contratação da força de trabalho das mulheres:

a) a força física exigida em tarefas como roçagem com biscol[48]; o trabalho de poda dos cacauais; a função de carregar e descarregar os caçoás, nos burros da tropa, com as amêndoas moles[49] do cacau; o processo de fermentação que exigia o transporte das amêndoas moles até o cocho[50]; a secagem das amêndoas na barcaça ou secador; o acondicionamento das amêndoas em sacos de fibra;

b) cuidado dos animais, muares, das tropas responsáveis pelo transporte das amêndoas e, outros animais, como equinos, da fazenda;

c) as condições climáticas de alta pluviosidade que desafiavam à resistência e à força;

d) os constantes ataques de animais peçonhentos, eram impeditivos da presença das mulheres na lavoura.

e) a maior quantidade de homens na lavoura, desproporcional à quantidade de mulheres.

Várias eram as indicações de gênero que apontavam diretamente o ser mulher: ficam menstruadas; ficam grávidas: “tem mulher que tem uma barriga por ano”; “tem doenças de mulher” (cólicas, enxaquecas, etc.).

Observa-se nestas condições que em ambos os conteúdos, a natureza imposta à divisão sexual do trabalho, na ruralidade cacaueira, situa-se numa construção social de gênero e de classe, ao entregar uma tarefa, à família, no sistema de empreita, não havia distinção de tarefas. O trabalho que a mulher realizaria não importava ao contratante. O que de fato interessava era a entrega da área com o serviço contratado, realizado. Poda, roçagem, cercaria,

---

[48] Instrumento largamente utilizado na região cacaueira para roçagem e outras tarefas que exijam corte a uma distância “segura” do corpo. É composto pela lâmina de corte de facão, com cabo de madeira alongado, com fenda ao centro onde é inserida lâmina e atado, amarrado com arame fino. A amarração deve ser feita com muitas voltas de arame para garantir que não se soltará na execução do trabalho. (Informação do conhecimento e experiência da pesquisadora). Imagem ilustrativa no Apêndice.

[49] No apêndice H, imagens que retratam as tropas e exemplo de cacau mole.

[50] No Apêndice I, imagem do cocho.

transporte, etc. todas as tarefas podiam ser realizadas por empreita e, subjacente à palavra "empreita" estava o trabalho de mulheres e de crianças. Um falseamento no sistema de contratação do trabalho feminino, de forma temporária e com qualidade garantida, pois as "quadras[51]" destinadas à empreita eram medidas e fiscalizadas. Os trabalhadores que não realizassem conforme exigências da fiscalização da fazenda poderia não receber o combinado pelo trabalho.

Uma estratégia utilizada para que a família, que ocupa a moradia da fazenda, realizasse uma tarefa coletiva a preço de um trabalhador, o "chefe de família" e com raras exceções "a chefe de família" com vários filhos (como ocorria com a mãe de D. Sílvia, já relatado).

> São as regras da dominação de gênero que se produzem e reproduzem nas várias esferas da atividade social [...]. Ou seja, as condições de negociação da força de trabalho não são as mesmas, o que nos permite concluir pela sexualização da força de trabalho e, consequentemente, das relações e práticas de trabalho. (LOBO, 1991, p. 152).

Tais práticas foram cristalizadas e continuam presentes nas relações de trabalho, na atualidade. Trabalhadoras e trabalhadores confirmam em seus relatos de memória que pouca coisa mudou nas últimas quatro décadas.

Nas duas últimas décadas, D. Lia morou em duas fazendas, antes de se mudar para a cidade há dois anos. "Sábado eu ia ajudar meu esposo na empreita que ele pegava para colher cacau, por fora, para ganhar mais." (Entrevista concedida em jun. /2017).

Também D. Dil relatou que até recentemente esteve lado a lado com o marido no trabalho da fazenda. "De 1977 até 2013 trabalhei na diária ou ajudava meu marido que era 'contratado' da fazenda para cuidar de tudo, até dos trabalhadores." (Entrevista concedida em jun. /2017).

Assim, o trabalho feminino se dilui no trabalho do homem por meio da hierarquização de gênero, de classe, de raça e é invisibilizado. Diluição fortalecida por relações de poder e de costumes forjados entre o capitalista agrário e a rede organizada no seu entorno que reverberavam na sociedade local.

---

[51] Segundo D. Zélia (Entrevista concedida em out. 2017), as quadras eram porções de terras, medidas pelo trabalhador contratado da fazenda e dadas na empreita. Podiam variar de tamanho dependendo do trabalho, da quantidade de pessoas para realizar o trabalho.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do texto procurou-se responder à problemática proposta inicialmente: quais as memórias das trabalhadoras e dos trabalhadores rurais da produção de cacau à cerca do processo e das relações de trabalho no que se refere à questão de gênero, na lavoura cacaueira do Município de Camacã, Bahia?

Para buscar respostas ao problema proposto fez-se necessário decompor o problema e elencar em categorias o que seria necessário a uma investigação tão ampla. Percebeu-se, então, que memória, trabalho e gênero são elementos que estruturam a questão proposta. No entanto, por apresentar amplitude exacerbada, a categoria gênero ganhou uma conotação mais apropriada ao que se propôs investigar. A partir da primeira incursão no campo de pesquisa, a lavoura cacaueira no município de Camacã, Bahia, observou-se que a divisão sexual do trabalho era o elemento que se destacava no que se refere à participação da mulher no trabalho produtivo e, com maior profundidade, se fazia urgente investigar a visibilidade desse trabalho no mundo produtivo.

Definiu-se, então os objetivos a serem alcançados ao longo da pesquisa. O objetivo geral consistiu em pesquisar o processo e as relações de trabalho na lavoura cacaueira no que se refere à questão de gênero, por meio das memórias das trabalhadoras e dos trabalhadores rurais.

Os objetivos específicos refinaram a busca por respostas: conhecer a forma de vida e subsistência dos trabalhadores rurais da lavoura por meio de suas memórias; identificar o processo de trabalho e as relações existentes entre os trabalhadores rurais (as questões de classe, gênero e "raça") com os capitalistas agrários, e, analisar a visibilidade/invisibilidade do trabalho desenvolvido por mulheres trabalhadoras rurais da lavoura cacaueira, bem como suas trajetórias.

Observa-se que os objetivos específicos trouxeram elementos norteadores à investigação no que se refere à questão de gênero. Primeiro que o trabalho das mulheres na lavoura cacaueira seria o elemento principal. Segundo, de que forma se inter-relacionavam a classe social, na qual os trabalhadores fazem parte, e a "raça" a qual se identificam.

Houve, portanto, a necessidade de cercar o tema de tal forma que as hipóteses pudessem ser analisadas de forma coerente e de um lugar que referendasse as categorias de análise.

Assim, definiu-se as seguintes hipóteses: as memórias das (os) trabalhadoras (es) rurais da lavoura cacaueira revelam o processo de trabalho e as relações existentes entre trabalhadores e proprietários do capital agrário; as relações existentes entre trabalhadores e capitalistas agrários assumiam formas verticalizadas com distribuição de tarefas que promoviam a divisão sexual do trabalho e consequentemente a invisibilização do trabalho feminino.

A metodologia garantiu a busca de sujeitos com trajetórias que se entrecruzavam pelas circunstâncias da atividade de trabalho que realizaram ou realizam. As diferentes fazendas apresentadas demonstraram que os sujeitos de algumas fazendas possuíam contato entre eles, pois moravam na mesma fazenda. No entanto, há também um grupo que não possui nenhum contato com os demais. Há, sim, uma "continuidade coletiva de experiências" que "mantém-se surpreendentemente importante" e que vincula passado, presente e futuro. (HOBSBAWM, 1998, p. 32).

Por se tratar de uma pesquisa cujo principal elemento de investigação foram as memórias dos sujeitos, optou-se por utilizar entrevistas semiabertas numa perspectiva de pesquisa qualitativa tendo o materialismo histórico como norteador.

A dialética foi fundamental para a análise das contradições inerentes às relações sociais e as do trabalho. A sociedade forjada pela produção de cacau mostrou-se em profundo alinhamento com o modo de produção capitalista onde as relações são verticalizadas e a exploração da força de trabalho é seu maior instrumento de dominação. O pensamento dialético colaborou na análise dos sujeitos da pesquisa, as trabalhadoras e os trabalhadores da lavoura cacaueira, em reciprocidade com o movimento histórico da sociedade.

Ainda que se tenha demarcado um período (entre as décadas de 1970 e 2000) para investigar as relações de trabalho e a visibilidade/invisibilidade da mulher trabalhadora rural da lavoura cacaueira, as memórias dos sujeitos não são passiveis de serem marcadas cronologicamente, mas foram capazes de fornecer informações sobre suas experiências, sobre a organização do trabalho ao longo do período estudado e, permitiu dar voz as excluídas da história da cacauicultura local.

No que se refere às categorias de análise, estruturou-se o texto buscando a melhor forma de explicar que a memórias é o elemento mediador entre o trabalho realizado na lavoura cacaueira e as demais categorias. Desta forma, após apresentar os elementos constitutivos da pesquisa, no primeiro capítulo, a memória vem em seguida no segundo

capítulo. Assim, pode-se explicar a concepção de memória melhor atenderia à proposta de investigação e de que forma as memórias dos sujeitos seriam suscitadas e entendidas.

A Memória Social foi a concepção de memória adotada e tornou-se preponderante, pois possibilitou uma visão da trabalhadora rural e das relações que esta estabelecia e estabelece no mundo do trabalho a partir dela mesma.

As memórias foram o olhar sobre o vivido e sobre o contexto em que o texto foi construído. A percepção dos elementos que constituíram o passado de cada sujeito entrevistado fora percebida pelos próprios sujeitos e formou-se uma rede inter-relacionada.

Cada memória pessoal foi confirmada por outro sujeito, pois as relações de trabalho foram construídas pela coletividade e a repetição de informações foi fundamental na ancoragem dessas memórias.

Há uma memória social, pois a vivência, a experiência desses sujeitos se relaciona pelos aspectos que os unem na organização da sociedade de classes. São todos trabalhadores rurais da lavoura cacaueira: mulheres e homens, negros e pardos e, ainda que em diferentes tempos ou diferentes propriedades, a burguesia cacaueira agia de modo similar e propagava o mesmo *modus operandis*: exploração da força de trabalho para obtenção de mais valor.

Como enfatiza Hobsbawm,

> todo ser humano tem consciência do passado. [...] O passado é, portanto, uma dimensão permanente da consciência humana, um componente da consciência humana, um componente inevitável das instituições, valores e outros padrões da sociedade humana. [...] Todos os seres humanos e sociedade estão enraizados no passado e todos definem sua posição em relação a ele, positiva e negativamente. (HOBSBAWM, 1998, p. 22-50).

A dimensão das memórias acerca do passado próximo ou distante não pode ser mensurado, pois possui um significado diferente para cada indivíduo. Mesmo a consciência do que fora este passado é de difícil acesso. As relações que cada sujeito estabelece com suas memórias dependem de vários outros sistemas subjetivos e também depende do nível de consciência dos sujeitos, individualmente, sobre si mesmo na sociedade e como essa sociedade se organiza.

D. Dil forneceu elementos fortes para justificar a subjetividade inerente à memória. Relatou que sua mãe falecera quando contava cerca de cinco anos. Que não se lembrava do rosto da mãe, mas chorou copiosamente ao recordar o que vira no dia do velório: um caixão fechado que levavam para longe de casa. Não fora ao enterro, mas as sensações estavam presentes e eram visíveis. Quando nos contou a relação de trabalho que tivera com seu

empregador por quase 40 anos e, que se negara a dar comprovação de tempo de trabalho para sua aposentadoria, as memórias trouxeram à tona toda uma relação com o passado de trabalho na mesma fazenda que nada te trouxera de garantias para o futuro. Outro tipo de dor, mas que a memória foi capaz de revelar e mostrar a diferença.

O passado possui essa dimensão permanente. Segundo Hobsbawm (1998), a memória revelada possibilita analisar a proporção de realidade e fantasia ou mesmo de alterações involuntárias. Daí a necessidade de ouvir outros sujeitos do grupo social para que haja comprovação sem uma estrutura normativa ou fixação na ordem tradicional.

No que se refere à categoria trabalho, se buscou no marxismo dialético a compreensão das relações de trabalho construídas na lavoura cacaueira, a partir da análise da monocultura agroexportadora do cacau inserida na conjuntura do capitalismo que se expandia para a Região Sul da Bahia com vistas a fornecer um produto de alto valor na indústria alimentícia, cosmética e farmacêutica internacional. Relações forjadas pela exploração da força de trabalho de homens, mulheres e crianças e, pela expropriação das terras dos moradores nativos da região.

Segundo Dantas, (2014) a vassoura-de-bruxa que se disseminou pela lavoura cacaueira no final da década de 80, teria sido o estopim para as modificações nas relações de trabalho. O trabalhador assalariado (“fichado”), agora desempregado passou a ser meeiro, ou na mesma fazenda ou em outra. As fazendas foram “divididas” em lotes, que o autor chama de “gleba” e, através de contrato de parceria, as famílias assumiam o cuidado da lavoura dividindo os lucros com o proprietário.

Os sujeitos da investigação tiveram trajetórias diversas no que se refere às modificações nas relações de trabalho sem, no entanto, alterarem sua condição de trabalhadores.

As mudanças nas relações de trabalho na lavoura continuam ocorrendo e, com o advento da flexibilização do trabalho (HARVEY, 2013), tem sido intensificada. Nova roupagem para velhas práticas: redução da força de trabalho nas fazendas, contratações esporádicas e de curto prazo, parcerias, negociações de lotes nas fazendas para pagamentos de tempo de trabalho ou de salários atrasados acumulados, etc.

O que se observa é que, para as mulheres, as dificuldades são maiores para conseguirem trabalho nas lavouras. Os homens continuam sendo considerados chefes da família quando o proprietário opta pela contratação para o trabalho com moradia. A mulher ainda é admitida no trabalho como “ajuda” do marido. Individualmente, elas continuam sem

acesso ao trabalho rural. As fazendas não são mais tão extensas e, portanto, a quantidade de trabalhadores foi drasticamente reduzida. Divisões entre herdeiros, venda de partes herdadas, divisão de hectares entre parceiros e destruição de cacauais com infestação da vassoura de bruxa, reconfiguraram as propriedades rurais.

Para exemplificar, a fazenda onde trabalhou D. Dil chegou a contar com 100 trabalhadores entre as décadas de 70 e 90. Hoje, segundo ela, não contratam mais. Meeiros ou parceiros receberam parcelas da propriedade e produzem cacau numa parte e criam gado em outra. Nenhum trabalhador ou trabalhadora trabalha na fazenda com contrato individual e sim com contrato de Parceria. Muitas outras fazendas, no município, seguiram o mesmo caminho.

Com as modificações ocorridas nas formas de contratação e/ou formação de parcerias, em que o "chefe" da família assina o contrato de Parceria, a invisibilidade do trabalho das mulheres foi aumentada. As mulheres que continuam trabalhando como assalariadas (diaristas) são em menor número e menos vistas ou reconhecidas. As mulheres "sozinhas", "chefes" de família, não conseguem contratos de parcerias.

No passado, a invisibilidade estava relacionada à superioridade do número de homens nas fazendas produtoras. A partir da década de 90, a invisibilidade ganha dupla face: ausência de oportunidade de trabalho nas fazendas e desvalorização da força-de-trabalho da mulher. Isto, provavelmente, devido à redução dos lucros obtidos.

As crises estruturais do capitalismo que fazem flutuar os preços das amêndoas de cacau, aliadas aos ataques de fungos e outras doenças aos cacauais, camuflam o desinteresse dos proprietários na força de trabalho das mulheres e as excluem do mundo do trabalho nas lavouras.

Assim, toda a contribuição das trabalhadoras, na economia do município durante décadas, continua invisibilizada pela sociedade uma vez que o trabalho nas lavouras é visto como realizado apenas por homens. Invisibilidade que impossibilitou às mulheres trabalhadoras o protagonismo social que mereciam e merecem.

A investigação mostrou que o trabalho da mulher na lavoura cacaueira foi invisibilizado por décadas. Esta invisibilização "colocou" as mulheres em um único lugar: a casa. Lá estavam destinadas ao trabalho doméstico e ao cuidado do quintal, o trabalho reprodutivo. Não que lá ela não estivesse. Estava sim, pois a sociedade patriarcal, tão bem estruturada na região, a destinou este lugar, também.

No entanto, a mulher negra ou parda e pobre não encontrou outro caminho que não fosse cumprir várias jornadas de trabalho, inclusive o trabalho produtivo na lavoura cacaueira.

Lavoura esta que estava cercando a casa, pois sua moradia, desde a infância, pertencia ao proprietário da fazenda onde morava com sua família.

O trabalho da casa, o cuidado com a família, é somente uma vertente do trabalho realizado pelas mulheres das fazendas pesquisadas. Trabalhadoras da lavoura cacaueira, nas diversas tarefas a que eram destinadas, perceberam baixos salários; contribuíram para enriquecer cacauicultores e ao município; realizaram trabalho produtivo e lucrativo, mas a elas foram negadas todas as formas de visibilidade e reconhecimento.

As memórias das trabalhadoras permitem afirmar que a invisibilidade do trabalho da mulher na lavoura cacaueira em Camacã, Bahia, encontra-se em diversos aspectos da atividade: na raridade de carteiras assinadas; no "engano" promovido pelos contratadores em assinar a carteira de trabalho da trabalhadora rural como doméstica da "casa grande"; na aposentadoria que só vem pela constatação do trabalho do marido; na divisão sexual do trabalho que justifica os baixos salários pelo discurso do "trabalho leve" x "trabalho pesado"; no vocabulário machista que atribui ao trabalho rural a desinência "trabalhador rural"; na fala do marido que afirma que a mulher cuida da casa e dos filhos ausentando-a do trabalho rural ao seu lado nas "empreitas" feitas para a família aumentar a renda e, por fim mas não finalmente, no auto reconhecimento como trabalhadora rural e digna de direitos.

REFERÊNCIAS

ADONIAS FILHO. **Sul da Bahia: chão de cacau**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

ALVES, Ana Elizabeth S. **Trabalho, vida rural e educação**. Disponível em: Revista HISTEDBR On-line, Campinas, nº 70, p. 163-177, dez. 2016 – ISSN: 1676-2584. Acesso em jun. /2017.

____. **Divisão sexual do trabalho: a separação da produção do espaço reprodutivo da família**. Trabalho Educação e Saúde, Rio de Janeiro, v.11 n.2, p.271-289, maio/ago. 2013.

ALVES, Fernando A.; BORDONI, Orlando F. G.; MONTEIRO, Augusto; VERGARA, Júlio R. A. **Aspectos da Distribuição da Produção e Área de Cacau do Estado da Bahia**. CEPLAC: Boletim Técnico 75. Ilhéus, BA: 1980.

AMADO, Jorge. **Gabriela Cravo e Canela: Crônica de uma Cidade do Interior**. 51ª Edição. Rio de Janeiro: Record, 1975.

_____. **Cacau**. 47. Ed. Rio de Janeiro: Record, 1987.

ANTUNES, Ricardo L. C. A classe-que-vive-do-trabalho: a forma de ser da classe trabalhadora hoje. In: ____. **Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009. p. 101-117.

_____. As metamorfoses do mundo do trabalho. In: ____. **Adeus ao trabalho?** São Paulo: Cortez/Ed. da Unicamp, 1995. p. 39-56.

BAIARDI, Amílcar. **A subordinação do trabalho ao capital na lavoura cacaueira da Bahia**. São Paulo: Hucitec, 1984.

BRUSCHINI, Mª. Cristina A.; ROSEMBERG, Fúlvia (Orgs.). A mulher e o trabalho. In: **Trabalhadores do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 9-22.

CHEPTULIN, Alexandre. Natureza das Categorias. **In: A Dialética Materialista**: Categorias e leis da Dialética. São Paulo: Alfa Ômega, 1982. p. 5-18. Disponível em: <https://www.scribd.com/document/222329141/Cheptulin-Alexandre-Dialetica-materialista-Categorias-e-leis-da-dialetica-pdf>. Acesso em: 21 out. 2017.

COSTA, Luís Cláudio Z. Sociedade e Economia: A presença da CEPLAC em Camacan (1964-1974). In: Antônio Pereira Sousa; Janete Ruiz Macêdo; Carlos Roberto Arléo Barbosa. (Org.). **Cacauicultura: A Ceplac e a Vassoura de Bruxa em Camacan** (Cadernos do CEDOC). Ilhéus: Editus - UESC, 2007, v. 08, p. 09-108.

COUTO, Vitor A. O território do cacau no contexto da mundialização. In: **Bahia: análises e dados**. Salvador: SEI, 2000. p. 38-52.

CURY, Carlos Roberto J. **Educação e Contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1986.

DANTAS, Emiliano. F. **Os Meeiros do Cacau do Sul da Bahia: trabalho, corpo e documentação**. 2014. 176 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia – UFRG). Recife, RGN.: 2014.

ENGELS, Friedrich. **A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. Trad. Ciro Mioranza. 3ª ed. São Paulo: Escala, 2009.

FERREIRA NETO. Euclides. **O tempo é chegado**. Ilhéus, BA: Editus, 2006, p. 87-88.

FENTRESS, James; WICKHAM, Chris. **Memória Social: novas perspectivas sobre o passado**. Trad. Telma Costa. Lisboa, Portugal: Teorema, 1992.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. Ensaio da interpretação sociológica. V. 1. 3.ed. São Paulo: Globo, 2008.

_____. **O significado do protesto negro**. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1989.

_____. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Divisão Europeia do Livro, 1972. Disponível em: <https://eraju2013.files.wordpress.com/2013/09/fernandes-florestan-o-negro-no-mundo-dos-brancos-1.pdf>. Acesso: 10 out. 2017.

FERREIRA, Adriana C. R. et al**. Guia de Beneficiamento de Cacau de Qualidade**. Instituto Cabruca, Ilhéus, BA. 2013. Disponível em: <nbcgib.uesc.br e www.cabruca.org.br>. Acesso: 23 out. 2017.

GARCEZ, Angelina N. R. **Diagnóstico Socioeconômico da Região Cacaueira**. Coleção: História econômica e social. V. 8. Rio de Janeiro: Cartográfica Cruzeiro do Sul, 1975. Disponível em: <https://books.google.com.br>. Acesso: 24 nov. 2017.

GARDEY, Delphine. Perspectivas históricas. In: MARUANI, Margaret; HIRATA, Helena. **As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho**. Tradução Clevi Rapkievicz. SP: Senac, 2003. p. 37-57.

GORENDER, Jacob. Introdução. In.: MARX, Karl.; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

HARVEY, David. **Os limites do Capital**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Boitempo, 2013.

HIRATA, Helena. **Divisão – relações sexuais de sexo e do trabalho: contribuição à discussão sobre o conceito de trabalho**. Em aberto, Brasília, ano 15, n. 65, jan. /mar., 1995. p. 39-49.

_____. **Tendências recentes da precarização social e do trabalho: Brasil, França, Japão**. Caderno CRH, salvador, v. 24, n. especial, p. 15-22.
Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/eerh/v24nspe1/a02v24nspe1.pdf>. Acesso: 31 mar. 2017.

_____. **Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais.** Tempo Social, Revista de Sociologia da USP, v. 26, n. 1. jun., 2014. p. 61-73.

_____. Da polarização das qualificações ao modelo da competência. In: FERRETTI, Celso João; FRANCO, Maria Laura P. B.; MADEIRA, Felícia M.; ZIBAS, Dagmar M. L. **Novas Tecnologias, Trabalho e Educação**: um debate multidisciplinar. São Paulo: Vozes, 1997. Disponível em: <www.ia.ufrrj.br/ppgea/conteudo/T2SF/AnaDantas/05.pdf>. Acesso em 15 abr. 2017.

HIRATA, Helena et al. (Orgs.). **Dicionário crítico feminino**. São Paulo: Editora Unesp, 2009. p. 96-101.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho**. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132. Set./ dez., 2007. p. 595-606.

HOBSBAWM, Eric. J. **Como mudar o mundo: Marx e o Marxismo, 1840-2011**. Trad. Donaldson M. Garschagen. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. **Sobre História**. Tradução Cid Knipel Moreira. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HUFTON, Olwen. Mulheres, trabalho e família. IN: DUBY, Georges; PERROT, Mechelle. **História das Mulheres no Ocidente:** O Século XX. Tradução de Alda Maria Durães [at al]. Porto, PT: Edições Afrontamento, 1991, p. 505 – 550.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. España: Siglo Veintiuno, 2002.

KERGOAT, Danièle. **A Relação Social de Sexo: da Reprodução das Relações Sociais à sua Subversão**. Trad. Alain François. Pro-Posições - vol. 13.N. 1 (37) – Jan / abr., 2002.

_____. Em defesa de uma Sociologia das Relações Sociais: da análise das categorias dominantes à elaboração de uma nova conceituação. In: KARTCHEVSKY, A. [et al]. **O sexo do trabalho**. Tradução Sueli Tomazini Cassal. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 79-93.
KOSIK, Karel. Dialética do Concreto. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra,1976.

LAGRAVE, Rose-Marie. Uma emancipação sob tutela. Educação e trabalho das mulheres no século XX. IN: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **História das Mulheres no Ocidente: O Século XX.** Tradução de Alda Maria Durães [at al]. Porto, PT: Edições Afrontamento, 1991, p. 505 – 550.

LINS, Marcelo. S. **A ocupação da terra e as relações de trabalho na lavoura cacaueira**. ANPUH - XXVII Simpósio Nacional de História: Conhecimento histórico e diálogo social. Natal, RGN: jul. /2013. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org>. Acesso em: 15 out. 2017.

LOBO, Elizabeth S. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MAGALHÃES, Lívia Diana R.; ALMEIDA, José Rubens M. Relações simbióticas entre Memória, Ideologia, História e Educação. IN: **História, Memória e Educação**. LOMBARDI, José C.; CASIMIRO, Ana Palmira B. S.; MAGALHÃES, Lívia Diana R. (orgs.). São Paulo: Alínea, 2011.p. 99-109.

MAHONY, Mary Ann. **Instrumentos necessários: escravidão e posse de escravos no Sul da Bahia no século XIX, 1822-1889**. Afro-Ásia. Disponível em: <https://www.portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/download/21010/13610>. Acesso em: 25 jan. 2017.

MAIA, Cláudia J. **Trabalho, família e gênero: estratégias de reprodução social camponesa no Médio Jequitinhonha**. Disponível em: <http://revistas.fee.tche.br/index.php/mulheretrabalho/article/view/2703>. Acesso em 17 jul. 2017.

MANFREDI, Sílvia Mª. Qualificação e educação: reconstruindo nexos e inter-relações. In: SAUL, A. M.; FREITAS, J.C. (Org.). **Políticas Públicas de qualificação:** desafios atuais. SP: A + Comunicação, 2007. p. 9-36.

____. **Trabalho, qualificação e competência profissional - das dimensões conceituais e políticas**. Rev. Educação & Sociedade, v.19, n. 64. Campinas: SP.: set. 1998.

MARTINS, José. S. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. 4. ed. Petrópolis, RJ: VOZES, 2012.

_____. **O Cativeiro da Terra**. 9. ed. – revista e ampliada. São Paulo: Contexto, 2010.

_____. A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira. In: SCHWATCZ, Lilia M. (Org.) **História da vida privada (Vol. 4).** S.P.: Companhia das Letras, 1998. p. 659-726.

_____. A sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária. In: **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1983, p.151-177. Disponível em: <www.scribd.com>. Acesso em: 13 nov. 2017.

MARX, Karl. Processo de trabalho e Processo de Valorização. 1. O processo de trabalho; processo de valorização. (Capítulo V). In: **____O Capital.** (Vol. 1). 2 ed. SP: Boitempo, 2013. p. 255-272.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

MINAYO, Maria Cecília. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12. ed. São Paulo, 2010.

NORONHA, Olinda Maria. **De camponesa a "madame": trabalho feminino e relações de saber no meio rural**. São Paulo: Edições Loyola, 1986.

OLIVEIRA, Ariovaldo. U. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária.** São Paulo: Labur Edições, 2007. Disponível em <http://www.fflch.usp.br/dg/gesp>. Acesso em: maio 2016.

OLIVEIRA, Clarice G. S.; TRINDADE, Gilmar A.; GRAMACHO, Maria Helena. **Trajetórias, permanências e transformações têmporo-espaciais da cidade de Camacan/BA: interfaces com a crise cacaueira**. Ilhéus: Editus, 2009.

PALMEIRA, Moacir. **Modernização, Estado e Questão agrária**. Disponível em: <www.revistas.usp.br/eav/article/download/8532/10083>. Acesso em: 21 abr. 2017.

PANTEL, Pauline S. A história das mulheres na História da Antiguidade. IN: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **História das Mulheres no Ocidente**: A Antiguidade (vol. I). Tradução de Maria Helena da C. Coelho, at al. Porto, PT: Edições Afrontamento, 1991, p. 587 – 601.

PAULILO, Maria Ignez. S. **O peso do trabalho leve**. Vol. 51/ nº 28. Ver. Ciência Hoje. 1987.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 46ª Reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 2004.

SÁ, Charles N. **Festa da Cidade: cultura e turismo na periferia do cacau**. Dissertação de Mestrado. Ilhéus: UESC, 2003.

SAFFIOTI, Heleieth. **A questão da mulher na perspectiva socialista**. Lutas Sociais, São Paulo, n. 27, 2º sem., 2011. p. 82-100.

_____. **A mulher na sociedade de classe: mito e realidade**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SANTOS, Renato. Z. C. "Contratempos: Cacau e Cacauicultura em Camacan (1980 - 1990)". In: SOUSA, Antônio P.; MACÊDO, Janete R.; BARBOSA, Carlos Roberto A. (Org.). **Cacauicultura**: A CEPLAC e a Vassoura de Bruxa em Camacan (Cadernos do CEDOC). Ilhéus: Editus - UESC, 2007, v. 08, p. 109-194.

SANTOS, Milton. **Zona do cacau. Introdução ao Estudo Geográfico**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

SCHWARTZ, Yves. **Conceituando o trabalho, o visível e o invisível**. Trabalho, Educação e Saúde, Rio de Janeiro, v. 9, supl.1, 2011.p. 19-45.

SCOOT, Joan. W. A mulher trabalhadora. IN: DUBY, Georges.; PERROT, Michelle. **História das Mulheres no Ocidente**: O Século XIX. Tradução de Cláudia Gonçalves e Egito Gonçalves. Porto, PT: Edições Afrontamento, 1991, p. 442 – 475.

SILVA, Maria Aparecida. M. **Mulheres trabalhadoras rurais: trajetórias e memórias**. V. 4. Nº 2. RURIS, setembro, 2004.

SILVA, Carolina. B. C.; SCHNEIDER, Sergio. Gênero, trabalho rural e pluriatividade. In: SCOTT, Parry.; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (Orgs.). **Gênero e geração em contextos rurais**. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010. p. 183-207.

THEBAUD, Françoise. A Grande Guerra: o triunfo da divisão sexual. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **História das Mulheres no Ocidente**: O Século XX. Tradução de Alda Maria Durães, at al. Porto, PT: Edições Afrontamento, 1991, p. 10 – 23; 32 – 91.

WANDERLEY, Maria Nazareth. B. **O Mundo Rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, Agricultura Familiar e Ruralidade**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Termo de autorização de uso de depoimento e/ou de imagem

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - UESB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA: LINGUAGEM E SOCIEDADE

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE DEPOIMENTO E/OU DE IMAGEM

Eu_____,
portador do RG:_____, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos da pesquisa intitulada A INVISIBILIDADE DO TRABALHO DAS MULHERES: AS MEMÓRIAS DAS TRABALHADORAS RURAIS ACERCA DAS RELAÇÕES DE TRABALHO NA LAVOURA CACAUEIRA, que objetiva investigar as relações de trabalho na lavoura cacaueira no que se refere à questão de gênero, por meio das memórias das trabalhadoras e dos trabalhadores rurais da produção de cacau, tomando como elementos dessa análise as atividades rurais cotidianas desenvolvidas pelos trabalhadores (homens e mulheres).

Declaro estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e meu apelido. Através do presente termo, autorizo a discente CLAUDETE RAMOS DE OLIVEIRA, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Jardim Cruzeiro, nº 110 – Distrito Jardim Cruzeiro, Camacã - Bahia, portadora do RG: 0501865667, aluna regularmente matriculada no programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, a realizar as imagens que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização dos vídeos e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos *(livros, dissertação, blogs, artigos, slides e transparências; folhetos em geral (encartes, mala direta, catálogo, etc.; folder de apresentação; anúncios em revistas e jornais em geral; home page; cartazes; mídia eletrônica (painéis, vídeos, entre outros),* bem como a citação do apelido em favor da aluna-pesquisadora acima especificada.

Camacã - BA, __ de _____ de 2017.

_____

Sujeito da Pesquisa

_____

Discente/ Pesquisadora

APÊNDICE B - Termo de autorização de uso de depoimento e/ou de imagem

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - UESB

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA: LINGUAGEM E SOCIEDADE

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE DEPOIMENTO E/OU DE IMAGEM

Eu_____, autorizo a discente CLAUDETE RAMOS DE OLIVEIRA, portadora do RG: 0501865667, aluna regularmente matriculada no programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, a realizar as imagens e/ou a colher meu depoimento, a fim de contribuir com a sua pesquisa de Mestrado, intitulada A INVISIBILIDADE DO TRABALHO DAS MULHERES: AS MEMÓRIAS DAS TRABALHADORAS RURAIS ACERCA DAS RELAÇÕES DE TRABALHO NA LAVOURA CACAUEIRA. Ao mesmo tempo, libero a utilização dos vídeos e/ou depoimentos para fins científicos e acadêmicos.

_____, __ de _____ de 2017

_____

Sujeito da Pesquisa

_____

Discente/ Pesquisadora

APÊNDICE C - Roteiro de Entrevistas: Exploratória I – O trabalhador

1. O que é trabalho para o Senhor?
2. O que é ser trabalhador?
3. Quantas pessoas compunham sua família?
4. Em que trabalhava sua família?
5. Com que idade começou a trabalhar na lavoura cacaueira?
6. Em que ano começou?
7. Em qual fazenda começou a trabalhar?
8. Era proprietário ou empregado?
9. É casado?
10. Com que idade se casou?
11. O que mudou no trabalho que o Senhor realizava e no trabalho que realiza?
12. Como era sua jornada de trabalho: A que horas começava? A que horas deixava o trabalho? Qual o tempo para almoço?
13. Existe diferença entre trabalhar na lavoura cacaueira e outro tipo de lavoura?

APÊNDICE D - Roteiro de Entrevistas: Exploratória II – A trabalhadora

1. O que é trabalho para a Senhora?
2. O que é ser uma trabalhadora?
3. Quantas pessoas compunham sua família?
4. Em que trabalhava sua família?
5. Com que idade começou a trabalhar?
6. Com que idade começou a trabalhar na lavoura cacaueira?
7. Em que ano começou a trabalhar na lavoura cacaueira?
8. Em qual fazenda começou a trabalhar?
9. Era proprietária ou empregada?
10. É casada?
11. Com que idade se casou?

APÊNDICE E - Roteiro de Entrevistas: O Trabalhador

1. O Senhor possui Carteira de trabalho?
2. Quantas vezes sua carteira já foi assinada?
3. Em quantas fazendas já trabalhou?
4. Onde morava: na fazenda onde trabalhava ou na cidade?
5. Morava próximo a vizinhos ou distante?
6. Como eram feitos os contratos de trabalho?
7. Em todas as fazendas assinavam a Carteira?
8. Quem realizava o contrato?
9. Como era organizado o trabalho?

9.1 Quem chefiava?

9.2 Havia turnos?

9.3 Era diária?

9.4 Quais os dias a serem trabalhados na semana?

9.5 Ao longo do tempo, algo mudou?

9.6 Quando mudou?

10. Como era negociado o pagamento?

10.1 Qual era o salário?

10.2 Havia diferenças salariais entre trabalhadores? Por quê?

11. Como era o processo de trabalho?

12. Que tarefa o Senhor realizava?

13. Para onde ia o produto final: as amêndoas?

14. O senhor sabia o que iam fazer com as amêndoas?

15. O Senhor se realiza no trabalho?

16. Como o Senhor via e vê o seu trabalho?

APÊNDICE F - Roteiro de Entrevistas: A Trabalhadora

1. A Senhora se declara negra, parda, branca ou indígena?
2. Que tipo de brincadeira a Senhora fazia, quando criança? Com o que brincava?
3. Que tipo de trabalho realizava na fazenda?
4. O que mudou no trabalho que a Senhora realizava e no trabalho que realiza?
5. Como era sua jornada de trabalho: A que horas começava? A que horas deixava o trabalho? Qual o tempo para almoço?
6. Existe diferença entre trabalhar na lavoura cacaueira e outro tipo de lavoura?
7. Onde ficava a mulher quando o marido saia para o trabalho?
8. O que a mulher fazia e faz quando o marido está na roça?
9. Que tipo de trabalho a mulher a realizava e realiza na lavoura cacaueira?
10. Quais as tarefas da mulher no dia-a-dia da fazenda?
11. Quais as tarefas do homem no dia-a-dia da fazenda?
12. Como era e como é a moradia na fazenda de cacau?
13. Como era feito o contrato de trabalho?
14. A Sra. possui carteira de trabalho?
15. A sua carteira de trabalho já foi assinada alguma vez?
16. Como era realizado o pagamento do trabalho realizado?
17. O seu salário era igual ao dos homens?
18. A Sra. estudou? Qual a sua escolaridade?
19. Como era/é o relacionamento entre homens e mulheres na lavoura?
20. Os homens respeitavam/respeitam as mulheres?
21. Com relação aos filhos, quem cuidava enquanto a Sra. trabalhava?
22. E os filhos, também iam para a roça? Trabalhavam? Com que idade?
23. Quem fazia o trabalho doméstico, o cuidado da casa?
24. Quando, em que momento do dia ou da semana se fazia o trabalho da casa?

APÊNDICE G – Imagem do cacau mole

Imagem de cacau mole que acabara de ser colocado na barcaça para secagem.

Cacau mole

Imagens feitas pela autora. Out./2017.

APÊNDICE H – Imagem de Cochos

Modelo de cochos utilizados para fermentação do cacau mole.

Imagem feita pela autora. Jun./2016.